



# A Criança e o Adolescente nos ODS

Marco zero dos principais indicadores brasileiros

ODS 4 • ODS 8





## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Carlos Antonio Tilkian

**Vice-Presidente:** Synésio Batista da Costa

### Conselheiros

Carlos Antonio Tilkian, Davi Baruch Diesendruck, Desembargador Antonio Carlos Malheiros, Eduardo José Bernini, Fernando Vieira de Melo, Hector Nuñez, Humberto Barbato, José Eduardo Planas Pañella, Luiz Fernando Brino Guerra, Morvan Figueiredo de Paula e Silva, Otávio Lage de Siqueira Filho, Rubens Naves, Synésio Batista da Costa e Vitor Gonçalo Seravalli

### Conselho Fiscal

Bento José Gonçalves Alcoforado, Mauro Antonio Ré e Sérgio Hamilton Angelucci

### Secretaria Executiva

#### Administradora Executiva

Heloisa Helena Silva de Oliveira

#### Gerente de Desenvolvimento de Programas e Projetos

Denise Maria Cesario

#### Gerente de Desenvolvimento Institucional

Victor Alcântara da Graça

### Políticas Públicas

Maitê Gauto, Marta Volpi, João Pedro Sholl Cintra, Kassia Beatriz Bobadilla, Renato Alves dos Santos

## FICHA TÉCNICA

### Texto

João Pedro Sholl Cintra, Kassia Beatriz Bobadilla e Maitê Gauto

### Edição

Heloisa Helena Silva de Oliveira e Maitê Gauto

### Colaboração

Juliana Oliveira Mamona, Maria Lucilene de Almeida Santos, Mayara Araújo da Silva, Raquel Farias Meira e Victor Alcântara da Graça

### Ilustração

Caiena,

### Revisão de Texto e Copy Desk

Mônica de Aguiar Rocha

### Projeto gráfico & Diagramação

Priscila Hlodan

### Impressão

Nywgraf Editora Gráfica Ltda

### Tiragem

200 exemplares

### ISBN

978-85-88060-94-4



# A Criança e o Adolescente nos ODS

Marco zero dos principais  
indicadores brasileiros

ODS 4 • ODS 8



1ª edição

São Paulo

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

2017

## Carta do Presidente

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** tem sido objeto da incidência política da Fundação Abrinq junto ao governo federal desde 2014. Mais do que uma mera agenda internacional, os ODS são uma grande oportunidade para avançarmos na construção das políticas públicas necessárias à promoção da qualidade de vida e da cidadania das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Ao longo desses três anos, participamos ativamente das negociações internacionais da então chamada “Agenda Pós-2015”, que discutia o futuro das ações globais de desenvolvimento a partir do encerramento do prazo para que os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) cumprissem as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e de acordos internacionais de meio ambiente.

Nossa atuação tem sido conjunta com diferentes organizações e grupos da sociedade civil que já acompanhavam os debates, como a Estratégia ODS e o GT da Sociedade Civil na Agenda 2030, parceiros diários na incidência pela implementação dos ODS no Brasil. Em nome das crianças e dos adolescentes e em parceria com a Plan International Brasil e a Visão Mundial, lideramos a criação e a mobilização da Ciranda 2030, uma coalizão de organizações do movimento da infância que monitorará o cumprimento de dez ODS que impactam crianças e adolescentes de maneira direta. Atuamos também em conjunto com a Rede de Promoção dos Direitos das Meninas e Igualdade de Gênero.

A criação da Comissão Nacional dos ODS é uma conquista da incidência e articulação desses grupos e organizações. E a Fundação Abrinq, representante da sociedade civil neste espaço, exercerá seu papel com o compromisso e a dedicação que imprime em todas as suas ações.

Temos na inteligência de indicadores uma de nossas principais estratégias de incidência política. E a série *A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros* é o primeiro grande esforço de construir um marco zero para a infância e adolescência na Agenda 2030. Esse é o segundo volume de quatro publicações que serão lançadas, abordando os indicadores relacionados às crianças e aos adolescentes para os ODS que são a nossa agenda prioritária de incidência política. Acompanhem e desfrutem da leitura!



Carlos Tilkian  
Presidente



## Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas .....	6
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	7
Introdução .....	8
Metodologia .....	12
<b>ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</b> .....	<b>14</b>
A educação como caminho para a inclusão, equidade e o desenvolvimento da sociedade .....	16
Marco zero dos principais indicadores nacionais – ponto de partida e desafios brasileiros .....	21
Alfabetização .....	22
Educação Infantil .....	27
Ensino Fundamental .....	43
Ensino Médio .....	75
Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....	92
Educação Indígena .....	95
<b>ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</b> .....	<b>99</b>
A erradicação do trabalho infantil: a urgência de uma agenda para a promoção do desenvolvimento sustentável e em defesa da infância e da adolescência .....	100
Marco zero dos principais indicadores nacionais – ponto de partida e desafios brasileiros .....	105
População entre cinco e 17 anos ocupada .....	105
Acidentes de trabalho .....	111
Aprendizagem .....	114
Bibliografia .....	118
Anexo 1 – População brasileira segundo grupos etários .....	119
Anexo 2 – Tabela de indicadores e fontes oficiais .....	121

## Lista de Siglas e Abreviaturas

**ANA** – Avaliação Nacional de Alfabetização

**Caged** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CGET** – Coordenação Geral de Estatísticas de Trabalho

**CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho

**DEED** – Diretoria de Estatísticas Educacionais

**DES** – Departamento de Emprego e Salário

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FNPETI** – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

**FPM** – Fundo de Participação dos Municípios

**Fundeb** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ideb** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**Lista TIP** – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social

**MEC** – Ministério da Educação

**MS** – Ministério da Saúde

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**Pnad** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**Pnud** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**Saeb** – Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SIM** – Sistema de Informação Sobre Mortalidade

**Sinan** – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

**Sinase** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**SNDCA** – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**SPPE** – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

**SVS** – Secretaria de Vigilância em Saúde

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**Unesco** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**Unicef** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

# Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





## Introdução

A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento têm sido compromisso global desde setembro de 2000, quando 191 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram a Declaração do Milênio, comprometendo os países a atingirem as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tendo como prazo final o ano de 2015. O compromisso global foi regido pelos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade com o mundo na gestão do desenvolvimento econômico e na manutenção da paz e da segurança. Em uma agenda voltada para os países mais pobres e em desenvolvimento, os ODM foram:

- ODM 1 – Acabar com a fome e a miséria;
- ODM 2 – Oferecer Educação Básica de qualidade para todos;
- ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- ODM 4 – Reduzir a mortalidade infantil;
- ODM 5 – Melhorar a saúde das gestantes;
- ODM 6 – Combater a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), a malária e outras doenças;
- ODM 7 – Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- ODM 8 – Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

A trajetória brasileira para o cumprimento dos ODM é bem-sucedida e é referência internacional em políticas de redução da fome e da miséria, e a redução da mortalidade infantil, entre outras. Segundo dados do *V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* no país, já em 2007 alcançamos a meta do primeiro objetivo, reduzindo a pobreza extrema à metade do nível de 1990 (22,1% de pessoas extremamente pobres; em 2007 eram 8,8%), bem como a erradicação da fome (o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO - sigla em inglês) - em 2014). A pobreza na infância, uma das maiores violações contra crianças e adolescentes, na medida em que afeta diferentes direitos, foi prioridade das ações governamentais – com a criação do Programa Brasil Carinhoso e a mudança nos critérios do Programa Bolsa Família (PBF).

A meta de redução da taxa de mortalidade na infância (mortalidade de crianças menores que cinco anos de idade) foi alcançada em 2011, atingindo a taxa de mortalidade na infância de 17,7 óbitos por mil nascidos vivos – em 1990, eram 53,7 óbitos por mil nascidos vivos. A ampliação do acesso à Educação Básica obrigatória e a ampliação da taxa de escolarização da população também apontam sucessos no cumprimento das metas dos ODM. O Brasil cumpriu seis dos sete ODM voltados para os países em desenvolvimento – não cumpriu a meta de redução da mortalidade materna, contida no ODM 5.

A discussão sobre uma nova agenda de desenvolvimento ganhou força a partir da realização da Conferência Rio+20, em 2012, no Rio de Janeiro. Após três anos de debates e intensas negociações internacionais, em 25 de setembro de 2015, 193 Estados-Membros da ONU adotaram a Resolução ONU A/70/1, *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que descreve 17 objetivos e 169 metas que devem ser cumpridos por todos os países do mundo – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além dos objetivos e metas, são indicadas estratégias para serem implementadas e que contribuirão para a construção do caminho para a erradicação da pobreza, redução das desigualdades e dos impactos das mudanças climáticas, promovendo a justiça, a paz e a segurança de todos.

## Os cinco Ps do desenvolvimento sustentável\*

### **Pessoas**

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

### **Planeta**

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que se possa atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

### **Prosperidade**

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

### **Paz**

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

### **Parcerias**

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas.

(\*) Trecho retirado da Resolução ONU A/70/1 – *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

O prazo para o cumprimento dos ODS começou a ser contado em 2016, com término estipulado para 2030, e os desafios para a implementação de uma agenda tão ampla são significativos, diante do cenário atual de crise política e econômica vivido pelo país. Por exemplo, ao analisarmos os dados do *Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil* (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017), cerca de 17,3 milhões de crianças e adolescentes até 14 anos de idade – 40,2% da população da faixa etária – vivem em famílias de baixa renda. Desses, 5,8 milhões (13,5%) em situação de extrema pobreza. A redução

da mortalidade materna, única das metas não cumpridas pelo Brasil nos ODM, da mesma forma se mostra preocupante. Em 2015, a taxa de mortalidade materna era de 54,9 para cada 100 mil nascidos vivos. No que tange à taxa de mortalidade na infância (mortalidade de crianças menores que cinco anos de idade), apesar de uma progressiva melhora nos indicadores, em 2015, para 1.000 nascidos vivos ocorreram 14,3 óbitos, pouco mais da metade da taxa do ano 2000 – 30,1 por 1.000 nascidos vivos. Já os óbitos entre menores de um ano ficaram em 12,4, para 1.000 nascidos vivos, no mesmo período (a taxa era de 26,1 por 1.000 nascidos vivos em 2000).

Os indicadores educacionais mostram-se ainda mais longe de alcançar os patamares desejados, principalmente ao considerarmos o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a implementação da política de educação até 2024, com metas voltadas para a garantia da Educação Básica com qualidade, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o Ensino Superior.

Por exemplo, ao analisarmos os dados da Educação Infantil para crianças de zero a três anos de idade, em 2015, a taxa de cobertura em Creches era de 30,4%, ou seja, cerca de dois terços das crianças na faixa etária correspondente a essa etapa de ensino (zero a três anos) encontravam-se fora da escola. Já a cobertura em Pré-Escola, no mesmo ano, era de 91,6%. Na comparação entre as grandes regiões brasileiras a taxa de cobertura em Creche apresenta proporções bastante discrepantes, atingindo 41,3 % na região Sudeste e 11,1% na região Norte; para as mesmas regiões, a cobertura em Pré-Escola chega a 99,1% para a primeira região e 76,2% para a segunda, respectivamente. Os dados mostram que, se mantido o atual ritmo de ampliação das vagas, em especial o ritmo mais lento em regiões como Norte e Nordeste, não atingiremos a meta do PNE para todas as regiões e grupos sociais. A meta é de atendimento de 50% das crianças de até três anos em creches.

A Fundação Abrinq atua para que o Brasil construa o ambiente político e institucional adequado à implementação de políticas públicas e programas que colocarão o país no caminho correto para o cumprimento dos ODS, sendo esse um dos temas estratégicos de suas ações de incidência política. Com foco na efetivação dos direitos da infância e adolescência, a Fundação Abrinq selecionou dez ODS que impactarão crianças e adolescentes mais diretamente para estruturar suas ações de incidência e monitoramento:



A partir da adoção dos ODS, a discussão que tomou conta do cenário internacional foi a definição dos indicadores globais de cumprimento da Agenda 2030. A plataforma de monitoramento conta com 231 indicadores, associados às 169 metas, sendo distribuídos em três categorias: i. indicadores com metodologias consolidadas e dados disponíveis; ii. Indicadores com metodologia desenvolvida, mas sem dados disponíveis e iii. Indicadores que requerem o desenvolvimento de metodologias.

Além da definição dos indicadores globais, foram definidos os mecanismos institucionais de monitoramento do cumprimento da *Agenda 2030*, que tem no Fórum Político de Alto Nível (HLPF, sigla em inglês) a instância central para o acompanhamento, monitoramento do cumprimento das metas e objetivos, com a participação plena e efetiva de todos os Estados membros da ONU, agências especializadas e a participação da sociedade civil.

Conforme descrito no parágrafo 84 da Resolução ONU A/70/1, o HLPF tem como mecanismo de monitoramento a realização de revisões voluntárias regulares, com a apresentação de relatórios voluntários nacionais por parte dos Estados membros. Este processo de revisão voluntária também deve envolver a participação da sociedade civil, tanto para a elaboração dos relatórios nacionais como para o acompanhamento das reuniões do HLPF.

### Revisões voluntárias do HLPF:

2017 – **Erradicar a pobreza e promover a prosperidade em um mundo em mudança** – ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17;

2018 – **Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes** – ODS 6, 7, 11, 12, 15 e 17;

2019 – **Empoderando as pessoas e garantindo inclusão e igualdade** – ODS 4, 8, 10, 13, 16 e 17.

O Brasil é um dos países que se voluntariaram para apresentar a situação nacional no processo de implementação dos ODS e formulou o *Relatório Voluntário Nacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2017)*, abordando os ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17, na reunião de julho de 2017.

Buscando ampliar o debate e construir estratégias efetivas para superarmos os desafios nacionais específicos para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no país, a Fundação Abrinq elaborou a análise dos indicadores nacionais dos ODS que estão diretamente relacionados à infância e adolescência.

Essas análises fazem parte da série *A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros*, elaborada com o objetivo de fomentar o debate sobre os principais desafios nacionais para a implementação bem-sucedida da *Agenda 2030*. A série vem sendo pensada e elaborada desde 2015, com o intuito de construir o diálogo junto com o governo brasileiro e apresentar às diferentes instâncias internacionais de monitoramento dos ODS a perspectiva da sociedade civil em relação a esses temas.

Em agosto de 2017, a Fundação Abrinq lançou a primeira parte das análises dos indicadores nacionais, abordando os ODS 1, 2, 3 e 5, que foram objeto do *Relatório Voluntário Nacional* apresentado pelo Brasil ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

Esta publicação avança nas análises dos indicadores de crianças e adolescentes no país, agora abordando aqueles referentes aos ODS 4 (Educação) e 8 (Trabalho Infantil).



## Metodologia

O presente relatório é composto de análises sobre a situação dos indicadores nacionais que se relacionam direta e indiretamente com a infância e a adolescência no Brasil. Sua intenção principal é a de apresentar um quadro situacional das condições de vida de crianças e adolescentes no Brasil. Justamente em um momento em que 193 países assumiram o compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, conseqüentemente, de fazer do planeta um lugar livre da pobreza, ambientalmente sustentável, com mais justiça, paz e equidade para todos.

Com essa perspectiva é possível identificar, dentre os 107 indicadores e dados presentes neste estudo, quais são os territórios brasileiros e populações que apresentam maior debilidade em relação ao restante do país. Assume-se como objetivo deste estudo, também, seu potencial registro histórico da trajetória que se iniciou em 25 de setembro de 2015, o qual chamamos de Marco Zero, tornando possível o monitoramento de nossos avanços mediante as metas pré-estabelecidas que alçamos para 2030.

## Notas metodológicas

A sistemática de análise que adotamos, para tornar possível a investigação de mais de uma centena de dados estatísticos aqui presentes, segue o seguinte ordenamento:

- i) Com exceção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas etapas de Ensino Médio e Fundamental (anos iniciais e finais) e as estimativas de subregistro de nascimentos, os indicadores são analisados segundo as regiões do país e ordenados segundo seus resultados;
- ii) Em seguida são apresentados dois conjuntos de estados distribuídos em tabelas, cada uma contendo os cinco estados com o melhor desempenho e os cinco estados com desempenhos mais baixos.

A partir das escolhas metodológicas que fizemos, sobretudo no que diz respeito às limitações e particularidades dos indicadores adotados, estes serão apresentados segundo suas fontes de extração e último registro disponível. Ao longo do relatório, trataremos também de expor as problemáticas ou ressalvas inerentes a alguns desses indicadores.

Cabe ressaltar que as informações que pertencem ao ODS 2 – especificamente, a proporção de menores de cinco anos de idade abaixo do peso ideal, os índices de desnutrição, de relação entre altura, peso e idade, a obesidade de menores de cinco anos e os dados de aleitamento materno de menores de seis meses e dois anos – têm no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) seu sistema de coleta e cujas informações são oriundas dos

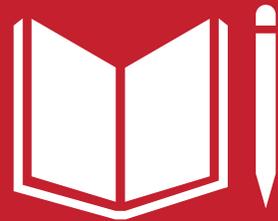
acompanhamentos regulares dos cadastrados no Programa Bolsa Família (PBF) e no Programa Saúde da Família (PSF), sendo que este não possui um calendário público de atualizações. Assim, seus relatórios são passíveis de constantes correções<sup>1</sup> e atualizações, alterando-se ao longo do tempo, inclusive os que iniciam a série histórica (disponível a partir do ano de 2008) de onde deriva a principal debilidade para a formulação de hipóteses ou diagnósticos sobre aquela determinada população.

As informações provenientes dos sistemas que compõem o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) – o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) – possuem índices variados de subnotificação, cujo mais acentuado são os óbitos maternos, que afetam a produção de suas taxas. Não nos utilizamos dos fatores de correção dos óbitos em razão de que, até a redação deste relatório, tais correções só estavam disponíveis até o ano de 2013, apresentando defasagem de dois anos em relação ao último período da série. Tampouco, as taxas de mortalidade infantil, na infância e maternas, ou as taxas de mortalidade por causas externas foram padronizadas pela estrutura etária dos territórios, das quais são extraídas informações sobre os homicídios, suicídios e acidentes de transporte.

A última das limitações incide sobre as informações demográficas utilizadas como referência para o cálculo das taxas de homicídios, de suicídios, de acidentes de transporte, de cobertura em Creches e Pré-Escolas. Utilizamos aqui estimativas populacionais calculadas com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Tal metodologia considera a variação da população verificada naquela década, extraindo-se pela relação entre os contingentes observados em um e outro Censo, uma taxa de crescimento que é posteriormente multiplicada pela população verificada no último Censo e aplicada aos anos seguintes; contudo, tais estimativas não consideram a volatilidade das taxas de natalidade, mortalidade e migração. Como mencionado anteriormente, a razão pela qual utilizamos tais estimativas incide sobre a possibilidade de estratificação das populações segundo grupos etários específicos; assim privilegiamos as escolhas metodológicas que facilitassem a comparação pelo leitor das informações registradas e apresentadas em seus registros oficiais. Ainda com vistas a cobrir as limitações mencionadas, apresentamos dois anexos nesta publicação. Uma tabela com um conjunto de informações populacionais obtidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), obedecendo aos principais grupos etários examinados nos indicadores de quantidades absolutas e facilitando a compreensão das análises de distribuição dessas populações. Além de uma tabela que reúne todos os indicadores analisados nessa publicação, explicitando seu nível de desagregação, fonte e ano de referência. Mediante procedimentos, escolhas e limitações metodológicas adotados neste relatório, ressaltamos as necessidades comparativas de cada indicador ao longo de sua abordagem, delimitando, caso a caso, o alcance de seu poder explicativo.

<sup>1</sup> A última atualização ocorreu em 22/6/2017.

## 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

## **Metas ODS 4 que impactam crianças e adolescentes**

**4.1** até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduzam a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

**4.2** até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

**4.3** até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

**4.4** até 2030, aumentar x% o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

**4.5** até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

**4.6** até 2030, garantir que todos os jovens e pelo menos x% dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

**4.7** até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, da promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

### **Meios de implementação**

**4.a.** construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças, e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

**4.c.** até 2030, aumentar em x% o contingente de professores qualificados, incluindo através da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e SIDS

## A educação como caminho para a inclusão, equidade e o desenvolvimento da sociedade

O debate sobre educação tende a reunir distintos pontos de vista sobre desde como deve ser orientado o trabalho pedagógico em sala de aula até quais são as melhores estratégias de expansão e financiamento dos sistemas de ensino. Passando ainda sobre as mais polêmicas discussões a respeito da definição de parâmetros curriculares para as etapas de ensino, estabelecimento de níveis desejados de proficiência e desempenho entre alunos, o aprimoramento da carreira docente e a valorização dos trabalhadores da educação.

Quaisquer que sejam as abordagens ou concepções que orientem aqueles que se preocupam e participam ativamente desse debate, tem-se como unanimidade que o acesso à educação de qualidade é fundamental para a promoção do desenvolvimento de uma sociedade sustentável e a redução de suas desigualdades sociais. Pois, além de oferecer oportunidades de crescimento social e profissional para os indivíduos, bem como sustentabilidade econômica para a sociedade, a educação também tem o papel de formar cidadãos responsáveis e comprometidos com o bem-estar coletivo e os direitos humanos.

Tamanho desafio aos governos e sociedades, a política de educação não pode se restringir a cartas de intenções ou diretrizes que não se concretizam na prática, no cotidiano de sala de aula e no processo de aprendizagem dos alunos. Apesar das diversas conquistas dos últimos anos, como a melhoria do acesso à educação em diversos países, inclusive no Brasil, informações do último Relatório de Monitoramento Global da Educação, *Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), revelam que, de acordo com as tendências atuais, apenas 70% das crianças em países de baixa renda completarão a educação primária em 2030, um objetivo que deveria ter sido alcançado em 2015, assim como diversas outras metas fixadas pela organização e também não cumpridas.

O mesmo relatório estima ainda que cerca de 126 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar, no mundo todo, estejam fora da escola. Dessas, quase 30% das crianças das famílias mais pobres em países de renda baixa nunca frequentaram a escola. Não obstante, calcula-se que 250 milhões é o número de crianças que, mesmo frequentando a escola há quatro anos, não conseguirão aprender os conceitos básicos (UNESCO, 2016).

Quando analisados alguns indicadores educacionais por recortes específicos, o relatório avança demonstrando disparidades ainda maiores entre alguns grupos socialmente mais vulneráveis. No que tange ao analfabetismo, verifica-se que uma entre quatro pessoas nos países de renda baixa ou renda média é considerada analfabeta (UNESCO, 2016). Ainda, vemos que a desigualdade de oportunidades educacionais, além de afetar os mais pobres, possui um marcador social categórico: o gênero.

O acesso à escola, em países em que meninas e mulheres não gozam plenamente de direitos e oportunidades no mesmo *status* que meninos e homens, ainda compromete a garantia do direito à educação no mundo. Dados sintetizados pelo relatório da Unesco (2016) mostram que dois entre três analfabetos do mundo são mulheres ou meninas; sendo que “em países como Afeganistão, Benin, Chade, Etiópia, Guiné, Paquistão e Sudão do Sul, onde as disparidades são extremas, as mulheres jovens mais pobres não obtiveram nem mesmo um único ano de escolarização” (UNESCO, 2016, p. 18). A construção de uma sociedade mais justa e sustentável deve, portanto, garantir e assegurar o acesso e qualidade da educação a todas as pessoas, sem discriminação de gênero, raça, renda, orientação sexual, lugar de origem e religião, de modo a não deixar ninguém para trás (*leave no one behind*), tal qual preconiza o princípio orientador da *Agenda 2030*.

Como já mencionamos na introdução do presente relatório, o Brasil, mesmo sendo referência no alcance das metas dos ODM, ainda assim enfrenta diversos percalços para concretizar o acesso universal a todas as etapas da Educação Básica e a garantia da qualidade da educação pública, em todos os cantos do país. A exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas oriundos das camadas mais pobres e vulneráveis da população, muitas vezes já privados de outros direitos fundamentais. O mais recente relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), intitulado *Cenário da exclusão escolar no Brasil*, indica que do total de crianças brasileiras que estão fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo e ressalta que há quase dez anos o Unicef vem alertando o país sobre o grande número de crianças e adolescentes fora da escola. Em 2005, 11% da população dessa faixa etária estava longe das salas de aula e, mesmo com a queda desse percentual para 6,5%, a universalização da Educação Básica de qualidade ainda é um desafio a ser superado (UNICEF, 2017).

Os indicadores de proficiência e desempenho dos alunos brasileiros também se mostram preocupantes quando os comparamos interna e externamente. Os últimos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, sigla em inglês) de 2015, cuja coordenação é feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que, entre os 70 países da OCDE participantes da avaliação, o Brasil obteve a 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª colocação em matemática. A responsabilidade técnica da aplicação da prova na amostra brasileira cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e contou com 23.141 estudantes de 841 escolas, que representam uma cobertura de 73% dos estudantes de 15 anos<sup>2</sup>. Se desagregarmos os indicadores brasileiros por regiões, estados e municípios, além de por redes de ensino (particular e pública), encontraremos situações ainda mais díspares.

Tal diagnóstico da situação brasileira orienta nesse sentido ao menos as duas agendas prioritárias de educação no país, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), articulando-as. Sancionado em junho de 2014, através da Lei nº 13.005/2014, o PNE tem vigência de dez anos e descreve diretrizes para que os entes federativos elaborem seus planos estaduais e municipais e implementem suas políticas educacionais para alcançarem as metas preestabelecidas pelo plano. O PNE conta com 20 metas, das quais oito têm prazos intermediários vencidos ou prestes a vencer, conforme expresso no quadro a seguir:

<sup>2</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>.

## Plano Nacional de Educação – 2014 a 2024

- **Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
- **Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- **Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- **Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- **Meta 5:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
- **Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
- **Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.
- **Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- **Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
- **Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

- **Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
- **Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
- **Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
- **Meta 14:** elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
- **Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- **Meta 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
- **Meta 17:** valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
- **Meta 18:** assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
- **Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- **Meta 20:** Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.



Além disso, a lei possui 254 estratégias relacionadas a essas metas e 14 artigos que definem ações a serem realizadas pelo país. Completados três anos da sanção da lei, o Observatório do PNE lançou o Relatório *3 Anos de Plano Nacional de Educação*, organizado pelo Todos pela Educação e produzido em conjunto por diversos parceiros do Observatório, em que lista os cinco artigos e as 17 estratégias do PNE que tinham prazos intermediários para serem efetivados até junho de 2017. Desses 22 dispositivos, apenas cinco foram integral ou parcialmente cumpridos, como a construção dos planos municipais e estaduais de educação, tarefa cumprida por 25 dos 27 estados brasileiros. Além disso, apenas seis, dos 30 dispositivos relacionados à Educação Básica que deveriam ter sido cumpridos até o ano de 2017, foram realizados total ou parcialmente, segundo dados reunidos por parceiros do Observatório do PNE (OPNE), neste balanço sobre o Plano (OPNE, 2017).

Perante esse cenário e primeiro resultado do monitoramento do PNE, entende-se como estratégico o entrosamento e alinhamento das metas do PNE com as do **ODS 4**, uma vez que esses reúnem esforços e ambições semelhantes para a concretização da qualidade na educação em nosso país até 2024, conforme estabelece o plano. Fato é que os desafios educacionais brasileiros necessitam cada vez mais de sinergia entre atores, agendas e entre os próprios entes federativos para que os compromissos assumidos nacional e internacionalmente concretizem-se o tão mais breve possível.

## Marco zero dos principais indicadores nacionais – ponto de partida e desafios brasileiros

### **Indicadores globais de monitoramento do ODS 4 associados a crianças e adolescentes**

- 4.1.1.** Percentual de crianças nas séries 2/3 que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em interpretação de texto
- 4.1.2.** Percentual de crianças nas séries 2/3 que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em matemática
- 4.1.3.** Percentual de crianças no ano final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em interpretação de texto
- 4.1.4.** Percentual de crianças no ano final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em matemática
- 4.1.5.** Percentual de crianças nos anos finais do Ensino Fundamental que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em interpretação de texto
- 4.1.6.** Percentual de crianças nos anos finais do Ensino Fundamental que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em matemática
- 4.2.1.** Percentual de crianças com idades entre 36-59 meses que estão com o desenvolvimento adequado em pelo menos três dos seguintes domínios: alfabetização matemática, desenvolvimento físico, desenvolvimento sócio-emocional e aprendizado
- 4.5.1.** Índice de paridade de gênero em interpretação de texto no ano final do Ensino Fundamental
- 4.5.2.** Índice de paridade de gênero em interpretação de texto no ano final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental
- 4.5.3.** Índice de paridade de gênero em interpretação de texto para as séries 2/3
- 4.5.4.** Índice de paridade de gênero em matemática no ano final do Ensino Fundamental
- 4.5.5.** Índice de paridade de gênero em matemática no ano final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental
- 4.5.6.** Índice de paridade de gênero em matemática para as séries 2/3
- 4.c.1.** Percentual de professores do ensino infantil que tenham recebido ao menos o mínimo da formação de professores disposta (por exemplo formação pedagógica), pré-serviço ou em serviço, necessário para o ensino no nível apropriado, para o país em questão
- 4.c.2.** Percentual de professores do Ensino Médio que tenham recebido ao menos o mínimo da formação de professores disposta (por exemplo formação pedagógica), pré-serviço ou em serviço, necessário para o ensino no nível apropriado, para o país em questão
- 4.c.3.** Percentual de professores no primeiro ciclo do Ensino Fundamental que tenham recebido ao menos o mínimo da formação de professores disposta (por exemplo formação pedagógica), pré-serviço ou em serviço, necessário para o ensino no nível apropriado, para o país em questão
- 4.c.4.** Percentual de professores nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que tenham recebido ao menos o mínimo da formação de professores disposta (por exemplo formação pedagógica), pré-serviço ou em serviço, necessário para o ensino no nível apropriado, para o país em questão
- 4.c.5.** Percentual de professores nos anos finais do Ensino Fundamental que tenham recebido ao menos o mínimo da formação de professores disposta (por exemplo formação pedagógica), pré-serviço ou em serviço, necessário para o ensino no nível apropriado, para o país em questão

## Alfabetização

### METAS DO PNE:

**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.**

**Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**

Em observância às metas do **ODS 4**, essas discorrem sobre assegurar o acesso e a qualidade da educação a toda a população, bem como em alçar resultados de aprendizagem que afirmam, futuramente, em competências e habilidades relevantes que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza, possibilitem o ingresso no Ensino Superior, o acesso ao emprego, ao trabalho decente e ao empreendedorismo. Dessa forma, os indicadores que versam sobre a quantidade e o percentual de analfabetos no Brasil, a partir de diferentes recortes etários, indicam a qualidade e o acesso à educação no país de maneira geral. Por definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado analfabeto o indivíduo que não sabe ler ou escrever um bilhete simples na língua nativa do país, ou seja, o português.

A taxa de analfabetismo entre a população de 10 a 17 anos, bem como o indicador de alfabetizados e não alfabetizados entre cinco e 17 anos, tem o potencial de explicar a qualidade atual da educação, uma vez que a população nessa faixa etária ainda se encontra em idade escolar. A diferença dos dois indicadores situa-se na metodologia e base de cálculo utilizadas. O primeiro deles, 10 a 17 anos, deriva do Censo Demográfico 2010, o qual é realizado a cada dez anos e que entrevista toda a população residente em território nacional; já o segundo, cinco a 17 anos, resulta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, realizada e atualizada anualmente no território nacional, mas feita com base em amostra representativa da totalidade de domicílios no país.

A taxa de analfabetismo entre indivíduos de 10 a 17 anos é capaz de indicar a qualidade da educação ofertada no país, além de seu acesso, tendo em vista que essas crianças e adolescentes estão em idade escolar, podendo não terem frequentado a escola em momento algum, terem frequentado por um breve período de tempo ou, ainda, frequentarem a escola e não terem sido alfabetizadas. Essas distintas circunstâncias e trajetórias educacionais serão analisadas mais à frente em outros indicadores, contudo, é importante notar que essa taxa corresponde à parcela da população em idade escolar que não foi devidamente alfabetizada durante esse período.

As regiões Norte (5,4%) e Nordeste (5,3%) despontam com taxas de analfabetismo da população entre 10 e 17 anos próximas do dobro da taxa nacional (2,9%), enquanto as demais regiões situam-se abaixo da taxa brasileira. As taxas de analfabetismo verificadas nas regiões Centro-Oeste (1,4%) e Sudeste (1,3%), por exemplo, correspondem a menos da metade da nacional; enquanto a região Sul (1%) apresenta uma taxa de aproximadamente um terço da registrada pelo país.

**Tabela 1: Taxa de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos - Brasil e regiões - 2010**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2,9</b>
Região Norte	5,4
Região Nordeste	5,3
Região Centro-Oeste	1,4
Região Sudeste	1,3
Região Sul	1,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Quando apresentados os indicadores por estado, a dimensão dos desafios remanescentes atrelados à qualidade da educação se torna mais evidente. Basta notarmos que, no conjunto de estados que possuem altas taxas de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, elas são, no mínimo, o dobro da taxa brasileira. Esse é o caso do Piauí (5,9%), Acre (6,6%) e do Amazonas (6,8%); vale dizer, ainda, que esses dois últimos estados possuem proporções de analfabetos entre 10 e 17 anos que superam a proporção nacional em 0,8 e um ponto percentual, respectivamente, mesmo quando calculamos o dobro desta. Já os estados do Alagoas (7,9%) e Maranhão (7%) superam a média de 6,8% de analfabetos apresentada por esse conjunto de estados. É necessário ressaltar também que, dos cinco estados com as maiores taxas de analfabetos nessa faixa etária, três pertencem à região Nordeste e dois à região Norte.

**Tabela 2: Taxa de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos - estados com pior desempenho - 2010**

<b>ESTADOS</b>	<b>(%)</b>
Alagoas	7,9
Maranhão	7,0
Amazonas	6,8
Acre	6,6
Piauí	5,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os cinco estados com as taxas mais baixas de analfabetismo entre a população de 10 e 17 anos, estas não superam nem metade da taxa registrada no Brasil. Esse conjunto de estados ainda apresenta diferenças mínimas entre si; a maior delas, de 0,3 ponto percentual, verifica-se na comparação entre Santa Catarina (0,9%) e Rio Grande do Sul (1,2%). Ordenadamente, Paraná e Distrito Federal registram a mesma taxa de analfabetismo, 1%; seguidos de São Paulo, com uma taxa de 1,1% de crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos analfabetos.

**Tabela 3: Taxa de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos - estados com melhor desempenho - 2010**

ESTADOS	(%)
Santa Catarina	0,9
Paraná	1,0
Distrito Federal	1,0
São Paulo	1,1
Rio Grande do Sul	1,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise das grandes regiões do Brasil, vemos que a manifestação das concentrações proporcionais de não alfabetizados é a mesma daquela verificada nas taxas de analfabetismo: a liderança de analfabetos nessa faixa etária se concentra na região Norte (15,6%), mais de quatro pontos acima da proporção nacional. Em seguida, há a região Nordeste (13,9%), com 2,5 pontos acima da proporção nacional; as regiões seguintes situam-se abaixo do percentual de analfabetos no Brasil entre cinco e 17 anos, a região Centro-Oeste (10,3%), Sul (9,5%) e Sudeste (8,9%), e dividem entre si uma média de cerca de 10% de pessoas nessa faixa etária não alfabetizadas.

**Tabela 4: Total e percentual da população entre cinco e 17 anos alfabetizada e não alfabetizada - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	ALFABETIZADA	NÃO ALFABETIZADA	(%) ALFABETIZADA	(%) NÃO ALFABETIZADA
<b>BRASIL</b>	<b>36.130.099</b>	<b>4.633.783</b>	<b>88,6</b>	<b>11,4</b>
Região Norte	3.713.415	684.776	84,4	15,6
Região Nordeste	10.927.618	1.762.667	86,1	13,9
Região Centro-Oeste	2.786.440	321.080	89,7	10,3
Região Sul	4.719.400	493.294	90,5	9,5
Região Sudeste	13.983.226	1.371.966	91,1	8,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

No conjunto de estados listados na Tabela 5, que representam aqueles com taxas mais altas, a média de não alfabetizados entre cinco e 17 anos é de 16,8%; representando parte da população em idade escolar que, durante a Educação Básica, não foi ou não está sendo devidamente alfabetizada. Os estados do Maranhão (18,7%), Pará (18%) e Alagoas (16,8%) ainda apresentam percentuais iguais ou maiores do que a média calculada para esse conjunto de estados. Por outro lado, Acre (15,9%) e Rio Grande do Norte (14,9%) possuem percentuais menores que a média desses estados. De qualquer forma, todos que integram esse conjunto apresentam cerca de 15% de sua população entre cinco e 17 anos em situação de analfabetismo. Novamente, as regiões Norte e Nordeste estão representadas por seus estados, como aqueles com taxas mais altas de analfabetismo entre a população na faixa etária de cinco a 17 anos.

**Tabela 5: Total e percentual da população entre cinco e 17 anos alfabetizada e não alfabetizada - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	ALFABETIZADA	NÃO ALFABETIZADA	(%) ALFABETIZADA	(%) NÃO ALFABETIZADA
Maranhão	1.505.471	345.758	81,3	18,7
Pará	1.699.696	373.205	82,0	18,0
Alagoas	646.845	130.886	83,2	16,8
Acre	179.202	33.989	84,1	15,9
Rio Grande do Norte	609.664	106.678	85,1	14,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Repetindo o mesmo padrão observado na análise dos cinco estados com taxas mais baixas de analfabetismo entre a população de 10 a 17 anos, onde figuravam somente estados da região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, os cinco estados com os percentuais mais baixos de não alfabetizados entre cinco e 17 anos pertencem às mesmas regiões. Comparativamente, esse conjunto de estados apresentam uma diferença entre si de, no máximo, 1 ponto percentual, como observamos no caso de São Paulo (9,2%) e Minas Gerais (8,2%). Entre os demais também figuram: Distrito Federal (9,1%), Rio de Janeiro (8,9%) e Paraná (8,3%), todos com proporções de não alfabetizados mais baixas do que a registrada nacionalmente.

**Tabela 6: Total e percentual da população entre cinco e 17 anos alfabetizada e não alfabetizada - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	ALFABETIZADA	NÃO ALFABETIZADA	(%) ALFABETIZADA	(%) NÃO ALFABETIZADA
Minas Gerais	3.557.866	319.877	91,8	8,2
Paraná	1.916.588	172.870	91,7	8,3
Rio de Janeiro	2.614.055	253.821	91,1	8,9
Distrito Federal	528.327	52.898	90,9	9,1
São Paulo	7.133.659	722.703	90,8	9,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

O indicador de analfabetismo entre a população maior de 15 anos é capaz de mensurar a população adulta analfabeta, ou seja, aqueles que não foram alfabetizados nem enquanto estavam em idade escolar e/ou posteriormente. Além de adolescentes e jovens que, idealmente, até o final do Ensino Fundamental, ainda não haviam sido devidamente alfabetizados.

A proporção de pessoas analfabetas maiores de 15 anos apresenta maior concentração nas regiões Nordeste (16,2%) e Norte (9,1%), sendo que, quando somadas as devidas quantidades de pessoas analfabetas nessas regiões, essas representam 63,5% do total de analfabetos maiores de 15 anos no país. A região Centro-Oeste (5,7%) apresenta uma concentração intermediária de analfabetos em relação à proporção das outras regiões; e o Sudeste (4,3%) e Sul (4,1%) apresentam os mais baixos percentuais, com vantagem de 0,2% para a primeira região.

**Tabela 7: Total e percentual de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE ANALFABETOS	(%) POPULAÇÃO ANALFABETA
BRASIL	12.865.873	8,0
Região Nordeste	7.009.231	16,2
Região Norte	1.168.957	9,1
Região Centro-Oeste	689.879	5,7
Região Sudeste	3.016.635	4,3
Região Sul	981.171	4,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os cinco estados que possuem as maiores concentrações de analfabetos no país estão localizados na região Nordeste. A média de analfabetos nesses estados é de 18,3%; média superada por Alagoas (20%) e Maranhão (18,8%). Já Piauí (18,2%), Ceará (17,3%) e Paraíba (17,1%), apesar de situarem-se abaixo da média, ainda assim apresentam percentuais de analfabetos ao menos duas vezes maiores do que o registrado em território nacional.

**Tabela 8: Total e percentual de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE ANALFABETOS	(%) POPULAÇÃO ANALFABETA
Alagoas	508.383	20,0
Maranhão	926.000	18,8
Piauí	441.293	18,2
Ceará	1.206.121	17,3
Paraíba	525.559	17,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dos cinco estados que possuem percentuais mais baixos de analfabetismo, todos pertencem às regiões Sul e Sudeste, com exceção do Distrito Federal, o qual também registra, junto com o Rio de Janeiro, as mais baixas taxas – apenas 3% de suas respectivas populações são consideradas analfabetas. Cabe, no entanto, ressaltar que, em números absolutos, o Rio de Janeiro possui quantidade de indivíduos nessa situação que corresponde a 5,8 vezes a população do Distrito Federal. Ainda nesse aspecto, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina apresentam a mesma proporção de analfabetos em seus territórios, 3,5%; porém, considerado o tamanho de suas respectivas populações, em São Paulo, isso representa ao menos três vezes o registrado no Rio Grande do Sul e seis vezes a quantidade de indivíduos analfabetos de Santa Catarina.

**Tabela 9: Total e percentual de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE ANALFABETOS	(%) POPULAÇÃO ANALFABETA
Rio de Janeiro	410.089	3,0
Distrito Federal	70.110	3,0
Rio Grande do Sul	324.735	3,5
São Paulo	1.276.857	3,5
Santa Catarina	197.764	3,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Educação Infantil

A Educação Infantil é a etapa que atende crianças com idade entre zero e cinco anos e 11 meses, por meio do oferecimento de duas modalidades de ensino: Creche (crianças de zero a três anos) e Pré-Escola (crianças de quatro a cinco anos).

### META DO PNE:



**Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.**

## Matrículas: cobertura e acesso

Ao analisarmos o número de matrículas em Creches entre as regiões e estados brasileiros, nota-se que em algumas localidades este segue, proporcionalmente, o tamanho da população em questão. Analisaremos as proporções de matrículas em relação à população residente desses territórios conseguinte a esse indicador, por meio da taxa de cobertura da Creche. Nesse sentido, com o maior contingente populacional do país, a região Sudeste desponta com mais de 1,5 milhão de crianças matriculadas em Creches, seguida da região Nordeste, com 669.271 matrículas. A região Sul registra pouco mais de 500 mil matrículas – cerca de um terço do número de matrículas da Região Sudeste –, porém, tendo em vista o tamanho de sua população, uma quantidade consideravelmente alta. Já as regiões Centro-Oeste e Norte registram, respectivamente, 200.667 e 132.154 matrículas em creches.

Na comparação entre essas duas últimas regiões, evidencia-se situação um tanto urgente, no seguinte aspecto: a região Norte possui população mais numerosa que a região Centro-Oeste, com uma diferença de 2 milhões de habitantes entre ambas; contudo, a quantidade de matrículas em Creches na região Norte é inferior à do Centro-Oeste em cerca de um terço (68.513 matrículas), revelando que a expansão das matrículas no Norte do Brasil é imperativa.

**Tabela 10: Número de matrículas em Creche - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE MATRÍCULAS
<b>BRASIL</b>	<b>3.043.548</b>
Região Sudeste	1.534.193
Região Nordeste	669.271
Região Sul	507.263
Região Centro-Oeste	200.667
Região Norte	132.154

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os cinco estados que possuem a menor quantidade de matrículas em Creches, esses pertencem, majoritariamente, à região Norte, com a exceção do Sergipe (17.886 matrículas). A distribuição das matrículas nesse conjunto de estados oscila entre 3.756 (Amapá) a 17.886 (Sergipe), sendo que, se somados os registros de matrículas dos estados na segunda e terceira posição da Tabela 11, Roraima (5.456 matrículas) e Acre (8.958 matrículas), estes não alcançam a quantidade de matrículas registrada por Sergipe, enquanto Rondônia responde por 11.286 matrículas ou cerca de 8,5% das matrículas totais da região Norte.

**Tabela 11: Número de matrículas em Creche - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
Amapá	3.756
Roraima	5.456
Acre	8.958
Rondônia	11.286
Sergipe	17.886

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Já os cinco estados que concentram o maior número de matrículas em comparação ao território nacional pertencem exclusivamente às regiões Sul e Sudeste. O estado de São Paulo ocupa liderança absoluta nesse conjunto, com mais de 974 mil matrículas, o que representa 63,5% da quantidade total de matrículas da região Sudeste. Cabe notar que nem a soma das quantidades de matrículas dos demais estados da Tabela 12 chega a superar o número de matrículas de São Paulo. Minas Gerais (266.397) e Rio de Janeiro (223.356) apresentam quantidades próximas de matrículas, seguidos dos estados do Sul, Paraná (181.308) e Rio Grande do Sul (168.518), os quais acumulam, respectivamente, 35% e 33% do total de matrículas da região em destaque.

**Tabela 12: Número de matrículas em Creche - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
São Paulo	974.665
Minas Gerais	266.397
Rio de Janeiro	223.356
Paraná	181.308
Rio Grande do Sul	168.518

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise das taxas de cobertura em Creches no Brasil, calculada pela razão entre a quantidade de matrículas nessa etapa de ensino e a população em faixa etária correspondente a esta (zero a três anos), torna-se notável que essa etapa de ensino atende apenas um terço das crianças brasileiras. Situação mais preocupante observa-se nas regiões Centro-Oeste (24,8%), Nordeste (21,8%) e Norte (11,1%), em que as proporções ainda são mais baixas que a taxa nacional. No Sul e Sudeste, as mesmas taxas atingem 41% e 41,3%, respectivamente, valores mais altos do que os das demais regiões, porém, ainda abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 50% das crianças atendidas por essa etapa de ensino até 2024.

**Tabela 13: Taxa de cobertura em Creche - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE COBERTURA EM CRECHE (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>30,4</b>
Região Sudeste	41,3
Região Sul	41,0
Região Centro-Oeste	24,8
Região Nordeste	21,8
Região Norte	11,1

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq<sup>3</sup>. Elaboração: Fundação Abrinq.

A região Norte, que apresenta a taxa de cobertura em Creche mais baixa do país, segue representada por seus estados na Tabela 14, os quais também apresentam o desempenho mais baixo nesse indicador. Nenhum desses estados alcança ao menos 15% de taxa de cobertura em Creche, ou seja, situam-se abaixo da metade da taxa nacional. Roraima (13,6%) e Rondônia (12,3%) são os que mais se aproximam desse valor, enquanto o Pará apresenta uma taxa de cobertura de cerca de 10%. Já Amazonas e Amapá têm as taxas mais baixas registradas em território nacional, 8,3% e 6,5%, respectivamente. Portanto, o quadro situacional expresso nesse conjunto de estados indica que a expansão de vagas em Creches faz-se mais do que urgente na região Norte do Brasil.

**Tabela 14: Taxa de cobertura em Creche - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE COBERTURA EM CRECHE (%)</b>
Amapá	6,5
Amazonas	8,3
Pará	10,3
Rondônia	12,3
Roraima	13,6

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq. Elaboração: Fundação Abrinq.

<sup>3</sup> Estimativas populacionais calculadas pela Fundação Abrinq, tendo os Censos de 2000 e 2010 como referências de projeção.

Situação distinta verifica-se nos estados que possuem as mais altas taxas de cobertura em Creche. Nesse conjunto de estados, pertencentes exclusivamente às regiões Sul e Sudeste, todos superaram a taxa nacional. Nesse sentido, Paraná (35,9%), Rio Grande do Sul (38,8%) e Espírito Santo (39,2%) registram taxas de cobertura em creche acima da do Brasil, em cerca de 5% e 9%. São Paulo (50,2%) e Santa Catarina (52,7%) surpreendem por atingirem a meta instituída pelo PNE, de 50% de cobertura em Creche e serem os estados que apresentam melhor desempenho nesse indicador.

**Tabela 15: Taxa de cobertura em Creche - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE COBERTURA EM CRECHE (%)</b>
Santa Catarina	52,7
São Paulo	50,2
Espírito Santo	39,2
Rio Grande do Sul	38,8
Paraná	35,9

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq. Elaboração: Fundação Abrinq.

As matrículas em Pré-Escola somam 4.916.525 registros em todo o Brasil, quantidade que supera as matrículas em Creche em mais de 1,87 milhão, sendo que o universo de crianças entre quatro e cinco anos no país corresponde à, aproximadamente, metade da população de crianças entre zero e três anos. Disso denota a constatação de que as matrículas em Pré-Escola são, portanto, mais abrangentes. Verifica-se ainda que a distribuição das matrículas nesta etapa de ensino acompanha também a distribuição populacional entre as regiões, na devida ordem: Sudeste (1.991.193), Nordeste (1.481.731), Sul (603.897), Norte (488.176) e Centro-Oeste (351.528).

**Tabela 16: Número de matrículas em Pré-Escola - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>MATRÍCULAS EM PRÉ-ESCOLA</b>
<b>BRASIL</b>	<b>4.916.525</b>
Região Sudeste	1.991.193
Região Nordeste	1.481.731
Região Sul	603.897
Região Norte	488.176
Região Centro-Oeste	351.528

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise e comparação entre os estados, a distribuição das matrículas em Pré-Escola segue o mesmo padrão das matrículas em Creche, no que tange à presença de estados do Norte entre aqueles com os registros mais baixos de matrículas. Roraima (16.095) e Tocantins (39.960), que ocupam a primeira e a última posição nesse conjunto de estados, apresentam entre si uma diferença de 23,8 mil matrículas. Entre os demais estados que figuram nessa lista estão, na seguinte ordem: Amapá (20.452), Acre (24.885) e Rondônia (38.080).

**Tabela 17: Número de matrículas em Pré-Escola - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	MATRÍCULAS EM PRÉ-ESCOLA
Roraima	16.095
Amapá	20.452
Acre	24.885
Rondônia	38.080
Tocantins	39.960

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre os estados que registram a maior quantidade de matrículas em Pré-Escola no país, é possível observar que essa está, novamente, relacionada à distribuição da população brasileira. São Paulo (1.086.871), Minas Gerais (451.581) e Rio de Janeiro (353.953), estados da região Sudeste, integram essa lista. Cabe ressaltar que São Paulo responde por 54,5% das matrículas da região. Além desses, estão presentes dois estados da região Nordeste, Bahia (357.934) e Ceará (237.105), que juntos respondem por cerca de 40% das matrículas dessa região.

**Tabela 18: Número de matrículas em Pré-Escola - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	MATRÍCULAS EM PRÉ-ESCOLA
São Paulo	1.086.871
Minas Gerais	451.581
Bahia	357.934
Rio de Janeiro	353.953
Ceará	237.105

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A taxa de cobertura em Pré-Escola, calculada a partir da razão entre a quantidade de matrículas e a população na faixa etária entre quatro e cinco anos, fornece informações importantes referentes ao acesso à escola por crianças com idade correspondente a essa modalidade de ensino. Cabe lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE) estipulou como uma de suas metas a universalização da Pré-Escola até 2016.

Assim, a partir dessa perspectiva de análise, verifica-se que a proporção de crianças matriculadas na Pré-Escola atinge seu valor máximo na região Sudeste (99,1%), ultrapassando a taxa nacional (91,6%). As regiões Nordeste (91,1%) e Sul (90,3%) apresentam percentuais de cobertura pouco abaixo da média, mas que ainda se situam acima dos 90%. Já as regiões Centro-Oeste e Norte do país registram os mais baixos percentuais de cobertura, 81,9% e 76,2%, respectivamente.

**Tabela 19: Taxa de cobertura em Pré-Escola - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE COBERTURA EM PRÉ-ESCOLA (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>91,6</b>
Região Sudeste	99,1
Região Nordeste	91,1
Região Sul	90,3
Região Centro-Oeste	81,9
Região Norte	76,2

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq.<sup>4</sup> Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre o conjunto de estados com os mais baixos percentuais de cobertura em Pré-Escola, esses evidenciam o exposto na tabela anterior, uma vez que todos pertencem à região Norte. Acre (71,7%) e Pará (76,6%) ocupam a primeira e a última posição nessa lista e apresentam taxa média de cobertura de 74,4%. Rondônia (76,4%) e Amazonas (75,2%) apresentam percentuais que ainda indicam o acesso à Pré-Escola por ao menos três quartos de sua população na faixa etária de quatro e cinco anos. O estado do Amapá apresenta o segundo mais baixo percentual de cobertura, com apenas 72,3%.

**Tabela 20: Taxa de cobertura em Pré-Escola - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE COBERTURA EM PRÉ-ESCOLA (%)</b>
Acre	71,7
Amapá	72,3
Amazonas	75,2
Rondônia	76,4
Pará	76,6

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq. Elaboração: Fundação Abrinq.

<sup>4</sup> Estimativas populacionais calculadas pela Fundação Abrinq, tendo os Censos de 2000 e 2010 como referências de projeção.

Os estados líderes em taxa de cobertura em Pré-Escola possuem, aproximadamente, a totalidade ou mais do que a totalidade de sua população entre quatro e cinco anos matriculada, o que é evidenciado por taxas que ultrapassam os 100%. Essas situações podem ser explicadas por diversos fatores, entre os quais: uma vez que no cálculo são contabilizados os registros de matrículas, esses podem conter duplicações, ou seja, uma mesma criança pode estar matriculada em duas escolas concomitantemente. Podem ainda ocorrer casos de crianças com mais de seis anos matriculadas na Pré-Escola, o que foge do grupo etário da população de referência (quatro e cinco anos). Além disso, há que se considerar possíveis distorções decorrentes das estimativas populacionais, a qual é projetada tendo os últimos dois Censos (2000 e 2010) como referência, sendo passível de desvios que podem superestimar ou subestimar a dimensão populacional de determinados grupos etários.

**Tabela 21: Taxa de cobertura em Pré-Escola - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE COBERTURA EM PRÉ-ESCOLA (%)
Santa Catarina	105,4
São Paulo	103,9
Espírito Santo	102,9
Ceará	101,2
Piauí	100,6

Fonte (matrícula): Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Fonte (população de referência): Fundação Abrinq. Elaboração: Fundação Abrinq.

As taxas de escolarização bruta<sup>5</sup> e líquida<sup>6</sup> têm o potencial de demonstrar, dentre os matriculados em determinada série ou etapa de ensino, a proporção da população de determinada faixa etária que frequenta a escola e que se encontra devidamente matriculada na série ou etapa de ensino adequada e correspondente a sua idade. Na distinção entre essas duas, a taxa de escolarização líquida representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (quatro a cinco anos) para cursar a pré-escola e a população total na mesma faixa etária; já a taxa de escolarização bruta é a razão entre o número total de matrículas (independentemente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (quatro a cinco anos) para o curso na Pré-Escola. Dessa forma, se quisermos observar a proporção de alunos devidamente matriculados na etapa adequada a sua idade, a taxa de escolarização líquida é a mais indicada para tal análise.

Por esse raciocínio, é possível verificar, por exemplo, que a taxa de escolarização líquida no Brasil é de 55,9%, ou seja, pouco menos da metade das crianças entre quatro e cinco anos não se encontra na escola ou não está matriculada nessa etapa de ensino. Além disso, é notável em observância à taxa de escolarização bruta nacional (72%) que há um considerável contingente de crianças fora da faixa etária correspondente matriculada nessa etapa de ensino ou que a abandonaram, cerca de 16,1%.

<sup>5</sup> Taxa de escolarização bruta: É a razão entre o número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino (independentemente da idade) e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível. A taxa de matrícula bruta é um indicador que permite quantificar a capacidade potencial de atendimento do sistema educacional, informando se a oferta de vagas contempla a totalidade da população que se encontra na faixa etária recomendada para cursar cada um dos níveis

<sup>6</sup> Taxa de escolarização líquida: É a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível de ensino e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível. A taxa de matrícula líquida tem por objetivo verificar o acesso ao sistema educacional daqueles que se encontram na idade recomendada para cada um dos níveis de ensino.

A região Nordeste (61,1%) é a que apresenta a mais alta taxa de escolarização líquida do país, seguida da região Sudeste (59%). Porém, na comparação entre as taxas de escolarização bruta e líquida, verifica-se que o Nordeste apresenta diferença maior (19,5%) do que o Sudeste (15,2%). O que significa que a primeira região possui uma quantidade maior de crianças em situação de atraso escolar. Já as regiões Norte (47,5%), Centro-Oeste (47,5%) e Sul (47,1%) apresentam percentuais próximos no que tange à taxa de escolarização líquida na Pré-Escola e, na mesma ordem, acumulam as maiores diferenças entre as taxas brutas e líquidas de escolarização, 15,8%, 13,5% e 12,6%.

**Tabela 22: Taxa de escolarização bruta e líquida na Pré-Escola - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	PRÉ-ESCOLA (QUATRO A SEIS ANOS)	
	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
<b>BRASIL</b>	<b>72,0</b>	<b>55,9</b>
Região Nordeste	80,6	61,1
Região Sudeste	74,2	59,0
Região Norte	63,3	47,5
Região Centro-Oeste	61,0	47,5
Região Sul	59,7	47,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre os estados que possuem as proporções mais baixas de escolarização líquida, ou seja, de crianças matriculadas na etapa do ensino adequada para sua idade, é possível verificar que todos apresentam taxas de escolarização líquida abaixo dos 50%, o que indica situação bastante preocupante. O estado do Mato Grosso apresenta a maior taxa de escolarização líquida entre esse conjunto de estados, 40,6%, além de uma diferença de 11,1% entre as taxas de escolarização bruta e líquida. O Acre possui a mesma taxa de escolarização bruta (51,7%) que o Mato Grosso, porém, com uma escolarização líquida de 39,3%. Nesse aspecto, Rondônia apresenta a menor distorção entre suas taxas de escolarização bruta e líquida, apenas 2,8%. Amazonas (36,7%) e Amapá (34,2%) registram as mais baixas taxas de escolarização líquida nesse conjunto de estados e também as maiores diferenças percentuais entre as duas taxas de escolarização, 17,7% e 22,8%, respectivamente.

**Tabela 23: Taxa de escolarização bruta e líquida na Pré-Escola - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	PRÉ-ESCOLA (QUATRO A SEIS ANOS)	
	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
Amapá	57,0	34,2
Amazonas	54,4	36,7
Rondônia	40,2	37,4
Acre	51,7	39,3
Mato Grosso	51,7	40,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

No conjunto de estados que registram as taxas de escolarização líquida mais altas na Pré-Escola, todos pertencem à região Nordeste, com exceção de São Paulo. O Sergipe, além de ocupar a primeira posição nessa lista de estados, com a mais alta taxa de escolarização líquida de 65,5%, também apresenta a maior diferença entre esta e a taxa de escolarização bruta, 23,7%. Nessa ordem, segue Pernambuco com uma taxa de escolarização líquida de 64,1% e diferença de 22,2% entre as duas taxas de escolarização. Na análise das taxas de escolarização desses dois estados, essas tendem a indicar que, apesar de apresentarem os mais altos percentuais de alunos na etapa adequada de ensino, esses estados também podem apresentar uma situação expressiva de alunos em atraso ou abandono escolar.

O estado do Ceará já registra uma diferença mais baixa, de 18,5%, entre suas taxas de escolarização bruta e líquida, sendo de 82,3% o valor da primeira. Maranhão e São Paulo apresentam, respectivamente, taxas de escolarização líquida de 62,8% e 61%; não obstante, na diferença percentual entre suas taxas de escolarização bruta e líquida, os dois estados apresentam diferenças mínimas: 16,3% para o Maranhão e 16,5% para São Paulo.

**Tabela 24: Taxa de escolarização bruta e líquida na Pré-Escola - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	PRÉ-ESCOLA (QUATRO A SEIS ANOS)	
	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
Sergipe	89,3	65,5
Pernambuco	86,3	64,1
Ceará	82,3	63,8
Maranhão	79,1	62,8
São Paulo	77,5	61,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Estabelecimentos de ensino

A distribuição dos estabelecimentos de Educação Infantil, classificados como Creches, ao longo do território nacional, apresenta a mesma tendência de grande parte dos indicadores que vimos até aqui; isto é, a distribuição desses estabelecimentos educacionais tende a ser maior em regiões com maior concentração populacional (na devida ordem: Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste). Sob essa perspectiva, é importante comparar e notar a diferença entre as quantidades de estabelecimentos de cada região; por exemplo, a população da região Sudeste é 1,5 vez maior que a da Nordeste, no entanto, a primeira região possui apenas 389 Creches a mais do que a segunda.

A quantidade de estabelecimentos de Educação Infantil no Brasil é de 63.221, sendo que as duas regiões já mencionadas, Sudeste e Nordeste, respondem, respectivamente, por 37,4% e 36,7% dos estabelecimentos do país. A região Centro-Oeste é a que registra a menor quantidade de Creches, apenas 2.970 estabelecimentos. Outra importante comparação entre as regiões faz-se necessária nesse ponto, o Sul possui 1,7 vez a quantidade da população da região Norte, ao mesmo tempo em que detém 2,5 vezes mais estabelecimentos que a última dessas regiões. Perante tais análises nota-se que a discrepância regional tende a impactar na expansão da Educação Básica e, conseqüentemente, no acesso a essa por parte considerável das crianças brasileiras. No caso das Creches, tal fato pode comprometer a meta de universalização dessa modalidade de ensino, tal qual preconizada pelo PNE, e adensar as desigualdades intra e extra escolares.

**Tabela 25: Número de estabelecimentos de Educação Infantil (Creche) - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
<b>BRASIL</b>	<b>63.221</b>
Região Sudeste	23.653
Região Nordeste	23.264
Região Sul	9.525
Região Norte	3.809
Região Centro-Oeste	2.970

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Replicando a análise realizada para as regiões brasileiras, pode-se observar que a distribuição dos estabelecimentos de Educação Infantil entre os estados apresenta quantidades que seguem padrões semelhantes. A região Norte, por exemplo, que evidencia a menor quantidade de estabelecimentos de Educação Infantil perante seu contingente populacional, faz-se representada exclusivamente no conjunto dos estados com o pior desempenho nesse indicador. Nesse sentido, a média total da quantidade de Creches nesse conjunto de estados é de 198 estabelecimentos, sendo

que somente Rondônia (213) e Tocantins (344) situam-se acima dessa média. O Acre apresenta quantidade pouco abaixo da média, 192 estabelecimentos de Educação Infantil. Vale notar que entre os estados aqui presentes, Roraima (125) é o que possui o menor contingente populacional, porém, o Amapá é o estado que apresenta o pior desempenho nesse indicador, registrando apenas 115 estabelecimentos de Educação Infantil em seu território.

É importante mencionar o papel que a distribuição populacional desempenha para essa análise, no seguinte sentido: se observarmos o estado com maior quantidade de Creches nesse grupo, o Tocantins, veremos que ele expõe situação paradoxal: tendo população menor de crianças entre zero e três anos (uma desvantagem de 15.399 indivíduos) e uma vantagem de 131 estabelecimentos sobre o estado de Rondônia. O mesmo se verifica entre os estados do Amapá, que possui 18,6 mil indivíduos a mais do que o estado de Roraima, e, ainda assim, apresenta diferença negativa de uma dezena de Creches.

**Tabela 26: Número de estabelecimentos de Educação Infantil (Creche) - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Amapá	115
Roraima	125
Acre	192
Rondônia	213
Tocantins	344

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Já a presença de Creches, dentre os estados que apresentam maior quantidade desses estabelecimentos em seus respectivos territórios, tende a apresentar algumas similaridades com a distribuição populacional. Assim se justifica a presença dos quatro estados mais populosos do país nesse conjunto, em sua devida ordem: São Paulo (13.189), Minas Gerais (5.112), Rio de Janeiro (4.440) e Bahia (4.526). Comparativamente, nota-se então que esses últimos dois estados apresentam uma inversão nas posições que ocupam na Tabela 27, uma vez que a Bahia possui 86 Creches de vantagem sobre a quantidade registrada no Rio de Janeiro. A presença do Ceará nesse conjunto de estados merece destaque, sobretudo por ocupar a terceira posição nessa lista, com 4.678 estabelecimentos. Por fim, cabe ressaltar que a diferença na quantidade média de estabelecimentos de Educação Infantil entre o conjunto de estados com pior e o de melhor desempenho nesse indicador é de mais de 6 mil estabelecimentos.

**Tabela 27: Número de estabelecimentos de Educação Infantil (Creche) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	ESTABELECIDAMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
São Paulo	13.189
Minas Gerais	5.112
Ceará	4.678
Bahia	4.526
Rio de Janeiro	4.440

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Professores - Formação

O indicador que mensura a quantidade de professores com Ensino Superior completo em determinada etapa de ensino demonstra o nível de qualificação dos profissionais da educação. Esse configura-se como um importante indicador a ser explorado para todos os níveis da Educação Básica, iniciando pelos professores da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola).

Das cinco regiões do país, apenas duas possuem proporções de professores com Ensino Superior que ultrapassam a proporção nacional (61,9%), as regiões Centro-Oeste (75,7%) e Sudeste (67,6%), e a primeira delas possui três quartos de seu quadro docente atendendo a esse nível de qualificação. Já as regiões Norte (54,4%) e Nordeste (44,7%) concentram, respectivamente, pouco mais da metade de seus profissionais com nível universitário e, no mínimo, pouco mais de dois quintos dos professores em Creches com Ensino Superior. A região Sul (60,1%) possui valores intermediários comparada às outras, mantendo-se apenas 1,8% em desvantagem em relação à média nacional de professores da Educação Infantil que possuem Ensino Superior completo.

**Tabela 28: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Creches) - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
<b>BRASIL</b>	<b>152.630</b>	<b>61,9</b>
Região Centro-Oeste	11.219	75,7
Região Sudeste	84.985	67,6
Região Sul	31.747	60,1
Região Norte	5.042	54,4
Região Nordeste	19.643	44,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados com as proporções mais baixas de professores da Educação Infantil (Creches) com nível Superior não ultrapassam os 40,8%, indicando que mais da metade do seu quadro profissional não concluíram essa etapa de ensino. A média dos docentes que possuem nível Superior nesses estados é de 36,8%, sendo que Bahia (40,8%), Rio de Janeiro (39,4%) e Pernambuco (37,4%) superam por estreita vantagem essa média. Já os estados do Alagoas (35,2%) e Maranhão (31,2%) apresentam os percentuais mais baixos nesse conjunto de estados, sendo que no caso desse último, cerca de um terço dos profissionais de Creches alegam ter Ensino Superior.

**Tabela 29: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Creches) - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Maranhão	1.886	31,2
Alagoas	790	35,2
Pernambuco	2.267	37,4
Rio de Janeiro	6.395	39,4
Bahia	4.056	40,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre os estados que acumulam maior proporção de professores da Educação Infantil, especificamente das Creches, com Ensino Superior, vemos a liderança do Espírito Santo (88,6%) com quase oito em cada dez docentes com esse nível de escolaridade, seguido do Mato Grosso do Sul (85,3%). Apesar da presença frequente de estados do Sul e Sudeste entre aqueles com melhor desempenho nos indicadores educacionais, no que tange a esse indicador específico, faz-se representada todas as regiões, com exceção da própria região Sul e do Nordeste. Rondônia (77,1%) e Mato Grosso (77%) apresentam percentuais semelhantes, que correspondem a mais de três quartos do quadro de professores de Creches com nível Superior. São Paulo, apesar de apresentar a maior quantidade absoluta de docentes com Ensino Superior, próximo a 60 mil, figura na última posição entre os estados com melhor desempenho nesse indicador, com 74,7% de seu quadro docente com esse nível de escolaridade.

**Tabela 30: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Creches) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Espírito Santo	5.724	88,6
Mato Grosso do Sul	3.608	85,3
Rondônia	651	77,1
Mato Grosso	2.601	77,0
São Paulo	59.447	74,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Em algumas regiões brasileiras, a proporção de docentes com Ensino Superior em Pré-Escolas atinge percentuais um pouco maiores do que no caso das Creches. Mediante a média nacional de 65,8% dos docentes de Pré-Escola com diploma de Ensino Superior, verifica-se, comparativamente, um acréscimo de 4% do percentual registrado para Creches. Três das regiões apresentam percentuais ainda maiores que a média nacional, Centro-Oeste (80,4%), Sudeste (75,8%) e Sul (72,1%). Esses destoam dos percentuais registrados pelas regiões Norte (54,3%) e Nordeste (46,8%), que atingem pouco mais da metade do quadro de docentes, no caso da primeira, e pouco menos, no caso da segunda região.

**Tabela 31: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Pré-Escola) - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
<b>BRASIL</b>	<b>198.396</b>	<b>65,8</b>
Região Centro-Oeste	17.533	80,4
Região Sudeste	93.208	75,8
Região Sul	35.141	72,1
Região Norte	12.761	54,3
Região Nordeste	39.805	46,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre o conjunto de estados que apresentam as mais baixas proporções de docentes com Ensino Superior em Pré-Escolas, os percentuais registrados não ultrapassam os 50%, ou seja, mais da metade do quadro docente responsável por essa etapa de ensino não possui Ensino Superior. Pernambuco (44,3%) e Bahia (43,6%) ainda são os únicos que superam os 40% nesse indicador. Enquanto Alagoas e Amapá possuem, respectivamente, apenas 39,9% e 38,9% de seu quadro docente da Educação Infantil com nível Superior. O Maranhão, por sua vez, em território nacional, reúne a menor concentração de profissionais com nível Superior para Creches (como observado anteriormente) e Pré-Escolas, cerca de um terço.

**Tabela 32: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Pré-Escola) - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Maranhão	4.586	33,2
Amapá	427	38,9
Alagoas	1.720	39,9
Bahia	8.584	43,6
Pernambuco	5.294	44,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que lideram com a maior proporção de professores com Ensino Superior nas Pré-Escolas, estes apresentam percentuais mais altos do que observado no caso das Creches. Esse conjunto de estados partilha entre si a média de 85,1% dos professores da Educação Infantil (Pré-Escola) com formação de nível Superior; São Paulo (85%) e Mato Grosso (84,2%) situam-se pouco abaixo dessa média. Nas Pré-Escolas, não há estado que detenha menos de 79% de seus profissionais nessa condição; a proporção mínima é apresentada pelo Distrito Federal, com 79,4%. Nota-se ainda que as maiores proporções são acumuladas pelos mesmos estados que as detêm no caso das Creches, Espírito Santo (89,6%) e Mato Grosso do Sul (87,1%).

Tabela 33: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Pré-Escola) - estados com melhor desempenho - 2015

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Espírito Santo	6.631	89,6
Mato Grosso do Sul	4.460	87,1
São Paulo	52.616	85,0
Mato Grosso	4.032	84,2
Distrito Federal	3.156	79,4

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica, de caráter obrigatório, e que atende crianças a partir dos seis anos de idade. Com o estabelecimento de sua duração de nove anos, o Ensino Fundamental está dividido em duas partes: anos iniciais (que compreendem do 1º ao 5º ano) e anos finais (que compreendem do 6º ao 9º ano). Dessa forma, sua faixa etária de atendimento envolve crianças e adolescentes entre seis e 14 anos.

### META DO PNE:



**Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.**

## Matrículas: cobertura e acesso

Dada a obrigatoriedade de matrícula no Ensino Fundamental para a população entre seis e 14 anos, a distribuição da quantidade de matrículas tende então a obedecer à distribuição da população brasileira nessa faixa etária, segundo regiões e estados.

Dessa forma, a liderança do número de matrículas encontra-se na região Sudeste (10.561.305), seguida da região Nordeste (8.393.893), que juntas respondem por 68,1% de todas as matrículas do país. Numa perspectiva comparativa, as quantidades de matrículas das demais regiões, Sul (3.613.709), Norte (3.117.961) e Centro-Oeste (2.138.470), quando somadas, apresentam aproximadamente a mesma quantidade de matrículas da região Nordeste, com 476.247 de desvantagem sobre essa última.

**Tabela 34: Número de matrículas no Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE MATRÍCULAS
<b>BRASIL</b>	<b>27.825.338</b>
Região Sudeste	10.561.305
Região Nordeste	8.393.893
Região Sul	3.613.709
Região Norte	3.117.961
Região Centro-Oeste	2.138.470

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise entre os estados, nota-se que os que apresentam a menor concentração de matrículas pertencem exclusivamente à região Norte, conforme ordenado: Roraima (91.651), Amapá (136.881), Acre (162.822), Tocantins (251.179) e Rondônia (276.904). Vale demarcar que a soma das quantidades de matrículas desses estados não chega a superar 1 milhão.

**Tabela 35: Número de matrículas no Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
Roraima	91.651
Amapá	136.881
Acre	162.822
Tocantins	251.179
Rondônia	276.904

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

As matrículas no Ensino Fundamental entre os estados que agregam as maiores quantidades de registros obedecem estritamente à distribuição da população brasileira de seis a 14 anos segundo os estados. Essas assim estão distribuídas, em sua devida ordem: São Paulo (5.365.948), Minas Gerais (2.671.665), Bahia (2.125.314), Rio de Janeiro (2.074.921) e Pará (1.475.444). Merece destaque na Tabela 36 o estado de São Paulo, com mais de 5 milhões de matrículas no Ensino Fundamental, e o estado do Pará, o único que apresenta menos de 2 milhões de matrículas no ensino fundamental, em meio a esse conjunto de estados.

**Tabela 36: Número de matrículas no Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
São Paulo	5.365.948
Minas Gerais	2.671.665
Bahia	2.125.314
Rio de Janeiro	2.074.921
Pará	1.475.444

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Conforme preconizado pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 e presente em suas metas, a adoção do modelo de educação em tempo integral visa a ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, de modo a também ampliar as oportunidades educativas oferecidas a crianças e adolescentes brasileiros, bem como a qualidade do ensino.

Uma vez observadas as diversas limitações e readequações necessárias para implantação dessa modalidade de ensino nas escolas brasileiras, no que tange à infraestrutura, disponibilidade de pessoal e planejamento de conteúdos a serem ministrados nesse turno extra, cabe também reconhecer as potencialidades da educação em tempo integral. Através da adoção de práticas educacionais consistentes, que integrem distintos saberes, ampliem as possibilidades de aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos alunos, torna-se viável incidir sobre a redução de desigualdades intra e extraescolares.

### META DO PNE:



**Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.**

Exposta a perspectiva por trás do oferecimento dessa modalidade, ao analisarmos os dados referentes às matrículas no Ensino Fundamental integral, essas correspondem a pouco mais de um sexto (16,7%) do total de matrículas do Ensino Fundamental brasileiro. O Nordeste apresenta a maior quantidade absoluta (2.202.764) e percentual (26,2%) de matrículas nesta modalidade, respondendo por 47,3% do registro total de matrículas no país.

Em seguida, também superando a proporção nacional de matrículas no Ensino Fundamental integral, está a região Norte (21,1%). Nota-se, entretanto, que o Sudeste supera essa última em quantidade absoluta de matrículas, com 1.119.700 registros de matrícula no Ensino Fundamental integral contra 658.785 da região Norte. As regiões Centro-Oeste e Sul apresentam o mesmo percentual de matrículas, 11,6%, porém, suas respectivas quantidades absolutas, 248.857 e 418.171, diferem-se em pouco mais de 169 mil registros. A região Sudeste, aqui já abordada pela segunda posição em quantidade absoluta de matrículas no Ensino Fundamental integral, no entanto, possui pouco mais de 10% das matrículas do Ensino Fundamental pertencendo à modalidade integral.

**Tabela 37: Número e percentual de matrículas no Ensino Fundamental integral - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>Nº DE MATRÍCULAS</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>4.648.277</b>	<b>16,7</b>
Região Nordeste	2.202.764	26,2
Região Norte	658.785	21,1
Região Centro-Oeste	248.857	11,6
Região Sul	418.171	11,6
Região Sudeste	1.119.700	10,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Ao observarmos a distribuição dessas mesmas matrículas entre os estados que possuem, comparativamente, as mais baixas concentrações, nota-se que todos apresentam menos de 10% da totalidade de matrículas no Ensino Fundamental nesta modalidade. O estado de Roraima destaca-se por apresentar, concomitantemente, o mais baixo percentual (3,8%) e quantidade absoluta de matrículas (3.474) no Ensino Fundamental integral. No outro extremo, o Rio de Janeiro agrega 204.406 registros, ou 9,9% do percentual de matrículas do Ensino Fundamental nessa modalidade específica. Os demais estados que fazem parte desse conjunto, Santa Catarina (8,3%), Mato Grosso do Sul (7,9%) e Distrito Federal (7,6%), mesmo com suas quantidades absolutas de matrículas somadas, essas não superam o número de matrículas do estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 38: Número e percentual de matrículas no Ensino Fundamental integral - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS	(%)
Roraima	3.474	3,8
Distrito Federal	29.777	7,6
Mato Grosso do Sul	31.507	7,9
Santa Catarina	69.183	8,3
Rio de Janeiro	204.406	9,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que apresentam os maiores percentuais de matrículas no Ensino Fundamental na modalidade integral, estes pertencem à região Nordeste, com exceção do Tocantins. Nesse aspecto, o Tocantins ocupa a liderança nacional nesse indicador, detendo 40,2% das matrículas, o que corresponde, no entanto, pela menor quantidade absoluta de matrículas entre os estados aqui listados, apenas 101.060. Na sequência, com seus respectivos percentuais, estão os seguintes estados do Nordeste: Maranhão (32,7%), Piauí (30%), Bahia (28,4%) e Ceará (27,1%). Sendo o estado mais populoso entre os aqui listados, a Bahia registra a maior quantidade absoluta de matrículas nesta modalidade, 602.429 registros.

**Tabela 39: Número e percentual de matrículas no Ensino Fundamental integral - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS	(%)
Tocantins	101.060	40,2
Maranhão	403.939	32,7
Piauí	152.107	30,0
Bahia	602.429	28,4
Ceará	344.773	27,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Como mencionamos, quando observadas previamente as taxas de escolarização na Pré-Escola, a análise conjunta das taxas brutas e líquidas possibilitam identificar a oferta de vagas (matrículas) em determinada etapa de ensino em relação à demanda real, ou seja, a população que se encontra na faixa etária correspondente a essa mesma etapa, bem como em identificar os déficits nesta etapa de ensino.

No caso presente, as taxas de escolarização líquida e bruta no Ensino Fundamental atingem percentuais acima dos 90%, justificado, em grande parte, pela obrigatoriedade de matrícula à população de seis a 14 anos. Isso nos coloca próximos a alcançar a meta de universalização estipulada pelo PNE para essa etapa de ensino. Por outro lado, é notória a constatação de que as taxas brutas de todas as regiões e estados brasileiros superam os 100%, o que pode indicar uma situação de atraso escolar bastante recorrente nesta etapa de ensino.

Nessa perspectiva comparativa de análise, apesar de próximas da universalização, as proporções de escolarização ainda não cobrem toda a população a quem o serviço de educação é oferecido. No Brasil, 6,7% da população de seis a 14 anos não está matriculada regularmente nesta etapa de ensino ou até mesmo encontra-se fora da escola.

Sendo a taxa média de escolarização líquida no Brasil de 93,3%, somente as regiões Sudeste (94,1%), Centro-Oeste (93,8%) e Sul (93,7%) superam esse valor. As demais regiões, Nordeste (92,4%) e Norte (92,3%) possuem taxa de escolarização líquida abaixo da nacional, além de apresentarem a maior diferença entre as taxas bruta e líquida, 15,8% e 16%, respectivamente. Nota-se determinada homogeneidade entre as taxas de escolarização líquida no Ensino Fundamental, sendo a variação entre a primeira e última região da lista de apenas 1,8%.

**Tabela 40: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)</b>	<b>TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>105,8</b>	<b>93,3</b>
Região Sudeste	103,5	94,1
Região Centro-Oeste	105,6	93,8
Região Sul	104,8	93,7
Região Nordeste	108,2	92,4
Região Norte	108,3	92,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que possuem baixas taxas de escolarização líquida, verifica-se que todos situam-se abaixo da taxa nacional já apresentada. Com exceção de Pernambuco (89,7%), os demais apresentam uma taxa de escolarização líquida na faixa dos 90%, apenas com diferenças decimais entre eles. No tocante aos estados que fazem parte desse conjunto, todos pertencem às regiões Norte e Nordeste e evidenciam diferença média de 14,5% entre suas respectivas taxas de escolarização bruta e líquida. Entre os aqui listados, o Alagoas, com uma taxa de escolarização líquida de 90,4%, evidencia a variação mais alta entre suas duas taxas, de cerca de 20%.

**Tabela 41: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
Pernambuco	102,9	89,7
Acre	103,3	90,0
Alagoas	110,4	90,4
Amapá	101,8	90,6
Amazonas	105,7	90,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Já perante o grupo de estados que possui as taxas de escolarização líquida mais altas do país, estas atingem percentuais que superam a taxa nacional (93,3%). Roraima e Mato Grosso do Sul apresentam a mesma taxa de escolarização líquida (94,6%), e na comparação entre suas taxas bruta e líquida, os estados apresentam distintas variações, 8,8% e 14,4%, respectivamente. Rondônia (95,1%) e Distrito Federal (95%) ilustram situação semelhante, com uma variação de apenas 0,1% em suas respectivas taxas de escolarização líquida. A liderança é conferida a Minas Gerais, cuja taxa de escolarização líquida é de 96,3%.

**Tabela 42: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
Minas Gerais	108,6	96,3
Rondônia	111,5	95,1
Distrito Federal	109,8	95,0
Roraima	103,4	94,6
Mato Grosso do Sul	109,0	94,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Fluxo e Qualidade

Os indicadores de fluxo e qualidade na educação dizem respeito ao processo de aprendizagem dos alunos e suas trajetórias em meio aos sistemas de ensino. Ou seja, se os alunos estão avançando e concluindo as etapas de ensino da Educação Básica com aprendizado e idade adequados, conforme os parâmetros preestabelecidos. Reconhecendo a existência de problemas estruturais como o atraso escolar e a baixa aprendizagem, uma das metas estabelecidas pelo PNE versa sobre a melhoria do fluxo e da qualidade da educação no seguinte aspecto:

### META DO PNE:



**Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.**

A distorção idade-série<sup>7</sup>, mensurada pela proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar, atinge valores expressivos no Ensino Fundamental. Para essa análise, vale retomar que, uma vez que a criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, espera-se que ela conclua os estudos nesta etapa até os 14 anos de idade.

Nesse sentido, verifica-se que as mais altas taxas de distorção se localizam nas regiões Norte (28,3%) e Nordeste (26,3%) do Brasil, as quais agregam proporções maiores que a taxa nacional e que correspondem a mais de um quarto dos alunos do Ensino Fundamental em situação de atraso escolar. As demais (Sul, 15,9%; Centro-Oeste, 15,8%; e Sudeste, 12,7%) apresentam uma taxa média de distorção de 14,8%, percentual bem mais baixo e próximo da metade observada nas regiões Norte e Nordeste. A taxa de distorção mais baixa encontra-se na região Sudeste, com apenas 12,7% dos alunos com idades superiores ao ano em que se encontram.

<sup>7</sup> Proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar, ou seja, com idade maior do que a faixa etária-limite prevista para cada um dos níveis de ensino.

**Tabela 43: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>19,2</b>
Região Norte	28,3
Região Nordeste	26,3
Região Sul	15,9
Região Centro-Oeste	15,8
Região Sudeste	12,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Como se verifica na Tabela 44, os estados que possuem os maiores percentuais de distorção idade-série nesta etapa de ensino pertencem às regiões Norte e Nordeste. Sergipe (32,5%), Pará (31,9%) e Bahia (31,6%) concentram cerca de um terço dos indivíduos cursando o Ensino Fundamental com idades superiores à adequada a esta etapa. Enquanto Alagoas (30%) e Piauí (28,7%) apresentam as taxas mais baixas de distorção em meio a esse conjunto de estados, sendo que a variação percentual entre os estados na última e primeira posição é de apenas 3,8%.

**Tabela 44: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)</b>
Sergipe	32,5
Pará	31,9
Bahia	31,6
Alagoas	30,0
Piauí	28,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre aqueles que apresentam melhor desempenho nesse indicador, verifica-se que suas respectivas taxas de distorção apresentam variação percentual máxima de 6,5%, quando comparadas às taxas de Santa Catarina (13,2%) e Mato Grosso (6,7%), em que a primeira é próxima do dobro da segunda. Já Minas Gerais (12,6%) e Paraná (12,5%) possuem proporções semelhantes de indivíduos em situação de atraso escolar no Ensino Fundamental. São Paulo, que detém a maior quantidade absoluta de indivíduos entre seis e 14 anos, evidencia que 7,2% dos matriculados no Ensino Fundamental encontram-se em situação de mais de dois anos de atraso escolar.

**Tabela 45: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)
Mato Grosso	6,7
São Paulo	7,2
Paraná	12,5
Minas Gerais	12,6
Santa Catarina	13,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os próximos três indicadores a serem analisados buscam mensurar a situação e o nível de alfabetização dos alunos da rede pública em três dimensões principais: leitura, escrita e matemática. Essas dimensões são avaliadas por meio da avaliação externa conhecida como Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e que avalia os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Passam pela avaliação todos os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental matriculados nas escolas públicas no ano da aplicação da avaliação. A ANA, a partir do estabelecimento de escalas de aprendizagem, fornece parâmetros e indicadores importantes para diagnóstico do desempenho dos alunos e, conseqüentemente, o aprimoramento do processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Com periodicidade bianual, sua última realização tem como referência o ano de 2014.

As regiões Sul (88,1%), Sudeste (86,9%) e Centro-Oeste (83,9%) situam-se acima da proporção nacional (77,8%) de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado em leitura. As regiões restantes (Norte, 64,9%; Nordeste, 64,4%) apresentam percentuais bem próximos de crianças com desempenho satisfatório em leitura, o que representa pouco mais da metade dos alunos cursantes do 3º ano do Ensino Fundamental no ano de aplicação da avaliação.

**Tabela 46: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura - Brasil e regiões - 2014**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>77,8</b>
Região Sul	88,1
Região Sudeste	86,9
Região Centro-Oeste	83,9
Região Norte	64,9
Região Nordeste	64,4

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados com mais baixos percentuais de crianças com aprendizagem adequada em leitura encontram-se nas regiões Norte e Nordeste, corroborando o observado na Tabela 46. Além disso, os estados que fazem parte desse conjunto apresentam percentuais ao menos 20% mais baixos do que o nacional (77,8%). Há, entretanto, a necessidade de ressaltar que as proporções de crianças com aprendizagem adequada em leitura desses estados são bem próximas, e a maior diferença situa-se na comparação entre o Pará (57,5%) e Maranhão (55,7%), com 1,8%. Sergipe (56,8%) e Alagoas (56,5%) apresentam porcentagens semelhantes, uma diferença de apenas 0,3%. Deixando o Amapá, com 55,9% das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com nível adequado de aprendizagem em leitura, próximo ao já citado Maranhão. Observa-se no geral que os estados aqui listados possuem quase metade dos alunos deste ano e etapa de ensino com desempenho tido como inadequado para a competência de leitura.

**Tabela 47: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura - estados com pior desempenho - 2014**

<b>ESTADOS</b>	<b>(%)</b>
Maranhão	55,7
Amapá	55,9
Alagoas	56,5
Sergipe	56,8
Pará	57,5

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Já em observância ao conjunto de estados que apresentam melhor desempenho neste indicador, esses possuem percentuais que atingem proporções ao menos 10% maiores do que a registrada nacionalmente. Minas Gerais (90,8%), Santa Catarina (90,8%) e Paraná (90,4%) concentram proporções semelhantes ou próximas de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com habilidades adequadas em leitura, tendo média de 90,6% das crianças nesses estados em condições satisfatórias de alfabetização na dimensão leitura. Entre os demais que integram esse conjunto, São Paulo (88,5%) e Distrito Federal (87,3%) mantêm maior distância entre si, 1,2% de diferença, com desvantagem para o segundo.

**Tabela 48: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura - estados com melhor desempenho - 2014**

ESTADOS	(%)
Minas Gerais	90,8
Santa Catarina	90,8
Paraná	90,4
São Paulo	88,5
Distrito Federal	87,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq

A segunda dimensão da alfabetização avaliada pela ANA é a aprendizagem em escrita. Em relação à dimensão anterior (leitura), torna-se possível fazer algumas comparações e observações quanto ao desempenho das regiões e do país nesses indicadores. Primeiramente, a aprendizagem e a competência em escrita mostram-se muito mais deficitárias do que em leitura; os percentuais nacionais para essas dimensões de aprendizagem em alfabetização são de 65,5% e 77,8%, respectivamente, uma diferença de ao menos 12%. Em segundo lugar, esse padrão de percentuais mais baixos de alunos com aprendizagem adequada em escrita do que em leitura é perceptível entre as regiões e estados também, com destaque para as regiões Sul e Sudeste que apresentam as mais baixas diferenças percentuais entre as duas dimensões avaliadas, 6,6% e 6,8%, ordenadamente.

De maneira comparativa, nota-se que as regiões brasileiras apresentam uma grande disparidade entre seus respectivos percentuais de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita. Nesse sentido, Sul (81,5%) e Sudeste (80,1%) lideram a concentração de crianças com aprendizado adequado nesta competência, sustentando diferença, em média, de 15% em relação ao valor nacional (65,5%). O Centro-Oeste também situa-se acima da proporção nacional, com 72,6% de crianças com aprendizagem adequada em escrita. Já as regiões Nordeste (46,3%) e Norte (42,9%) apresentam as mais baixas concentrações, ou seja, mais de 50% das crianças nessas regiões apresentam baixo desempenho nessa competência. Cabe uma última comparação notória nesse aspecto, a alta diferença de 38,6% entre a primeira e a última região da Tabela 49.

**Tabela 49: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita - Brasil e regiões - 2014**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>65,5</b>
Região Sul	81,5
Região Sudeste	80,1
Região Centro-Oeste	72,6
Região Nordeste	46,3
Região Norte	42,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Nos estados que se situam dentre os que possuem menor proporção de crianças com aprendizado adequado em escrita, é notável que todos pertencem exclusivamente às regiões Norte e Nordeste e que seus percentuais não ultrapassam os 40%, ficando ao menos 25,5% abaixo do registrado nacionalmente (65,5%). A diferença entre o primeiro (Pará, 34,3%) e o último estado (Sergipe, 40%) desse conjunto chega a 5,7%; os demais estados, Alagoas (39,5%), Maranhão (38%) e Paraíba (37,6%), essa diferença não supera 2%. Traçando um paralelo com os estados que registram as mais baixas concentrações de crianças com aprendizagem adequada em leitura, dos cinco listados anteriormente, quatro estão também entre aqueles com o mesmo desempenho baixo em escrita, sendo que a única troca entre os dois conjuntos ocorre entre os estados do Amapá e Paraíba.

**Tabela 50: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita - estados com pior desempenho - 2014**

<b>ESTADOS</b>	<b>(%)</b>
Pará	34,3
Paraíba	37,6
Maranhão	38,0
Alagoas	39,5
Sergipe	40,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Situação distinta verifica-se naqueles estados em que o aprendizado adequado em escrita entre as crianças alcança proporções mais altas, uma vez que esse conjunto apresenta uma variação percentual máxima de aproximadamente 10%, quando comparados os extremos dessa lista, Santa Catarina (86,6%) e Distrito Federal (76,8%). São Paulo (85,3%) e Paraná (85,3%) agregam quantidades proporcionais de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita. Minas Gerais (80,3%), apesar de não se aproximar da média dos estados precedentes, ainda detém mais que três quartos de sua população satisfatoriamente alfabetizadas em escrita.

**Tabela 51: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita - estados com melhor desempenho - 2014**

ESTADOS	(%)
Santa Catarina	86,6
São Paulo	85,3
Paraná	85,3
Minas Gerais	80,3
Distrito Federal	76,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A última das dimensões da alfabetização avaliada pela ANA é a de matemática, a qual apresenta os percentuais mais baixos de crianças com aprendizagem em níveis tidos como adequados. Se considerarmos que a proporção nacional de crianças no 3º ano do Ensino Fundamental com habilidades satisfatórias nesta dimensão não ultrapassa a metade do universo de estudantes, é possível identificar uma dificuldade latente dos alunos brasileiros em matemática e/ou uma debilidade no ensino desta disciplina. Chama a atenção no recorte de estados com baixo desempenho neste indicador, bem como nas regiões Norte e Nordeste, que o percentual de crianças com aprendizado adequado em matemática fica em torno de um quarto do total de estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental.

Na análise do desempenho dos alunos nesta dimensão, entre regiões, a discrepância alcança altas proporções. Tendo como referência o percentual nacional (42,9%), apenas três regiões apresentam percentuais mais altos: Centro-Oeste (45,1%), Sul (53,9%) e Sudeste (57,1%). O que chama a atenção especialmente em relação ao Sul e Sudeste é que nas outras dimensões da alfabetização (leitura e escrita) essas regiões apresentam percentuais acima dos 80%.

As regiões Nordeste (25,9%) e Norte (25,1%) são as que concentram as proporções mais baixas de crianças com aprendizado adequado em matemática, pouco mais de um quarto dos estudantes avaliados, e não alcançam metade dos percentuais apresentados por regiões como Sul e Sudeste.

**Tabela 52: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática - Brasil e regiões - 2014**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>42,9</b>
Região Sudeste	57,1
Região Sul	53,9
Região Centro-Oeste	45,1
Região Nordeste	25,9
Região Norte	25,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Ao analisarmos o conjunto de estados que apresentam os mais baixos percentuais de alunos com nível de aprendizagem adequado em matemática, nota-se que esses não superam os 20%, ficando ainda abaixo dos valores registrados para as regiões com piores desempenhos e não alcançando a metade da média nacional. Além disso, os estados com baixo desempenho, como também constatamos anteriormente, pertencem exclusivamente às regiões Nordeste e Norte. Nesse conjunto, aqueles que ocupam a primeira (Maranhão, 16,3%) e a última posição (Alagoas, 20,1%) apresentam uma diferença de 3,8% entre seus respectivos percentuais de alunos com aprendizagem adequada em matemática. Sergipe e Pará registram concentrações semelhantes de crianças com habilidades e competências tidas como adequadas nesta dimensão da avaliação, 18,9% e 18,6%, respectivamente. Vale ressaltar que a soma dos percentuais de quaisquer dois estados, selecionados aleatoriamente em meio a esse conjunto, não chega a alcançar a proporção nacional de 42,9%.

**Tabela 53: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática - estados com pior desempenho - 2014**

<b>ESTADOS</b>	<b>(%)</b>
Maranhão	16,3%
Amapá	17,1%
Pará	18,6%
Sergipe	18,9%
Alagoas	20,1%

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que apresentam melhor desempenho neste indicador, ou seja, os percentuais mais altos de crianças com aprendizagem adequada em matemática, são, novamente, os mesmos que figuram na lista de estados com melhor desempenho nas outras dimensões da ANA, porém, em ordenamentos distintos. Há um padrão recorrente que evidencia que os estados com pior ou melhor desempenho tendem a manter-se de tal forma nas três dimensões avaliadas pela ANA. No que concerne ao aprendizado em matemática, todos os estados que integram o conjunto apresentam percentuais de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada que correspondem por pelo menos metade das crianças com desempenho satisfatório. Nesse aspecto, Distrito Federal (51,7%) registra o menor percentual do conjunto, seguido do Paraná (55%). Nessa devida ordem, Minas Gerais (62,7%), São Paulo (61,7%) e Santa Catarina (60,7%) distanciam-se entre si por 1% entre seus percentuais de crianças com aprendizagem adequada em matemática.

**Tabela 54: Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática - estados com melhor desempenho - 2014**

ESTADOS	(%)
Minas Gerais	62,7
São Paulo	61,7
Santa Catarina	60,7
Paraná	55,0
Distrito Federal	51,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador de qualidade da educação que combina os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil – sendo o primeiro utilizado para o cálculo do Ideb para os estados (3ª série do Ensino Médio) e o segundo para os resultados referentes aos municípios e as escolas (5º e 9º anos do Ensino Fundamental) –, com informações sobre rendimento escolar (taxa de aprovação). Calculado a cada dois anos, o Ideb pode variar em uma escala de zero a 10 e sintetiza informações que consideram conjuntamente desempenho e rendimento escolar. Conforme exposto, nesta publicação calcularemos o Ideb para os dois ciclos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com um nível de desagregação somente para os estados, conforme possível a metodologia de cálculo.

No grupo de estados com pior desempenho no Ideb, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, encontram-se elencados somente estados pertencentes à região Nordeste, com exceção do Pará. A média do Ideb entre esse conjunto de estados é de aproximadamente 4,6; valor registrado pelos estados do Maranhão e Sergipe. Enquanto Bahia (4,7) situa-se acima dessa média e Pará e Amapá, ambos com 4,5, abaixo dessa média. Registra-se ainda que a variação entre esses estados atinge o valor máximo de 0,2 pontos.

**Tabela 55: Ideb Ensino Fundamental (anos iniciais) - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>IDEB ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS</b>
Pará	4,5
Amapá	4,5
Maranhão	4,6
Sergipe	4,6
Bahia	4,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que registram o melhor desempenho no Ideb para os anos iniciais do Ensino Fundamental possuem uma variação de até 0,4 pontos dentre os que fazem parte do conjunto; variação maior do que o do conjunto de estados com pior desempenho. A média do Ideb entre os estados com melhor desempenho atinge 6,2; mesmo valor registrado pelo estado do Paraná. Nesse aspecto, Distrito Federal (6,0) apresenta desempenho abaixo da média, enquanto São Paulo (6,4), Santa Catarina e Minas Gerais, ambos com 6,3, registram desempenhos acima da média.

**Tabela 56: Ideb Ensino Fundamental (anos iniciais) - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>IDEB ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS</b>
São Paulo	6,4
Santa Catarina	6,3
Minas Gerais	6,3
Paraná	6,2
Distrito Federal	6,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). MEC / Inep / Deed. Elaboração: Fundação Abrinq.

É notório que o Ideb experimenta ligeira queda quando observamos seu resultado para os anos finais do Ensino Fundamental, comportamento semelhante para outros indicadores já analisados. Dessa forma, a nota média do Ideb para os estados que congregam os rendimentos mais baixos neste índice é de 3,6; diferença de 1 ponto do registrado para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Os estados do Alagoas e Sergipe, ambos com 3,5, situam-se abaixo da média do conjunto, enquanto Roraima (3,8) supera essa média, assim como Bahia e Amapá, ambos com nota de 3,7 no Ideb.

**Tabela 57: Ideb Ensino Fundamental (anos finais) - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	IDEB ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS
Alagoas	3,5
Sergipe	3,5
Bahia	3,7
Amapá	3,7
Roraima	3,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

O Ideb para os anos finais do Ensino Fundamental verificado entre os estados com melhor desempenho registra nota média de 4,9; valor bastante distinto da nota média calculada para os estados com melhor desempenho para os anos iniciais (6,2). É necessário destacar, contudo, que a maior nota para o Ideb (nos anos finais do Ensino Fundamental) registrada nacionalmente é de 5,1, desempenho atribuído ao estado de Santa Catarina. Em seguida, estão São Paulo (5,0) e Goiás (4,9), ainda com notas pareadas ou superiores à média. Ceará e Minas Gerais, ambos com nota 4,8, são os únicos estados do conjunto que não atendem à meta calculada.

**Tabela 58: Ideb Ensino Fundamental (anos finais) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	IDEB ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS
Santa Catarina	5,1
São Paulo	5,0
Goiás	4,9
Ceará	4,8
Minas Gerais	4,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.



Na comparação entre os grupos de estados com notas altas e baixas no Ideb, para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, verificam-se algumas tendências e padrões, como a maior fragilidade e debilidade deste índice nas regiões Norte e Nordeste, o que evidencia problemas críticos de desempenho e rendimento entre os alunos dessas regiões. Não obstante, nas demais regiões, por mais que o desempenho desse indicador seja consideravelmente melhor, a nota máxima obtida por Santa Catarina (5,1), situada numa escala de zero a 10 do índice, indica que a qualidade na educação brasileira ainda se configura como um desafio em todo o território nacional.

## Rendimento

As taxas de rendimento escolar de cada instituição são geradas a partir da soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo. Para o cálculo das taxas de aprovação, reprovação e abandono, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) se baseia em informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, fornecidas pelas escolas e pelas redes de ensino municipais, estaduais e federais.

As taxas de aprovação no Ensino Fundamental podem ser mensuradas e analisadas a partir de sua segmentação entre anos iniciais e finais, o que nos possibilita identificar alguns gargalos ao longo de sua duração de nove anos. Dessa forma, as regiões e estados aqui ordenados têm como referência os valores das taxas de aprovação nos anos iniciais.

Conforme podemos analisar na Tabela 59, as taxas de aprovação tendem a sofrer queda nos anos finais do ciclo do Ensino Fundamental. Entre as regiões, a redução mais expressiva se dá no Nordeste, com diferença de 9,3% entre os anos iniciais e finais, seguida pela região Sul, que acumula diferença de 9,2% entre o primeiro e o segundo ciclo. As regiões Sudeste (96,1%), Centro-Oeste (94,8%) e Sul (94,5%) lideram as taxas de aprovação nos anos iniciais, com valores proporcionais que superam a taxa nacional para este ciclo específico (93,2%). Ressalta-se que essas regiões possuem taxas de aprovação nos anos iniciais que se aproximam da totalidade dos matriculados nos anos correspondentes. Situação distinta observa-se nas regiões Nordeste (90,3%) e Norte (88,9%), ambas com valores inferiores a 90% para as taxas de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em relação à aprovação nos anos finais, se observa decréscimo da taxa em aproximadamente 7,5%. As regiões Sudeste (89,6%) e Centro-Oeste (88,7%) apresentam valores maiores que a taxa nacional de aprovação para os anos finais do Ensino Fundamental (85,7%), sendo também as regiões que acumulam menor diferença entre as taxas de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Com taxa de aprovação de 85,3%, a região Sul é a que mais se aproxima da média nacional, enquanto as regiões Norte (82,6%) e Nordeste (81%) detêm as taxas de aprovação mais baixas do Ensino Fundamental brasileiro.

**Tabela 59: Taxa de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>93,2</b>	<b>85,7</b>
Região Sudeste	96,1	89,6
Região Centro-Oeste	94,8	88,7
Região Sul	94,5	85,3
Região Nordeste	90,3	81,0
Região Norte	88,9	82,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A observação deste mesmo indicador evidencia, em primeiro lugar, que os estados com taxas de aprovação (nos anos iniciais e finais) mais baixas pertencem à região Nordeste. Sendo que os estados do Sergipe e da Bahia acumulam as respectivas diferenças de 16,1% e 11,5%, entre as taxas dos anos iniciais e finais, consideradas as mais expressivas entre o presente conjunto. Sob essa perspectiva, a média das taxas de aprovação nesse conjunto de estados indica redução de 9,3% entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, Sergipe (86,3%) e Pará (86,1%) figuram com os mais baixos percentuais de aprovação, enquanto para os anos finais, além do Sergipe (70,2%), o estado da Bahia (75,7%) passa a ocupar a segunda posição neste quesito.

**Tabela 60: Taxa de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
Pará	86,1	79,6
Sergipe	86,3	70,2
Bahia	87,2	75,7
Piauí	88,5	83,5
Amapá	88,7	81,4

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A tendência de queda das taxas de aprovação nos anos finais do Ensino Fundamental pode ser da mesma forma verificada no conjunto de estados que apresentam os maiores percentuais de aprovação nesta etapa de ensino em território nacional. Analisado o conjunto, este evidencia diferença de 6% entre a taxa média de aprovação nos anos iniciais (97,2%) e finais (91,2%) nesses estados. No que tange à aprovação nos anos iniciais, Minas Gerais (97,9%) e São Paulo (97,6%) apresentam taxas de aprovação semelhantes, que se aproximam da totalidade dos matriculados nos anos iniciais. Mato Grosso (98,1%) e Ceará (95,9%), por outro lado, são os que apresentam a maior dispersão da taxa de aprovação nos anos iniciais entre esse conjunto de estados, com 2,2% de diferença entre si. Santa Catarina apresenta percentuais um pouco mais elevados do que o Ceará, com taxa de aprovação de 96,5% nos anos iniciais.

Em relação à aprovação nos anos finais, vemos Mato Grosso (95,1%) na liderança das aprovações, seguido por São Paulo (93,4%). Já o Ceará, mesmo com a taxa mais baixa de aprovação nos anos iniciais nesse conjunto, possui a terceira maior taxa de aprovação nos anos finais (90,2%). Santa Catarina (89,3%) e Minas Gerais (87,8%) ao mesmo tempo em que apresentam as mais baixas taxas de aprovação nos anos finais também acumulam a maior diferença entre as taxas dos dois ciclos do Fundamental, sendo de 7,2% para o primeiro estado e 10,1% para o segundo.

**Tabela 61: Taxa de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)	ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)
Mato Grosso	98,1	95,1
Minas Gerais	97,9	87,8
São Paulo	97,6	93,4
Santa Catarina	96,5	89,3
Ceará	95,9	90,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Uma vez que as taxas de aprovação e reprovação estão sempre atreladas à avaliação do rendimento dos alunos em determinada etapa de ensino, essa última taxa não poderia ter um padrão de desempenho descolado do observado para a primeira. Dessa forma, se a taxa de reprovação segue tendência de queda nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação experimenta um significativo aumento para o mesmo período.

As regiões Nordeste (14%), Sul (12,6%) e Norte (11,7%) lideram as taxas de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental; sendo que Norte e Nordeste também apresentam as taxas mais altas para os anos iniciais, 8,8% e 8%, respectivamente. Para algumas regiões, a diferença entre as taxas dos dois ciclos pode atingir mais que o dobro, como na região Sudeste, que registra 3,5% de taxa de aprovação nos anos iniciais e 8,6% nos anos finais. Ainda assim, as regiões Centro-Oeste (9,1%) e Sudeste (8,6%) são as que possuem taxas de reprovação mais baixas para os anos finais do Fundamental.

**Tabela 62: Taxa de reprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>5,8</b>	<b>11,1</b>
Região Nordeste	8,0	14,0
Região Sul	5,3	12,6
Região Norte	8,8	11,7
Região Centro-Oeste	4,7	9,1
Região Sudeste	3,5	8,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre os cinco estados com as mais altas taxas de reprovação nos anos finais, quatro pertencem à região Nordeste. Para os anos iniciais, os estados do Rio Grande do Sul (7,1%), Alagoas (8,6%) e Rio Grande do Norte (9%) apresentam taxa de reprovação abaixo da média calculada para esse conjunto de estados, de 9,3%. Enquanto Sergipe (11,5%) e Bahia (10,4%) apresentam as mais altas taxas de reprovação para esse primeiro ciclo do Ensino Fundamental, sendo que o primeiro estado também possui a maior taxa para os anos finais, de 22,7% de reprovação. Nota-se ainda em observação à Tabela 63 que a maioria dos estados aqui listados congrega ao menos o dobro do percentual de reprovação, na comparação entre os anos iniciais e finais, com exceção do Alagoas que apresenta a menor diferença entre as taxas, 7,5%.

**Tabela 63: Taxa de reprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
Sergipe	11,5	22,7
Rio Grande do Norte	9,0	18,6
Bahia	10,4	18,3
Rio Grande do Sul	7,1	17,0
Alagoas	8,6	16,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

As taxas de reprovação entre os estados com melhor desempenho neste indicador atingem seu percentual máximo nos anos iniciais no Acre (7,8%) e nos anos finais em Goiás (7%). O Acre constitui situação peculiar, pois é o único em que a taxa de reprovação nos anos iniciais (7,8%) é mais concentrada que àquela verificada nos anos finais (5,7%). É necessário ressaltar um comportamento observado em relação às taxas de alguns estados. A proporção que assumem as reprovações nos anos finais em relação aos dos anos iniciais do Ensino Fundamental pode ser caracterizada por pelo menos o dobro do valor inicial; esse é o caso dos estados de São Paulo (2,3% e 5,3%), Mato Grosso (1,7% e 3,8%). Por outro lado, o estado do Amazonas é o que apresenta a menor diferença percentual (0,2%) entre suas duas taxas de reprovação, sendo essas de 6,7% para os anos iniciais e 6,9% para os anos finais. Assim, é preciso considerar que as retenções nos anos finais do Ensino Fundamental ao mesmo tempo em que podem indicar uma queda no rendimento dos alunos também podem ser fruto de um maior rigor avaliativo pelas equipes pedagógicas ou de alguma política em voga nos sistemas municipais de ensino em que se orientam a reprovação e retenção em determinadas situações.

**Tabela 64: Taxa de reprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)	ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)
Mato Grosso	1,7	3,8
São Paulo	2,3	5,3
Acre	7,8	5,7
Amazonas	6,7	6,9
Goiás	3,8	7,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A análise das taxas de abandono no Ensino Fundamental, segmentada pelos seus anos iniciais e finais, nos permite identificar em que momentos e anos desta etapa de ensino há a maior ocorrência de desistências e abandono pelos alunos. No geral, percebe-se que as taxas de abandono experimentam um significativo aumento nos anos finais do Ensino Fundamental, chegando na maioria dos casos ao dobro da taxa de abandono nos anos iniciais. Dessa forma, as regiões e os conjuntos de estados aqui presentes foram ordenados a partir dos valores dessa última taxa.

No que tange ao desempenho das regiões brasileiras neste indicador, fica evidente grande disparidade entre essas. Nos anos iniciais, nem mesmo a soma das taxas das regiões Centro-Oeste (0,5%), Sul (0,2%) e Sudeste (0,4%) alcança àquelas apresentadas pelas regiões Norte (2,3%) e Nordeste (1,7%). Para além disso, as regiões Norte e Nordeste agregam as

maiores taxas para as duas fases do Ensino Fundamental; nos anos finais, essas alcançam 5,7% e 5%, respectivamente. Por outro lado, as taxas de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental atingem proporções mais baixas nas regiões Centro-Oeste (2,2%), Sul (2,1%) e Sudeste (1,8%), em que se situam abaixo da taxa nacional. Se considerarmos a concentração das taxas de abandono nas duas etapas (anos iniciais e finais), podemos suscitar ainda que, ao longo dos nove anos do curso, há 8% de chance dos indivíduos do Norte abandonarem os estudos.

**Tabela 65: Taxa de abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1,0</b>	<b>3,2</b>
Região Norte	2,3	5,7
Região Nordeste	1,7	5,0
Região Centro-Oeste	0,5	2,2
Região Sul	0,2	2,1
Região Sudeste	0,4	1,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A situação crítica do abandono escolar no Ensino Fundamental mostra-se mais alarmante entre os estados que apresentam os piores indicadores nesse aspecto. Nota-se que a taxa de abandono nos anos finais alcança proporções duas ou três vezes maiores do que as dos anos iniciais. As taxas de abandono entre os anos finais e iniciais de Alagoas (2,5% e 8,3%), Sergipe (2,2% e 7,1%) e Paraíba (2,2% e 6,8%) são as que sofrem maior progressão entre um ciclo e outro – o aumento médio das taxas de abandono nesses estados é de aproximadamente três vezes.

O estado do Alagoas concentra a mais alta taxa de abandono para os anos finais do Fundamental, sendo essa de 8,3%, e de 2,5% para os anos iniciais. Já o estado do Pará possui a maior taxa de abandono nos anos iniciais (2,8%) e a quarta mais alta para os anos finais (6,7%). A Bahia, além de apresentar a mais baixa taxa de abandono nos anos finais do Fundamental (6%), também acumula o mais baixo percentual da soma das duas taxas, 8,4%.

**Tabela 66: Taxa de abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
Alagoas	2,5	8,3
Sergipe	2,2	7,1
Paraíba	2,2	6,8
Pará	2,8	6,7
Bahia	2,4	6,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que possuem as menores taxas de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental há a mesma tendência que verificamos na análise das regiões do país. Quanto mais baixas as taxas de abandono, menor a diferença entre as taxas nos anos finais e iniciais. Por esse raciocínio, é possível perceber nos estados de Mato Grosso e Santa Catarina, por exemplo, que 0,9% é a diferença entre as taxas de abandono nos anos iniciais e finais, saindo de 0,2% a 1,1%, no primeiro caso, e de 0,1% a 1% no segundo. Em São Paulo, essa mesma diferença é de 1,2%; assim, ainda que os percentuais sejam baixos, é importante perceber que as chances de abandono no Ensino Fundamental aumentam consideravelmente entre um ciclo e outro. Nessa medida, identificado um dos gargalos desta etapa de ensino, há que se formular estratégias mobilizadoras de cunho pedagógico que possam incidir sobre essas situações e inibir o abandono escolar por parte desse público.

**Tabela 67: Taxa de abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) (%)</b>	<b>ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) (%)</b>
Santa Catarina	0,1	1,0
Mato Grosso	0,2	1,1
São Paulo	0,1	1,3
Espírito Santo	0,5	1,9
Rio Grande do Sul	0,5	2,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Observando as taxas de aprovação, reprovação e abandono entre os estados (Tabelas 59 a 67), de maneira conjunta, nota-se que Bahia e Sergipe figuram entre os estados tidos como de pior desempenho para estes indicadores de rendimento. Por outro lado, São Paulo e Mato Grosso apresentam um desempenho bastante positivo nesses mesmos indicadores, sempre presentes no conjunto de estados com melhor desempenho.

Com capacidade explicativa complementar ao indicador analisado previamente (taxa de abandono no Ensino Fundamental), o indicador da população de seis a 14 anos fora da escola, mensurado a partir de dados do último Censo (2010), possibilita identificar a situação dessa população que não se encontrava matriculada na escola no momento da pesquisa. Nesses casos são passíveis duas situações, conforme alegado pelos respondentes: já frequentou a escola ou nunca frequentou. De modo a identificar os estados com melhor e pior desempenho neste indicador, optou-se por utilizar a soma total de respostas como balizador para contabilizar as maiores e menores quantidades absolutas da população de seis a 14 anos fora da escola.

Nesse sentido, entre as regiões, observa-se que a maioria da população de seis a 14 anos que se encontra fora da escola já a frequentou em algum momento. Aqui, contudo, há uma exceção que merece menção: a região Norte é a única em que a quantidade de indivíduos que nunca frequentaram a escola (98.797) supera a quantidade de indivíduos que deixaram de frequentar (89.029). Já o Sudeste ocupa a primeira posição entre as regiões, com uma concentração de 316.305 indivíduos desta faixa etária fora da escola e 221.716 tendo já a frequentado em algum momento. Em quantidade absoluta de pessoas, o Nordeste destaca-se como a região com mais indivíduos que nunca frequentaram a escola, 112.552. Por fim, as regiões Sul e Centro-Oeste, nessa devida ordem, apresentam, os mais baixos contingentes de indivíduos entre seis e 14 anos que se encontram fora da escola, 96.306 e 68.217, respectivamente.

**Tabela 68: População de seis a 14 anos fora da escola - Brasil e regiões - 2010**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>JÁ FREQUENTOU</b>	<b>NUNCA FREQUENTOU</b>	<b>TOTAL</b>
<b>BRASIL</b>	<b>594.711</b>	<b>371.594</b>	<b>966.305</b>
Região Sudeste	221.716	94.589	316.305
Região Nordeste	185.099	112.552	297.651
Região Norte	89.029	98.797	187.826
Região Sul	58.701	37.605	96.306
Região Centro-Oeste	40.166	28.051	68.217

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

De acordo com o mesmo indicador por estados, cabe denotar que este está intrinsecamente relacionado à distribuição populacional de indivíduos nesta faixa etária. Dessa forma, os estados com maiores concentrações de indivíduos entre seis e 14 anos são os que também se encontram presentes no conjunto com quantidades maiores de indivíduos que não frequentam escola. Assim como visto na região Norte, o estado do Pará é o único a apresentar uma quantidade maior de indivíduos que nunca frequentaram escola (40.962) do que aqueles que dela desistiram (39.865). São Paulo ocupa o primeiro lugar em quantidade absoluta de indivíduos que se encontram em ambas as situações: 115.977 que já frequentaram a escola e 48.392 que nunca o fizeram. Vale notar que a quantidade total de indivíduos de seis a 14 anos fora da escola, dos demais estados que integram esse conjunto (Pará, 80.826; Bahia, 72.059; Minas Gerais, 69.880; e Rio de Janeiro, 66.461), não chega a superar metade da quantidade acumulada por São Paulo (164.369).

**Tabela 69: População de seis a 14 anos fora da escola - estados com pior desempenho - 2010**

ESTADOS	JÁ FREQUENTOU	NUNCA FREQUENTOU	TOTAL
São Paulo	115.977	48.392	164.369
Pará	39.865	40.962	80.826
Bahia	45.160	26.899	72.059
Minas Gerais	48.368	21.512	69.880
Rio de Janeiro	46.526	19.935	66.461

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que apresentam as mais baixas concentrações de indivíduos entre seis e 14 anos que nunca frequentaram o Ensino Fundamental ou o deixaram de fazer em algum momento desta etapa também seguem certa regularidade com a distribuição populacional, nesse caso, entre aqueles com menor concentração de indivíduos nesta faixa etária. No entanto, como também já observamos em outros casos, há exceções a essa regra, como o Distrito Federal que possui população 1,1 vez maior e 637 pessoas a menos na condição de ausentes da escola em relação ao estado de Sergipe. Apenas Roraima concentra um número consideravelmente maior de indivíduos que nunca frequentou a escola (4.729) do que de indivíduos que já frequentaram (2.874). Há também estados em que a diferença entre a quantidade de indivíduos que já frequentaram uma escola ou que nunca frequentaram chega a ser bastante baixa, esse é o caso do Amapá (3.447 e 2.959) e de Tocantins (3.857 e 3.556).

Tabela 70: População de seis a 14 anos fora da escola - estados com melhor desempenho - 2010

ESTADOS	JÁ FREQUENTOU	NUNCA FREQUENTOU	TOTAL
Amapá	3.447	2.959	6.406
Tocantins	3.857	3.556	7.414
Roraima	2.874	4.729	7.604
Distrito Federal	6.350	3.006	9.356
Sergipe	6.284	3.709	9.993

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

## Professores - Formação

O indicador que mensura a quantidade absoluta e o percentual de professores que lecionam no Ensino Fundamental e possuem Ensino Superior completo fornece informações importantes sobre o nível de formação dos profissionais que atendem a esta etapa de ensino. Na análise segmentada pelos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, nota-se uma distinção entre o nível de formação dos profissionais que atendem ao segundo ciclo, por apresentarem diploma de Ensino Superior em 85,4% dos casos, contra 74,6% nos anos iniciais.

Na análise para as regiões percebe-se que apenas três dessas apresentam concentrações de professores com diploma de Ensino Superior que extrapolam a média percentual do país (74,6%), entre as quais: Centro-Oeste (87,2%), Sul (83,8%) e Sudeste (82,1%). Neste indicador, novamente, as regiões Norte (66,4%) e Nordeste (57,8%) apresentam os mais baixos desempenhos, com mais de um terço de seus docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental sem formação de nível Superior. A título de comparação, veremos que as quantidades absolutas de docentes entre os estados não impelem em maior ou menor propensão à formação de nível Superior como quando comparadas às regiões Norte e Centro-Oeste, as quais possuem distribuições populacionais semelhantes: a primeira possui cerca de 48 mil professores com esse nível de formação, e o Centro-Oeste, aproximadamente, 53 mil professores com essa mesma formação.

**Tabela 71: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental/anos iniciais) - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>566.095</b>	<b>74,6</b>
Região Centro-Oeste	53.009	87,2
Região Sul	95.967	83,8
Região Sudeste	244.694	82,1
Região Norte	47.913	66,4
Região Nordeste	123.334	57,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Observando apenas os estados que possuem as concentrações percentuais mais baixas de docentes com Ensino Superior nos anos iniciais do Ensino Fundamental, verificamos que essa quantidade supera pouco mais que metade do quadro docente desses estados. Com exceção do Maranhão, que possui apenas 43,3% de professores do Ensino Fundamental, anos iniciais, com formação de nível Superior. Cabe destacar, que todos os estados aqui elencados pertencem à região Nordeste. Bahia, um dos estados mais populosos do Brasil e o maior da região, chama a atenção com cerca de 27 mil profissionais dessa etapa de ensino com nível Superior, o que representa somente 52,2% de todo seu quadro docente. Além desses, também fazem parte desse grupo os estados do Amapá (51,9%), Alagoas (53,6%) e Pernambuco (54,7%).

**Tabela 72: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental/anos iniciais) - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
Maranhão	14.392	43,3
Amapá	2.024	51,9
Bahia	26.844	52,2
Alagoas	6.244	53,6
Pernambuco	17.157	54,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

No conjunto de estados com melhor desempenho nesse indicador, aproximadamente nove em cada dez docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (89,5%), em média, possui Ensino Superior. A partir dessa média calculada para o conjunto, Espírito Santo (91,4%) e Mato Grosso (90,4%) situam-se acima dessa, tendo, portanto, pouco mais de nove em cada dez docentes dos anos iniciais do Ensino fundamental com Ensino Superior completo. Mato Grosso do Sul (89,5%) apresenta um percentual idêntico à proporção média calculada para o conjunto, deixando os estados do Paraná (88,5%) e São Paulo (87,9%) pouco abaixo dessa média de professores com Ensino Superior nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que São Paulo detém a maior quantidade absoluta de professores de seu quadro docente com formação de nível Superior (132.590), mesmo apresentando, concomitantemente, o menor percentual desse conjunto de estados. Nesse sentido, a soma das quantidades de docentes com nível Superior de todos os estados não chega a alcançar a quantidade apresentada por São Paulo.

**Tabela 73: Número e percentual de docentes com Ensino Superior Completo (Ensino Fundamental / anos iniciais) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Espírito Santo	14.334	91,4
Mato Grosso	12.049	90,4
Mato Grosso do Sul	12.229	89,5
Paraná	41.969	88,5
São Paulo	132.590	87,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Quando observamos este mesmo indicador para os anos finais do Ensino Fundamental, há um significativo aumento da quantidade e percentual de docentes portadores de diploma de Ensino Superior. Nesse aspecto, o percentual nacional atinge 85,4%, enquanto entre as regiões esse percentual chega a superar os 90%, como no Sudeste (93,8%), Sul (92,2%) e Centro-Oeste (90,7%); ou com uma proporção de nove em cada dez profissionais dessas regiões detendo escolaridade mínima de nível superior. Já as regiões Norte (73,8%) e Nordeste (73,6%) possuem as menores concentrações de professores com Ensino Superior do país, aproximando-se de três quartos dos profissionais da educação nessas regiões com nível Superior.

**Tabela 74: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental / anos finais) - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>671.364</b>	<b>85,4</b>
Região Sudeste	278.685	93,8
Região Sul	106.100	92,2
Região Centro-Oeste	51.308	90,7
Região Norte	58.739	73,8
Região Nordeste	175.162	73,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

O contexto que explicitamos no parágrafo anterior pode ser replicado na observação deste indicador para os estados com menor concentração de professores dos anos finais do Ensino Fundamental com formação de nível Superior. A presença de somente estados do Norte e Nordeste nesse conjunto é bastante correlacionada ao observado anteriormente também. No grupo de estados em que há menor proporção de professores com Ensino Superior, a concentração média dos profissionais que atendem a esse critério é de 64%. Em outras palavras, nos estados que possuem mais baixos percentuais de docentes com Ensino Superior, pouco mais de seis em cada dez desses docentes possuem nível superior de ensino. Atingem o valor percentual médio desse grupo, os estados de Alagoas (71,4%) e Pará (69,9%). Os demais (Roraima, 61,9%; Acre, 60%; e Maranhão, 56,7%) distanciam-se consideravelmente da média e dos valores de Alagoas e Pará, com uma diferença de quase 10% em relação aos valores que esses últimos detêm.

**Tabela 75: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental / anos finais) - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
Maranhão	23.398	56,7
Acre	2.773	60,0
Roraima	1.944	61,9
Pará	25.401	69,9
Alagoas	8.111	71,4

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que possuem as maiores concentrações de docentes com Ensino Superior completo há, em média, proporção de 95,3% dos professores atendendo a essa condição de escolaridade. As regiões aqui representadas por seus estados nesse conjunto também são as que ocupam as três primeiras posições neste mesmo indicador. Em ordem crescente, os estados que integram esse conjunto são: Mato Grosso do Sul (93,8%), Espírito Santo (94,1%) e São Paulo (95%). Já a primeira posição, do mais alto percentual registrado entre os estados, é compartilhada por Distrito Federal e Paraná, ambos com 96,7% dos profissionais de seu quadro docente do Ensino Fundamental (anos finais) detendo diploma de Ensino Superior.

**Tabela 76: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental / anos finais) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Distrito Federal	8.064	96,7
Paraná	41.641	96,7
São Paulo	133.213	95,0
Espírito Santo	13.527	94,1
Mato Grosso do Sul	10.606	93,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Ensino Médio

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica e, segundo a LDB (Lei nº 9394/96), os estados são os responsáveis por torná-lo, progressivamente, obrigatório. Para tanto, devem aumentar o número de vagas disponíveis, de forma que atenda a todos os concluintes do Ensino Fundamental, conforme estabelece o PNE. Com duração mínima de três anos, tem como recorte etário de atendimento os jovens entre 15 e 17 anos.

Como notaremos em meio à análise dos indicadores educacionais para esta etapa de ensino, são recorrentes algumas problemáticas que acometem o Ensino Médio brasileiro de maneira geral, tornando-se uma das etapas da Educação Básica com maiores entraves para a garantia de acesso e qualidade da educação no país.

### META DO PNE:



**Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.**

## Matrículas: cobertura e acesso

A quantidade absoluta de matrículas no Ensino Médio, como observado em outros indicadores de frequência de matrículas, respeita a distribuição da população ao longo das regiões do país. Dessa forma, as regiões Sudeste (3.352.638) e Nordeste (2.213.909) concentram cerca de 69% das matrículas brasileiras no Ensino Médio. As demais regiões, Sul (1.101.292), Norte (789.314) e Centro-Oeste (617.728), respondem pelos 31% restantes das matrículas do país ou próximo a um terço dessas. Comparativamente, nota-se que a soma das quantidades de matrículas das últimas três regiões da Tabela 77 não chega a superar a quantidade de matrículas da região Sudeste.

**Tabela 77: Número de matrículas no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>Nº DE MATRÍCULAS</b>
<b>BRASIL</b>	<b>8.074.881</b>
Região Sudeste	3.352.638
Região Nordeste	2.213.909
Região Sul	1.101.292
Região Norte	789.314
Região Centro-Oeste	617.728

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na observação das mais baixas frequências de matrículas no Ensino Médio para os estados brasileiros, essas demonstram características interessantes para esta etapa de ensino. Em primeiro lugar, observa-se que todos os estados que integram esse conjunto pertencem à região Norte. Com quantidades próximas de matrículas, Tocantins (68.654) e Rondônia (64.820) apresentam o maior número entre este conjunto de estados. Enquanto Acre (43.510) e Amapá (39.614) apresentam cerca de 20 mil matrículas a menos que os dois primeiros estados mencionados. Por fim, com o mais baixo número em território nacional está Roraima, com 22.995 matrículas no Ensino Médio.

**Tabela 78: Número de matrículas no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE MATRÍCULAS</b>
Roraima	22.995
Amapá	39.614
Acre	43.510
Rondônia	64.820
Tocantins	68.654

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise das matrículas nos estados que apresentam maior frequência delas em seus respectivos territórios, nota-se uma presença majoritária de estados da região Sudeste, uma vez que esses ocupam as três primeiras das cinco posições do conjunto. Na devida ordem, estão: São Paulo (1.850.513), Minas Gerais (787.359) e Rio de Janeiro (583.051). Na sequência figuram Bahia (553.405) e Paraná (474.200), cujo primeiro também responde como o mais populoso da região Nordeste. O Paraná desvia-se dessa lógica, pois, apesar de possuir a maior quantidade de matrículas no Ensino Médio, ocupa a segunda posição entre os mais populosos da região Sul, ficando atrás do Rio Grande do Sul, o qual não integra essa lista. Vale denotar que São Paulo concentra mais da metade da quantidade de matrículas de todos os outros estados do conjunto somados.

**Tabela 79: Número de matrículas no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE MATRÍCULAS</b>
São Paulo	1.850.513
Minas Gerais	787.359
Rio de Janeiro	583.051
Bahia	553.405
Paraná	474.200

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

As taxas de escolarização no Ensino Médio mostram-se bem mais baixas quando comparadas às do Ensino Fundamental. As diferenças entre as taxas brutas e líquidas atingem proporções muito maiores. A região Norte, por exemplo, além de possuir a mais baixa taxa de escolarização líquida (47,9%), também apresenta a maior diferença entre suas duas taxas, cerca de 34%. Na sequência está a região Nordeste com uma taxa líquida de 48,3% e bruta de 77,5%. Essas duas últimas regiões apresentam taxas abaixo da média nacional, de 83,3% para a escolarização bruta e de 56,9% para escolarização líquida.

As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam uma taxa de escolarização líquida praticamente semelhante de 58,6% e 58,5%, respectivamente. No entanto, o Sul evidencia situação melhor da escolarização no Ensino Médio, pois possui uma taxa bruta de 78,6%, contra 84,2% do Centro-Oeste. A região Sudeste agrega, concomitantemente, as mais altas taxas bruta (89,5%) e líquida (65,2%) do país. Além da situação específica de cada região, verifica-se que a diferença média entre as duas formas das taxas de escolarização atinge valor próximo a 27%; isso significa que mais de um quarto dos alunos matriculados no Ensino Médio estão em idade em desacordo com esta etapa de ensino.

**Tabela 80: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
<b>BRASIL</b>	<b>83,3</b>	<b>56,9</b>
Região Sudeste	89,5	65,2
Região Sul	78,6	58,6
Região Centro-Oeste	84,2	58,5
Região Nordeste	77,5	48,3
Região Norte	82,3	47,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

As taxas de escolarização no Ensino Médio, entre os estados que apresentam pior desempenho para esse indicador, expõem percentuais mais baixos do que o constatado entre as regiões. Além disso, esses estados possuem uma diferença média maior entre suas duas taxas, a qual alcança uma média de cerca de 28% nesse conjunto. O Pará apresenta a maior taxa de escolarização bruta do conjunto, 81,2%, e a maior diferença entre as duas taxas, 36,7%. Nessa linha segue Sergipe, com uma diferença de 31,6% entre suas duas taxas e a mais baixa taxa de escolarização líquida no Ensino Médio do país, de 35,2%.

Na sequência está o Alagoas com a segunda taxa mais baixa de escolarização líquida (39,7%) do conjunto e a terceira maior diferença entre as taxas, de 30,3%. Rio Grande do Norte ocupa posição intermediária nesta lista, com uma taxa de escolarização líquida de 42,2%; enquanto Rondônia possui a maior taxa de escolarização líquida e a menor diferença entre as duas taxas, cerca de 15%. Por último, em relação à distribuição regional dos estados que possuem as taxas de escolarização líquidas menos concentradas, nota-se a representação apenas das regiões Nordeste e Norte.

**Tabela 81: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)
Sergipe	66,8	35,2
Alagoas	70,0	39,7
Rio Grande do Norte	69,3	42,2
Pará	81,2	44,5
Rondônia	60,2	45,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Em relação aos estados que possuem as taxas de escolarização líquida mais altas em território nacional, em primeiro lugar, notamos que essas atingem percentuais maiores que 60%, no entanto, não chegam a ter três quartos dos cursantes do Ensino Médio com idade adequada a esta etapa de ensino. Deve-se ressaltar, ainda, que a diferença entre as duas taxas de escolarização para esses estados são mais baixas do que as dos conjuntos anteriores, atingindo aproximadamente 24%. São Paulo respeita o mesmo padrão que apontamos na observação das taxas de escolarização da região Sudeste, isto é, apresenta os percentuais mais altos para a escolarização bruta e líquida, 96,1% e 73%, respectivamente. Outros três estados que integram o conjunto detêm taxas de escolarização líquida iguais ou similares, são o caso do Mato Grosso (61,6%), Paraná (61,2%) e Roraima (61,2%). Entre esses, Paraná apresenta a menor variação entre as duas taxas, cerca de 21%. O Distrito Federal, que possui a segunda maior taxa de escolarização líquida do conjunto (63%), ainda assim ocupa posição intermediária quanto à variação percentual de suas taxas, de 22,8%.

**Tabela 82: Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)</b>	<b>TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%)</b>
São Paulo	96,1	73,0
Distrito Federal	85,9	63,0
Mato Grosso	88,8	61,6
Paraná	82,1	61,2
Roraima	84,7	61,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Para as taxas de escolarização no Ensino Médio, é possível reunir um conjunto de observações comuns que indicam que variam, em média, 25% entre si, sugerindo que, como continuaremos constatando na análise dos indicadores, o Ensino Médio é o mais fragilizado em relação às demais etapas da Educação Básica.

## Fluxo e Qualidade

Como mencionado anteriormente, quando em observância aos indicadores de fluxo e qualidade no Ensino Fundamental, pode-se verificar os avanços dos alunos pelas etapas de ensino com o aprendizado adequado. Em relação ao Ensino Médio, no que tange à Meta 7 estipulada pelo PNE (ver pág 50), notar-se-á que os desafios são muito maiores para a garantia da qualidade da educação nesta etapa de ensino.

As taxas de distorção idade-série no Ensino Médio assumem mais de um terço do universo de matriculados no Norte (42,8%) e Nordeste (36,5%). Dada a média brasileira (27,4%), as regiões Centro-Oeste (27%), Sul (22,4%) e Sudeste (19,4%) apresentam situação de defasagem escolar muito menor do que as demais, pois situam-se abaixo do registrado nacionalmente.

**Tabela 83: Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)
<b>BRASIL</b>	<b>27,4</b>
Região Norte	42,8
Região Nordeste	36,5
Região Centro-Oeste	27,0
Região Sul	22,4
Região Sudeste	19,4

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que concentram as taxas de distorção idade-série mais altas do Brasil pertencem às regiões Norte e Nordeste e partilham entre si uma taxa média de 44%, valor cerca de 17% acima do registrado nacionalmente (27,4%). O Pará (49,9%) é o único a apresentar taxa de distorção consideravelmente acima dessa média, indicando que cerca de metade dos matriculados no Ensino Médio encontra-se em situação de atraso escolar por pelo menos dois anos, conforme calcula este indicador. Nesse aspecto, os estados do Amazonas (43,5%) e Rio Grande do Norte (43,2%) registram proporções semelhantes de alunos em situação de defasagem escolar; assim como Sergipe (41,9%) e Bahia (41,8%), os quais registram as taxas mais baixas para esse conjunto de estados.

**Tabela 84: Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)
Pará	49,9
Amazonas	43,5
Rio Grande do Norte	43,2
Sergipe	41,9
Bahia	41,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Nos estados em que as taxas de distorção idade-série no Ensino Médio são menos concentradas, é possível observar maior heterogeneidade em relação às regiões que estão representadas no conjunto. Os estados aqui listados apresentam taxas de distorção idade-série abaixo da nacional, sendo que São Paulo (13,1%) destaca-se por registrar a menor taxa do país. Para esse grupo, é calculada uma taxa média de distorção idade-série de 20,4%, ou seja, cerca um quinto dos estudantes de Ensino Médio encontram-se em situação de atraso escolar. Minas Gerais (25%) e Distrito Federal (24,3%) possuem, aproximadamente, um quarto de seus estudantes com idade superior, em dois anos, ao recomendado para a etapa de ensino. Com base na média calculada para esse conjunto, o Paraná (21,1%) acumula diferença de 0,7% em relação à taxa média desses estados, seguido de Santa Catarina (18,5%), com uma variação de 1,9%.

**Tabela 85: Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)
São Paulo	13,1
Santa Catarina	18,5
Paraná	21,1
Distrito Federal	24,3
Minas Gerais	25,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Fruto dos resultados do Saeb e das informações sobre rendimento escolar (taxa de aprovação), o Ideb calculado para o Ensino Médio público brasileiro apresenta notas muito mais baixas quando comparadas às do Ensino Fundamental. Além disso, os valores do Ideb tendem a ser mais próximos entre si no Ensino Médio, na comparação entre os conjuntos de estados com melhor e pior desempenho neste indicador. Nos estados onde o valor do Ideb é mais baixo, há uma preponderância de estados da região Nordeste, como Alagoas (3,1), Bahia (3,1) e Rio Grande do Norte (3,2). O Pará (3,1) e o Mato Grosso (3,2) representam, respectivamente, as regiões Norte e Centro-Oeste nesse conjunto de estados, indicando, nesse último caso, que, mesmo em regiões caracterizadas por indicadores majoritariamente positivos, existem estados com situações particulares e críticas em alguns aspectos da educação. Isso corrobora o argumento, que reiteramos ao longo desta publicação, da necessidade de análise dos indicadores para diversos graus de desagregação.

**Tabela 86: Ideb Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	IDEB ENSINO MÉDIO
Bahia	3,1
Alagoas	3,1
Pará	3,1
Rio Grande do Norte	3,2
Mato Grosso	3,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Já entre os estados que detêm as melhores notas do Ideb no Ensino Médio, verifica-se que a maioria desses pertence à região Sudeste, Espírito Santo (4,0), Rio de Janeiro (4,0) e São Paulo (4,2), com destaque para este último que registra a melhor nota do país no Ideb do Ensino Médio. Em contraponto ao Mato Grosso, listado anteriormente no conjunto de estados com pior desempenho, o Distrito Federal (4,0) apresenta uma das melhores notas nacionais neste indicador. Pernambuco, também com nota 4,0 no Ideb, revela sua liderança em termos de qualidade no Ensino Médio na região Nordeste. Não obstante, vale ressaltar que mesmo com notas mais altas do que as registradas entre os demais estados, esse conjunto, ainda assim, apresenta notas do Ideb bem mais baixas do que as do Ensino Fundamental e dentro da escala de zero a 10 deste indicador.

**Tabela 87: Ideb Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>IDEB ENSINO MÉDIO</b>
São Paulo	4,2
Rio de Janeiro	4,0
Distrito Federal	4,0
Pernambuco	4,0
Espírito Santo	4,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Rendimento

Em relação aos indicadores de rendimento no Ensino Médio, é notável que esses apresentam uma situação mais crítica do que as demais etapas da Educação Básica, sobretudo o Ensino Fundamental (Tabelas 59 a 70), sendo marcados por taxas bastante altas que evidenciam problemas que afetam a permanência e as trajetórias educacionais dos jovens brasileiros.

A taxa nacional de aprovação no Ensino Médio, de 81,7%, divide as regiões brasileiras entre as que apresentam um desempenho abaixo ou acima dessa média. A região Sudeste, nesse sentido, é a única a apresentar desempenho acima da média, com taxa de aprovação de 84,9%, a mais alta entre as regiões. As demais, Nordeste (80,5%), Centro-Oeste (79,2%), Sul (79%) e Norte (77,1%), apresentam, nessa devida ordem, taxas de reprovação mais baixas. Em todas as regiões, a aprovação nesta etapa de ensino supera, no mínimo, três quartos do total de matriculados no Ensino Médio.

**Tabela 88: Taxa de aprovação no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE APROVAÇÃO (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>81,7</b>
Região Sudeste	84,9
Região Nordeste	80,5
Região Centro-Oeste	79,2
Região Sul	79,0
Região Norte	77,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Quando observamos o desempenho deste indicador nos estados brasileiros, verificamos, em primeiro lugar, que aqueles que possuem as menores proporções de aprovados não pertencem, necessariamente, às regiões que apresentam as taxas mais baixas. A preponderância de estados com baixas taxas de aprovação no Ensino Médio é da região Nordeste, representada por Alagoas (75%), Rio Grande do Norte (73,9%) e Sergipe (71,4%). Além desses, figuram o Pará (72,9%) e o Mato Grosso (68,1%), sendo que esse último registra a taxa mais baixa do conjunto.

Nessa perspectiva, em relação aos valores do conjunto, apenas dois dos estados se mantêm abaixo da taxa de aprovação média, de 72,2%, Sergipe e Mato Grosso. Enquanto Alagoas, Rio Grande do Norte e Pará apresentam taxas maiores do que a média calculada para o grupo. Vale dizer, por fim, que esses são os estados que apresentam os menores índices de aprovação no Ensino Médio do país; ainda assim, em todas essas regiões as aprovações superam ao menos dois terços do universo de matriculados, atingindo três quartos no caso do Alagoas.

**Tabela 89: Taxa de aprovação no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE APROVAÇÃO (%)
Mato Grosso	68,1
Sergipe	71,4
Pará	72,9
Rio Grande do Norte	73,9
Alagoas	75,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados com as mais altas taxas de aprovação no Ensino Médio pertencem ao menos a três distintas regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste) e a aprovação média desse conjunto é de 86,1%. Goiás (85,7%), Ceará (85,6%) e Rio de Janeiro (83%) mostram percentuais abaixo da taxa média do conjunto, enquanto Pernambuco (88,8%) e São Paulo (87,5%) situam-se acima dessa, e Pernambuco ocupa a liderança nacional na taxa de aprovação no Ensino Médio.

**Tabela 90: Taxa de aprovação no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE APROVAÇÃO (%)</b>
Pernambuco	88,8
São Paulo	87,5
Goiás	85,7
Ceará	85,6
Rio de Janeiro	83,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Mesmo que atreladas, as taxas de aprovação e reprovação mostram-se bastante díspares no que tange ao desempenho entre as regiões, diferentemente do observado para as mesmas taxas no Ensino Fundamental (Tabelas 59 a 64). Se em aprovação no Ensino Médio o Sudeste liderava com a mais alta taxa (Tabela 88), essa mesma região registra a segunda mais baixa taxa de reprovação entre as regiões, 10,9%. Já a liderança em reprovação fica para o Sul, com 13,6%; enquanto o Norte, assim como em reprovação, mantém-se na última posição, com a mais baixa taxa registrada, 9,7%. Centro-Oeste e Nordeste apenas trocam de posição em relação ao observado na Tabela 88, ficando a primeira região em segundo lugar, com uma taxa de reprovação no Ensino Médio de 12,9%, seguida do Nordeste com 11,5%. Apenas as regiões Sul e Centro-Oeste possuem taxas acima da nacional, e o Nordeste registra o mesmo valor da média.

**Tabela 91: Taxa de reprovação no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE REPROVAÇÃO (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>11,5</b>
Região Sul	13,6
Região Centro-Oeste	12,9
Região Nordeste	11,5
Região Sudeste	10,9
Região Norte	9,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que acumulam as maiores proporções de reprovações no Ensino Médio há uma representação bastante diversa das regiões brasileiras. O Mato Grosso ocupa a liderança do conjunto, com a mais alta taxa registrada em território nacional. A taxa média desse conjunto de estados é de 16,5%, valor superado também pelo Rio Grande do Sul (17,3%). Por outro lado, três estados situam-se abaixo da média do conjunto: Bahia (16,4%), Espírito Santo (15,7%) e Rio Grande do Norte (15,3%). Na comparação entre as etapas da Educação Básica, as taxas de reprovação no Ensino Médio atingem proporções maiores do que nos dois ciclos do Ensino Fundamental (Tabela 63).

**Tabela 92: Taxa de reprovação no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)
Mato Grosso	18,4
Rio Grande do Sul	17,3
Bahia	16,4
Espírito Santo	15,7
Rio Grande do Norte	15,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

De forma semelhante, as taxas mais baixas de reprovação no Ensino Médio registradas entre os estados também superam as do Ensino Fundamental (Tabela 64), no entanto, em menos de dois pontos percentuais. Nota-se a prevalência de três estados do Nordeste nesse conjunto: Ceará (7,2%), Piauí (7,8%) e Pernambuco (8,9%); sendo que Pernambuco, apesar de manter-se na última posição dos estados com melhor desempenho neste indicador, lidera a aprovação no Ensino Médio (Tabela 90). A taxa de reprovação média do conjunto de estados com melhor desempenho é de 7,6%; dois estados do grupo se situam abaixo da média, Ceará (7,2%) e Amazonas (5,8%). Goiás figura como o estado do Centro-Oeste com a mais baixa taxa de reprovação no Ensino Médio registrada, 8,4%.

**Tabela 93: Taxa de reprovação no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)
Amazonas	5,8
Ceará	7,2
Piauí	7,8
Goiás	8,4
Pernambuco	8,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A taxa de abandono no Ensino Médio evidencia quadro preocupante de desistência dos jovens nesta etapa de ensino, sobretudo, quando a comparamos com as taxas de abandono no Ensino Fundamental (Tabelas 65 a 67), tanto para as regiões e estados. Nota-se que essas proporções chegam, ao menos, a dobrar na transição entre Ensino Fundamental e Médio. No que tange à análise entre as regiões, o Norte (13,2%) apresenta a situação mais agravante, com uma taxa de abandono que se aproxima do dobro da taxa brasileira. Além dessa região, Nordeste (8%), Centro-Oeste (7,9%) e Sul (7,4%) apresentam percentuais acima da taxa nacional registrada (6,8%); enquanto o Sudeste, com uma taxa de 4,2%, fica abaixo da nacional e de todas as outras regiões.

**Tabela 94: Taxa de abandono no Ensino Médio - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>TAXA DE ABANDONO (%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>6,8</b>
Região Norte	13,2
Região Nordeste	8,0
Região Centro-Oeste	7,9
Região Sul	7,4
Região Sudeste	4,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que possuem as proporções mais altas de abandono no Ensino Médio são em sua maioria da região Nordeste; contudo, o que registra a mais alta taxa do país é o Pará (16,8%), pertencente à região Norte. A taxa média calculada para este conjunto de estados é de 13,8%, sendo superada pelo Pará, liderança do grupo e com valor semelhante a Alagoas (13,8%). Já as taxas do Mato Grosso, 13,5%, e Sergipe, 13,4%, apresentam resultados muito próximos e figuram em posições intermediárias. O Piauí, na última posição do conjunto, apresenta taxa de abandono de 11,8%.

**Tabela 95: Taxa de abandono no Ensino Médio - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>TAXA DE ABANDONO (%)</b>
Pará	16,8
Alagoas	13,8
Mato Grosso	13,5
Sergipe	13,4
Piauí	11,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A taxa média entre os estados identificados como de melhor desempenho neste indicador é de (3,5%), quase quatro vezes menor do que a média verificada para o conjunto anterior. São Paulo e Pernambuco, com 3,2% e 2,3%, respectivamente, possuem as taxas mais baixas registradas em território nacional. Nessa perspectiva, três dos cinco estados deste conjunto mantêm taxas de abandono acima da média do grupo: Espírito Santo, 4,7%, Distrito Federal, 3,9%, e Rio de Janeiro, 3,6%; um deles pertencendo à região Centro-Oeste e dois à Sudeste. Nota-se mais uma vez que Pernambuco figura entre o grupo de estados com melhor desempenho no que concerne à aprovação, reprovação e abandono.

**Tabela 96: Taxa de abandono no Ensino Médio - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	TAXA DE ABANDONO (%)
Pernambuco	2,3
São Paulo	3,2
Rio de Janeiro	3,6
Distrito Federal	3,9
Espírito Santo	4,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

A tendência verificada na análise da população entre seis e 14 anos fora da escola alcança proporções muito mais altas quando observamos essa mesma situação para a população de 15 a 17 anos. Mesmo com distribuição populacional muito mais baixa, os adolescentes entre 15 e 17 anos têm propensão maior a abandonar a escola do que a parcela da população entre seis e 14 anos. Nesse sentido, a quantidade de pessoas fora da escola entre 15 e 17 anos chega a quase o dobro da população entre seis e 14 anos na mesma situação. A ordem das regiões que possuem maiores parcelas da população de jovens de 15 a 17 anos fora da escola segue a distribuição populacional: Sudeste (599.223), Nordeste (543.126), Sul (265.760), Norte (190.174) e Centro-Oeste (129.239).

Ao contrário também do que ocorre neste indicador para o Ensino Fundamental (Tabela 68), não há preponderância, em nenhuma das regiões do país, de indivíduos que nunca frequentaram a escola sobre os que a deixaram de frequentar. Nota-se, portanto, que mais que o inaccessível à escola, os adolescentes nessa faixa etária vivenciam processo de desistência e abandono da escola em suas trajetórias estudantis, por questões que merecem ser mais aprofundadas por análises qualitativas. A região Norte é a que concentra a menor diferença entre as duas categorias (já frequentou ou nunca frequentou). Ainda assim, no Brasil, 94,7% dos adolescentes nessa condição entre 15 e 17 anos deixaram de frequentar a escola, os restantes 5,3% nunca a frequentaram.

**Tabela 97: População de 15 a 17 anos fora da escola - Brasil e regiões - 2010**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>JÁ FREQUENTOU</b>	<b>NUNCA FREQUENTOU</b>	<b>TOTAL</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.635.833</b>	<b>91.690</b>	<b>1.727.523</b>
Região Sudeste	572.234	26.989	599.223
Região Nordeste	510.587	32.539	543.126
Região Sul	257.544	8.216	265.760
Região Norte	172.059	18.115	190.174
Região Centro-Oeste	123.408	5.831	129.239

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Dentre os estados que acumulam maiores quantidades de adolescentes com idade adequada para cursarem o Ensino Médio, mas que se encontram fora da escola, evidencia-se relação direta com a distribuição populacional. Dessa forma, os estados do Sudeste, São Paulo (291.602), Minas Gerais (171.750) e Rio de Janeiro (101.167), por serem os mais populosos do país, também figuram na Tabela 98. Não obstante, a ordem desses estados nessa mesma tabela é apenas interseccionada pela presença da Bahia e do Paraná, com 133.715 e 109.433 indivíduos de 15 a 17 anos fora da escola, respectivamente, deixando o Rio de Janeiro na melhor posição entre esse conjunto. A proporção de indivíduos entre 15 e 17 anos que já frequentou a escola em algum momento mantém-se substancialmente mais alta do que aqueles que nunca a frequentaram, sendo maior em, no mínimo, 16 vezes para esses estados listados. O Paraná registra a maior diferença entre as duas categorias, em cerca de 32 vezes.

**Tabela 98: População de 15 a 17 anos fora da escola - estados com pior desempenho - 2010**

<b>ESTADOS</b>	<b>JÁ FREQUENTOU</b>	<b>NUNCA FREQUENTOU</b>	<b>TOTAL</b>
São Paulo	277.686	13.916	291.602
Minas Gerais	165.070	6.680	171.750
Bahia	126.026	7.689	133.715
Paraná	106.210	3.223	109.433
Rio de Janeiro	95.805	5.362	101.167

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

Nos estados que ocupam as últimas posições na concentração de indivíduos entre 15 e 17 anos que deixaram ou nunca frequentaram a escola, verificam-se tendências diversas daquelas apontadas nas Tabelas 97 e 98. Nota-se, inicialmente, uma preponderância dos estados do Norte nesse conjunto, também em razão de concentrarem as mais baixas proporções populacionais entre os estados brasileiros. Em ordem crescente estão de tal forma listados na Tabela 99: Roraima (5.205), Amapá (7.615), Acre (10.764) e Tocantins (13.149). Na última posição encontra-se o Distrito Federal com 15.142 indivíduos fora da escola. Na comparação entre as duas categorias, todos os estados apresentam proporções um tanto maiores de indivíduos de 15 a 17 anos fora da escola e que já a frequentaram em algum momento. Roraima é o que apresenta menor diferença entre as categorias, cerca de quatro vezes entre as respectivas concentrações.

**Tabela 99: População de 15 a 17 anos fora da escola - estados com melhor desempenho - 2010**

ESTADOS	JÁ FREQUENTOU	NUNCA FREQUENTOU	TOTAL
Roraima	4.221	984	5.205
Amapá	7.249	366	7.615
Acre	9.499	1.265	10.764
Tocantins	12.331	818	13.149
Distrito Federal	14.477	665	15.142

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração: Fundação Abrinq.

## Professores – Formação

A proporção média de docentes do Ensino Médio que possuem escolaridade de nível superior é de 93,1%. Aproximam-se dessa média as regiões Centro-Oeste (93,2%) e Sul (93,5%), deixando as regiões Norte (95,2%), liderança do país no que tange à proporção de professores de Ensino Médio com ensino superior, e Sudeste (94,9%) com as maiores concentrações de professores com esse nível de escolaridade. No extremo oposto encontra-se o Nordeste (88,6%), que registra o mais baixo percentual de professores com Ensino Superior no país; não obstante, esse registra a segunda maior quantidade absoluta de professores nessa condição (115.229), ficando atrás apenas do Sudeste (219.008). Isso demonstra que o presente indicador possui uma estrita relação com a distribuição populacional do país.

**Tabela 100: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Médio) - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>486.751</b>	<b>93,1</b>
Região Norte	35.818	95,2
Região Sudeste	219.008	94,9
Região Centro-Oeste	37.410	93,2
Região Sul	79.029	93,5
Região Nordeste	115.229	88,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que possuem as mais baixas concentrações de professores de Ensino Médio com diploma de Ensino Superior, verifica-se a presença majoritária daqueles que pertencem à região Nordeste. A proporção média de professores com Ensino Superior nesse conjunto de estados é de 82,5%, sendo que Alagoas (80,3%) e Roraima (77,3%), apresentam percentuais abaixo dessa média e ao menos 13% da média nacional (93,1%).

Já Ceará (86,9%), Santa Catarina (84,1%) e Bahia (84,1%) superam a média. Cabe notar que maior quantidade absoluta de docentes com Ensino Superior é registrada na Bahia (28.954), estado mais populoso entre os aqui listados.

**Tabela 101: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Médio) - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR</b>	<b>(%)</b>
Roraima	1.524	77,3
Alagoas	4.983	80,3
Bahia	28.954	84,1
Santa Catarina	14.226	84,1
Ceará	17.562	86,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados com as maiores concentrações de professores do Ensino Médio com escolaridade de nível Superior aproximam-se da totalidade do universo de docentes nesta etapa de ensino. Tais estados partilham média de 97,1% de seus professores nessa condição; percentual também registrado pelo Paraná (97,1%), que ocupa posição intermediária. Nessa linha, Amazonas (97,3%) e Distrito Federal (97,6%) situam-se acima da média e, principalmente no caso desse último, ocupam a liderança nacional neste indicador. Pará e Espírito Santo partilham o mesmo percentual de docentes com diploma de Ensino Superior, 96,8%, valor mais baixo registrado pelo grupo.

**Tabela 102: Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Médio) - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR	(%)
Distrito Federal	5.209	97,6
Amazonas	7.505	97,3
Paraná	36.271	97,1
Pará	14.178	96,8
Espírito Santo	8.967	96,8

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da Educação Básica. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de iniciar ou concluir o Ensino Fundamental ou Médio na idade adequada. De acordo com a legislação, esse público pode ter acesso a essas etapas de ensino por meio de cursos e avaliações oferecidos pela EJA. As aulas do Ensino Fundamental são abertas para alunos a partir de 15 anos. Já os interessados em concluir o Ensino Médio precisam ter, no mínimo, 18 anos.

Por reconhecer como alguns dos desafios da educação brasileira a alfabetização de jovens e adultos e o aumento de escolaridade entre esse público, que já se encontra fora da faixa etária adequada para essas etapas de ensino, o PNE busca elevar as matrículas dessa modalidade. Além disso, contemplando a especificidade desse público e sua inserção no mercado de trabalho, ressalta-se a integração da EJA com a educação profissional.

## META DO PNE:



**Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

## Matrículas: acesso

A análise do número absoluto de matrículas na EJA deve considerar, para além da concentração populacional de cada região e estado, que a ausência ou baixo número nessa modalidade de ensino pode significar o aumento da conclusão do ensino regular no tempo adequado por determinada população ou uma real falta de acesso desses jovens à modalidade EJA de ensino. Para uma análise mais aprofundada, há que se acompanhar e avaliar o desempenho dos indicadores de rendimento (por etapa de ensino) em determinado intervalo de tempo, em consonância com a observação da redução ou aumento da quantidade de matrículas em EJA.

Ao analisarmos as regiões sob essa perspectiva, veremos que o Sudeste, mesmo sendo a com maior densidade populacional, ocupa a segunda posição em quantidade absoluta de matrícula em EJA, 1.076.230. Nessa lista, o Nordeste figura em primeiro lugar com 1.361.792 matrículas, ou 38% do total de matrículas na EJA registradas no Brasil. A mesma situação constata-se na análise das regiões subsequentes, Norte (455.132) e Sul (365.820), sendo que a segunda possui uma população maior do que a primeira. Isso demonstra que, invertendo a lógica da distribuição populacional, Norte e Nordeste possuem quantidades absolutas de matrículas na EJA bastante significativas, em comparação às demais regiões. O Centro-Oeste registra o menor número de matrículas na EJA, 232.895, respondendo por 6,6% das matrículas brasileiras.

**Tabela 103: Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos - Brasil e regiões - 2015**

BRASIL E REGIÕES	Nº DE MATRÍCULAS
<b>BRASIL</b>	<b>3.491.869</b>
Região Nordeste	1.361.792
Região Sudeste	1.076.230
Região Norte	455.132
Região Sul	365.820
Região Centro-Oeste	232.895

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Como dissemos quando da análise deste indicador segundo regiões do país, a interpretação a respeito da maior ou menor quantidade de matriculados na EJA pode suscitar diversas hipóteses acerca do acesso da população a essa modalidade de ensino. Na Tabela 104 nota-se que dos cinco estados com pior desempenho neste indicador, quatro pertencem à região Norte. Essa situação evidencia que mesmo o Norte ocupando posição intermediária em termos de registro de matrícula na EJA, seus estados concentram as mais baixas quantidades de matrícula em território nacional. Na devida ordem estão: Roraima (10.195), Tocantins (20.923), Amapá (23.791) e Acre (26.738). Ainda nesse conjunto está o Sergipe, com 43.263 matrículas; o que destoia da tendência de quantidade alta de matrículas de sua respectiva região, o Nordeste.

**Tabela 104: Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
Roraima	10.195
Tocantins	20.923
Amapá	23.791
Acre	26.738
Sergipe	43.263

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que registram as mais altas quantidades de matrículas na EJA, nota-se que essas chegam a atingir proporções ao menos dez vezes maiores que no conjunto anterior. Vale ressaltar que os estados do Sudeste que constam da Tabela 105, São Paulo (459.024), Minas Gerais (308.405) e Rio de Janeiro (244.787), são também os mais populosos do país, nessa devida ordem, sendo que a Bahia (370.399) intervém nessa ordem ocupando o segundo lugar da lista em quantidade de matrículas. Assim como a Bahia, o Pará (221.075) também mostra expressiva quantidade de matrículas na EJA, quando comparada à questão da distribuição populacional, uma vez que o estado é o 6º mais populoso do país.

**Tabela 105: Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	Nº DE MATRÍCULAS
São Paulo	459.024
Bahia	370.399
Minas Gerais	308.405
Rio de Janeiro	244.787
Pará	221.075

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.



## Educação Indígena

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), assim como a própria Constituição Federal, assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e o emprego de materiais e instrumentos próprios de aprendizagem, além de conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas, no processo educativo. Por meio dessa proposta, busca-se contemplar a diversidade e o multiculturalismo dos povos indígenas em meio ao processo de aprendizagem escolar e a reduzir as desigualdades que tendem a incidir sobre as minorias sociais, no que tange ao acesso à educação.

São diversos os entraves e desafios que ainda nos impedem de garantir e oferecer uma política educacional adequada aos grupos socialmente mais vulneráveis e de matrizes culturais distintas. A dispersão e a heterogeneidade da população indígena no Brasil, bem como os processos de sincretismo pelos quais essa perpassa, tornam particularmente difícil implementar e garantir uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais. Nesse sentido, o quadro geral da Educação Escolar Indígena no Brasil é marcado por experiências fragmentadas e descontínuas, sendo bastante desigual e desarticulado nacionalmente, uma vez que a distribuição das populações indígenas ocorre de maneira bastante distinta entre os estados e regiões brasileiras.

## Estabelecimentos de Ensino

A proposta de uma escola indígena diferenciada e de qualidade envolve a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos de ensino; tanto para que sejam de fato reconhecidas, incorporadas e beneficiadas por sua inclusão nos sistemas oficiais de ensino, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

Nessa perspectiva, mais relevante e significativo do que observar e analisar o número absoluto de matrículas entre as regiões e estados brasileiros – já que esses diferem bastante em termos de presença de populações indígenas em seus territórios – é considerar a distribuição dos estabelecimentos de ensino e o uso de materiais didáticos específicos para esse público, os quais podem ser tidos como condições essenciais para o oferecimento e atendimento adequados às singularidades da educação indígena.

Para esta análise, foram considerados e contabilizados os estabelecimentos de ensino com localização diferenciada em área de terra indígena, dentre os quais oferecem ensino regular com mediação pedagógica presencial, e que ensinam em língua indígena ou português (bilíngue ou não). No que se refere à utilização de materiais didático-pedagógicos específicos, esse diz respeito ao uso de materiais com conteúdos programáticos adaptados às particularidades etno-culturais e/ou linguísticas próprias a cada povo indígena, incluindo livros, vídeos, dicionários etc.

Na análise para as regiões, verificamos que dos 3.078 estabelecimentos de Educação Indígena existentes no Brasil, a maior parte está concentrada na região Norte (1.947), ou cerca de 63,2% do total de estabelecimentos. Em segundo lugar está o Nordeste, com 600 estabelecimentos. O Sul e o Sudeste possuem, respectivamente, 177 e 82 estabelecimentos de ensino voltados para a população indígena, sendo que conjuntamente respondem por 8,4% desses existentes em território nacional.

Sobre a utilização de material didático específico, nota-se que, no país, pouco mais da metade desses estabelecimentos fazem seu uso, apenas 53,6%. Porém, comparado ao número absoluto de estabelecimentos, verifica-se que, mesmo com as mais baixas quantidades, nas regiões Sul (85,3%) e Sudeste (79,3%) a utilização de material didático específico é mais frequente do que naquelas que possuem um número maior de estabelecimentos dessa natureza. Já o Centro-Oeste, que agrega 272 estabelecimentos de Educação Indígena, registra o uso de material didático específico em apenas 57,7% desses. Tais disparidades entre as regiões, no que concerne à existência de estabelecimentos de Educação Indígena e o uso ou não de material didático específico, são informações bastante reveladoras sobre a situação da implantação dessa política educacional e a condição de atendimento das populações indígenas nesses estabelecimentos.

**Tabela 106: Número de estabelecimentos de Educação Indígena e utilização de material didático específico - Brasil e regiões - 2015**

REGIÕES	Nº DE ESTABELECEMENTOS	Nº DE ESTABELECEMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO	(%) DE ESTABELECEMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO
<b>BRASIL</b>	<b>3.078</b>	<b>1.651</b>	<b>53,6</b>
Região Norte	1.947	914	46,9
Região Nordeste	600	364	60,7
Região Centro-Oeste	272	157	57,7
Região Sul	177	151	85,3
Região Sudeste	82	65	79,3

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Na análise da situação da Educação Indígena entre os estados, percebe-se heterogeneidade maior no quadro expresso pela Tabela 107. De acordo com os dados, o Distrito Federal não registra nenhum estabelecimento, o que pode suscitar a hipótese de presença baixa ou nula de comunidades indígenas em seu território ou, justamente, o não atendimento de uma política educacional importante de promoção da equidade para esses povos. O Piauí, apenas com dois estabelecimentos de Educação Indígena, ainda assim não contempla o uso de material didático específico por nenhum desses; enquanto o Rio Grande do Norte, com a mesma quantidade de estabelecimentos, registra o uso de material em um único local.

Na sequência estão Goiás e Sergipe com três e quatro estabelecimentos, respectivamente. Nesses dois casos, a utilização de material didático específico não atinge a totalidade dos estabelecimentos; em Sergipe apenas um faz seu uso e em Goiás, dois estabelecimentos. Cabe aqui retomar as considerações feitas inicialmente a respeito da distribuição da população indígena no país e a existência de estabelecimentos de educação voltados a esse público. Nos estados categorizados como de pior desempenho neste indicador, há, portanto, que se observar ainda se os dados populacionais por recortes étnico-raciais e etário correspondem ao quadro aqui esquematizado, para se obter um contundente diagnóstico do atendimento educacional à população indígena nesses estados.

**Tabela 107: Número de estabelecimentos de Educação Indígena e utilização de material didático específico - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>Nº DE ESTABELECEMENTOS</b>	<b>Nº DE ESTABELECEMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO</b>	<b>(%) DE ESTABELECEMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO</b>
Distrito Federal	-	-	-
Piauí	2	-	-
Rio Grande do Norte	2	1	50,0
Goiás	3	2	66,7
Sergipe	4	1	25,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que reúnem quantidade expressiva de estabelecimentos de Educação Indígena estão localizados, majoritariamente, na região Norte do país. Amazonas e Roraima detêm liderança, com 970 e 328, respectivamente. No entanto, em menos da metade dos estabelecimentos do Amazonas (47,5%) é utilizado material didático específico, proporção que chega a 8,8% no caso de Roraima. O Acre, que ocupa a última posição, reúne 209 estabelecimentos de ensino e 65,6% deles usando material didático específico.

Em posição intermediária nesse conjunto de estados, Maranhão, com seus 307 estabelecimentos de Educação Indígena, contempla o uso de material didático específico em 59% deles. Destoando do que foi observado, quando analisadas as regiões com maiores frequências de estabelecimentos, a região Centro-Oeste é representada pelo Mato Grosso nesse conjunto. Uma vez reconhecida a expressividade da população indígena no Mato Grosso, este estado possui 210 estabelecimentos de ensino voltados ao atendimento a esse público, com 55,2% deles dispondo da utilização de material didático específico.

Tabela 108: Número de estabelecimentos de Educação Indígena e utilização de material didático específico - estados com melhor desempenho - 2015

ESTADOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO	(%) DE ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO
Amazonas	970	461	47,5
Roraima	328	29	8,8
Maranhão	307	181	59,0
Mato Grosso	210	116	55,2
Acre	209	137	65,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Elaboração: Fundação Abrinq.



PROMOVER O  
CRESCIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTADO, INCLUSIVO E  
SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E  
PRODUTIVO E TRABALHO  
DECENTE PARA TODOS



### Metas ODS 8 que impactam crianças e adolescentes

**8.5.** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

**8.6.** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

**8.7.** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

## A erradicação do trabalho infantil: a urgência de uma agenda para a promoção do desenvolvimento sustentável e em defesa da infância e da adolescência

O debate sobre desenvolvimento sustentável perpassa diversos aspectos e dimensões do que compreendemos como intrínseco ao conceito de desenvolvimento, sendo o crescimento econômico uma das questões centrais e norteadoras do debate. A partir do modelo de crescimento econômico adotado por uma nação, bem como as políticas econômicas que serão colocadas em prática para viabilizá-lo, são geradas externalidades negativas e positivas para a sociedade, tais quais: baixos ou altos salários, recessão ou prosperidade econômica, concentração de renda, desigualdade etc.

Para além dos ganhos crescentes de capital, um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, tal qual preconiza o **ODS 8**, tem a possibilidade de elevar os níveis de produtividade do mercado, aumentar a renda *per capita* das famílias, reduzir substancialmente as taxas de desemprego, melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, criar iniciativas diversas de geração de renda para os indivíduos e promover o exercício do trabalho somente em condições dignas e decentes.

Discutir e garantir condições decentes de trabalho para uma sociedade é fundamental quando falamos de desenvolvimento sustentável, o que inclui boas condições físicas e ambientais para o desempenho do trabalho,

como também remuneração adequada e o respeito aos direitos trabalhistas – todos fatores fundamentais para o cumprimento integral dos ODS. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a promoção do trabalho decente está diretamente relacionada a quatro objetivos estratégicos<sup>8</sup> da instituição:

- Liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- Eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
- Erradicação do trabalho infantil;
- Eliminação de todas as formas de discriminação (em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

O combate e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna e do tráfico de pessoas são algumas das metas previstas no **ODS 8**. A proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, bem como sua extinção em todas as formas até 2025, são fundamentais para assegurar a proteção integral a crianças e adolescentes e eliminar situações degradantes de trabalho em todo o mundo. Num contexto mundial de crises e guerras civis, ressalta-se ainda o combate ao recrutamento e utilização de crianças-soldado. O cumprimento das metas previstas no **ODS 8** é fundamental para a agenda da infância e da adolescência, na conjunção de esforços para a luta contra o trabalho infantil.

Historicamente, a exploração do trabalho infantil tem sido um dos componentes do desenvolvimento econômico mundial. Sua incidência é tão antiga quanto a história da própria humanidade, podendo remontar até o período da Pré-História, uma vez que a criança nunca foi concebida como indivíduo em situação peculiar de desenvolvimento. Não obstante, é na Revolução Industrial que a exploração dessa mão de obra ganhou contornos mais densos e agravantes.

Conforme Custódio (1999) e Tiemann (1999) apresentam esse contexto histórico, inicialmente, somente as crianças abandonadas em orfanatos eram entregues aos donos de fábricas para trabalharem. Com o passar do tempo, aquelas que tinham famílias empregadas nas fábricas passaram a ser incluídas como mão de obra, trabalhando por longas e exaustivas horas. A carga horária era equivalente à jornada dos adultos, porém, os salários, consideravelmente inferiores, correspondendo à quinta parte do salário de uma pessoa adulta (TIEMANN, 1999). Além disso, as condições de trabalho eram precárias e as crianças estavam mais expostas a acidentes fatais e a diversas doenças, dadas as suas fragilidades e estrutura física.

No cenário internacional, foi somente ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1919, que surgiu no mundo ambiente favorável para a construção e consolidação dos direitos sociais e econômicos, consagrando-se assim o Direito do Trabalho. Com a instalação da Conferência de Paz naquele ano, da qual originou o Tratado de Versalhes, criou-se a OIT.

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>. Acesso em: 27 set. 2017.

Dentre as Convenções adotadas pela OIT entre 1919 e 1939, precedentes à eclosão da Segunda Guerra Mundial, essas tinham como propósito regulamentar e estabelecer garantias mínimas ao trabalhador, bem como evitar e suprimir, em alguma medida, a exploração do trabalho de crianças, dentre as quais versavam sobre Idade Mínima de Admissão nos Trabalhos Industriais (nº 5), Trabalho Noturno dos Menores na Indústria (nº 6), Convenção sobre a Idade Mínima para Admissão de Menores no Trabalho Marítimo (revista em 1936 – Convenção nº 58) (nº 7), Exame Médico de Menores no Trabalho Marítimo (nº 16).

Cabe ressaltar que somente em 1934 o Brasil ratificou as Convenções nº 5 e nº 6, as quais estabelecem como idade mínima para admissão no trabalho 14 anos ou mais (a depender da profissão) e proíbem o trabalho noturno a adolescentes com menos de 18 anos. Desde então, o arcabouço legal de proteção à criança e ao adolescente foi ampliado com outros diversos tratados e documentos internacionais que se seguiram, em que se destacam: a Convenção nº 138 de 1973, sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego (complementada pela Recomendação nº 146); e a Convenção nº 182 de 1999, sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil – Lista TIP – e a ação imediata para sua eliminação (complementada pela Recomendação nº 190). O Brasil ratificou essas Convenções em 2001 e 2000, respectivamente.

A Convenção nº 138 adotou diversas proposições relativas à Idade Mínima de Admissão ao Emprego, na qual se recomenda que os países fixem uma idade mínima (não inferior a 15 anos) para a entrada no mercado de trabalho. Orienta também que essa idade não seja inferior à escolaridade mínima obrigatória e que os países se comprometam com a elevação progressiva deste patamar. No que tange especialmente à Convenção nº 182, esta foi regulamentada pelo governo brasileiro somente em 2008, por meio do Decreto nº 6.841/2008, da Presidência da República. E entre as mais de 90 atividades que compõem a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) elencadas nesse documento, além de todas as formas de escravidão, exploração sexual e atividades relacionadas à produção e ao tráfico de drogas, ainda estão presentes: operar máquinas agrícolas; produzir carvão vegetal, fumo ou cana-de-açúcar; manusear agrotóxicos; cuidar de crianças ou pessoas idosas; trabalhar em matadouros, construção civil, borracharias, lixões, ruas ou qualquer outro lugar ao ar livre; e trabalho doméstico.

Fruto de árdua evolução histórica, alcançada, lentamente, pelas lutas sociais, e, apesar do entendimento de inúmeros especialistas acerca dos malefícios biopsicossociais e, embora tenha se reduzido ao longo dos anos, no Brasil e no mundo, o trabalho informal, irregular, ilegal e prematuro ainda é a realidade de inúmeras crianças e adolescentes. De acordo com o último Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil, da OIT, estima-se que 168 milhões de crianças são vítimas do trabalho infantil, das quais 120 milhões têm idade entre cinco e 14 anos, dessas, 85 milhões realizam trabalhos considerados perigosos e quase 5 milhões de crianças vivem em condições análogas à escravidão (OIT, 2017). Outro dado do levantamento constata que cerca de 20% a 30% das crianças de países de baixa renda abandonam a escola e entram no mercado de trabalho antes mesmo dos 15 anos (OIT, 2017).

De acordo com os dados do IBGE, da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015), o Brasil ainda possui cerca de 2,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, e a cada quatro crianças que

trabalham na América Latina, uma é brasileira (IBGE, 2015). Boa parte do trabalho infantil é decorrência da pobreza e desigualdade social que assolam nossa sociedade, em que muitas vezes a falta de condições financeiras das famílias para se sustentarem é justificada como razão para que suas crianças se encontrem trabalhando. Situações como essas podem ser evitadas através da melhoria das condições de vida das famílias, de medidas como o aumento real de salários, oferecimento de postos de emprego, expansão de programas socioassistenciais de apoio às famílias, entre outros.

Há também que se driblar diversas concepções e valores culturais disseminados em nossa sociedade, em que se faz defesa do trabalho infantil como forma de redução da pobreza e como meio de moralização de crianças e adolescentes pobres. Os discursos que caracterizam tais visões, como, “melhor ele trabalhar, do que roubar” ou “melhor ajudar a família, do que passar fome”, imputam sobre a sociedade o peso da omissão e convivência com o trabalho infantil. Nesse sentido, a noção de “vadiagem” e de dignificar um indivíduo por meio do trabalho torna-se estigma e pena, respectivamente, para as crianças mais pobres. Pois, além desses indivíduos serem colocados na posição de “criminosos em potencial”, se atribui ao trabalho papel educativo que deveria ser concedido à instituição escolar ou outros espaços de educação não formal.

Além dos agravos na saúde e no desenvolvimento físico desses indivíduos, trabalhar antes da idade permitida por lei também acarreta prejuízos psicológicos, sociais e compromete a frequência e a permanência na escola. Como se não bastasse todas essas dimensões que podem afetar a trajetória de uma criança ou adolescente inserido de forma precoce e precária em uma atividade remunerada, observamos que tais condições ainda culminam na baixa remuneração, informalidade e baixa competitividade desse mesmo indivíduo no mercado de trabalho quando adulto, em consequência do próprio trabalho. Ou seja, não se rompe com o ciclo de pobreza que afeta justamente as famílias mais pobres, as quais pertencem essas crianças e adolescentes.

Em que pese todo o esforço do governo e da sociedade brasileira no combate ao trabalho infantil, vale destacar as diversas articulações da sociedade civil organizada em prol do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o PETI caracteriza-se por um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida como condicionalidade para o recebimento do benefício.

A Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005) também se configura como potencial estratégia para o combate à exploração do trabalho infantil. Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.068/1990) é permitido o exercício do trabalho aos adolescentes, a partir dos 14 anos, somente na condição de aprendiz, nos termos da lei que regulamenta a aprendizagem. A Lei da Aprendizagem estabelece que as empresas de médio e grande porte contratem número de aprendizes equivalente a percentual que pode variar de 5% a 15% do quadro de trabalhadores cujas funções demandem formação profissional. Podem



participar da aprendizagem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos incompletos que concluíram ou estão cursando o Ensino Fundamental ou Médio. A lei estabelece que o aprendiz não pode deixar os estudos pelo trabalho, uma vez que é exigido no contrato a manutenção da educação formal, além da técnico-profissional. Dessa forma, na condição de aprendiz, os adolescentes estão respaldados quanto a garantias trabalhistas, segurança e remuneração adequada à função.

No mais tocante ao **ODS 8**, esse reafirma e fortalece o compromisso dos governos e da sociedade com a erradicação do trabalho infantil, oferecendo oportunidades de fortalecer políticas públicas e iniciativas exitosas como as mencionadas anteriormente. Uma vez que essa situação de violações de direitos também presume um aumento da fiscalização e punições efetivas sobre empresas e empregadores que fazem uso dessa mão de obra, há que se adensar a atuação das instâncias e agentes fiscalizadores, responsáveis por receber e verificar denúncias nesse sentido. O enfrentamento ao trabalho infantil não deve cessar em nenhum momento, sendo necessário empreender ações permanentes e articuladas entre os diversos setores e atores, para que um mundo livre do trabalho infantil seja realidade em 2030. E para que a todos seja concedido o direito a vivenciar sua infância e adolescência de forma plena e adequada.

## Marco zero dos principais indicadores nacionais – ponto de partida e desafios brasileiros

### Indicadores globais de monitoramento do ODS 8 associados a crianças e adolescentes

- 8.6.1** Percentual de jovens que não estudam e não trabalham
- 8.7.1** Número de crianças de 5 a 17 anos empregadas
- 8.7.2** Número de crianças de 5 a 17 anos envolvidos em trabalho de risco
- 8.7.3** Número de crianças de 5 a 17 anos que trabalham
- 8.7.4** Percentual de crianças de 5 a 17 anos empregadas
- 8.7.5** Percentual de crianças de 5 a 17 anos envolvidos em trabalho de risco
- 8.7.6** Percentual de crianças de 5 a 17 anos que trabalham

### População entre cinco e 17 anos ocupada

A opção feita para a análise da população ocupada entre cinco e 17 anos levou em conta a proporção dos ocupados em relação ao total de indivíduos no mesmo grupo etário da região ou do estado.

Quando analisamos a concentração dos ocupados entre cinco e 17 anos pelas regiões do país, notamos a liderança da região Sul, tendo 6,2% das crianças e adolescentes dessa região desempenhando alguma atividade, remunerada ou não. As proporções mais próximas desse valor são aquelas verificadas nas regiões Centro-Oeste (5,4%), Norte (5,3%) e Nordeste (5,1%). Essas regiões, além de manter diferença máxima de três décimos entre si, e de 1,1% em relação à região Sul, se situam acima da média nacional (5%) e nos revelam que quatro das cinco regiões brasileiras concentram mais indivíduos de cinco a 17 anos ocupados do que a proporção do país nesse indicador.

Situa-se com percentuais pouco menores que a média nacional, a região Sudeste, que, em termos absolutos, possui quantidade superior àquela verificada em todas as regiões precedentes; proporcionalmente, entretanto, essa região é a que acumula menos pessoas trabalhando, 4,2% dos residentes nessa faixa etária.

Em relação à composição etária dos indivíduos ocupados, destaca-se, em primeiro lugar, que a predominância desses encontra-se no grupo que cobre a idade dos 15 aos 17 anos, sendo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste as que possuem, mais de três quartos do universo dos ocupados pertencendo a essa faixa etária. No Norte e Nordeste, em média, 27,6% dos ocupados possui entre 10 e 14 anos de idade; ainda que não componha a maioria dos ocupados, esse grupo etário, nessas regiões, responde por aproximadamente um quarto das pessoas desempenhando alguma atividade laboral. Essas duas regiões também possuem as maiores concentrações de pessoas entre cinco e nove anos ocupadas do país, com 3,8% delas pertencendo a esse grupo na região Norte e 4,3% na região Nordeste.

**Tabela 1: População de cinco a 17 anos ocupada segundo faixas etárias - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>CINCO A 9 ANOS</b>	<b>DEZ A 14 ANOS</b>	<b>15 A 17 ANOS</b>	<b>TOTAL DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS</b>	<b>(%) DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS</b>
<b>BRASIL</b>	<b>78.527</b>	<b>560.416</b>	<b>2.032.950</b>	<b>2.671.893</b>	<b>5,0</b>
Região Sul	8.537	63.133	360.527	432.197	6,2
Região Centro-Oeste	3.989	39.454	179.161	222.604	5,4
Região Norte	11.938	87.154	212.010	311.102	5,3
Região Nordeste	36.714	231.579	583.878	852.171	5,1
Região Sudeste	17.349	139.096	697.374	853.819	4,2

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Há percentuais mais expressivos entre os estados do que verificamos para as regiões do país. Em média, 7% dos jovens entre cinco e 17 anos, nesse conjunto de estados, encontravam-se trabalhando. Piauí (7,5%) e Sergipe (7,2%), são os únicos estados a superar essa média, significando que, nesses estados, uma em cada 13 crianças ou adolescentes possui alguma ocupação.

Abaixo dessa média, encontram-se Rio Grande do Sul (6,9%), Paraíba (6,6%) e Mato Grosso do Sul (6,6%), que possuem proporção de ocupados semelhantes, com diferença máxima de 0,3% entre si. É importante notar, além do fato de que ao menos uma em cada 15 crianças ou adolescentes está ocupada nesses estados, que estes são heterogêneos em relação às regiões em que se situam: há estados representantes das regiões Sul, Nordeste, ambas com dois estados cada, e Centro-Oeste; atestando que o trabalho infantil ainda se configura como um problema a ser enfrentado em todo o território nacional.

**Tabela 2: População de cinco a 17 anos ocupada segundo faixas etárias - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	CINCO A 9 ANOS	DEZ A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	TOTAL DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS	(%) DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS
Piauí	4.503	24.205	46.719	75.427	7,5
Sergipe	1.832	16.499	29.328	47.659	7,2
Rio Grande do Sul	5.134	33.747	138.884	177.765	6,9
Paraíba	4.523	30.382	39.430	74.335	6,6
Mato Grosso do Sul	2.209	6.188	37.557	45.954	6,6

Fonte: BGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

A média (2,5%) de indivíduos entre cinco e 17 anos ocupados é de aproximadamente três vezes menor no conjunto de estados tidos como de pior desempenho, como expresso na Tabela 3. Os estados que se situam abaixo dessa média, e Rio de Janeiro (1,9%), Amapá (2,2%) e Distrito Federal (2,4%) apresentam a menor concentração de ocupados entre cinco e 17 anos do país. Alagoas e Ceará, ambos com 3%, possuem proporções de ocupados maiores que a média calculada para o grupo. Assim como no conjunto de estados anterior, merece menção à diversidade de regiões representadas no conjunto, em que é possível verificar a presença de todas as regiões brasileiras, com exceção da Sul.

**Tabela 3: População de cinco a 17 anos ocupada segundo faixas etárias - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	CINCO A 9 ANOS	DEZ A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	TOTAL DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS	(%) DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS
Rio de Janeiro	-	7.056	64.206	71.262	1,9
Amapá	-	2.365	3.939	6.304	2,2
Distrito Federal	-	649	17.848	18.497	2,4
Ceará	4.019	11.657	58.219	73.895	3,0
Alagoas	629	7.551	22.652	30.832	3,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Para análise dos tipos de atividade desempenhadas pela população entre cinco e 17 anos ocupada, tem-se como fonte os dados da Pnad, porém há que se fazer uma ressalva inicial sobre esse indicador. Tais dados e informações sobre a população ocupada podem ser extraídos de duas fontes distintas, a saber: Censo Demográfico e a Pnad. No caso do Censo, pode-se identificar a variável “seção de atividade no trabalho principal”, a qual é destrinchada em três categorias: 1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 2) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicleta e; 3) Outra. Já na Pnad, a mesma informação sobre população ocupada é segmentada em três categorias de atividade do trabalho principal: 1) agrícola; 2) não agrícola e; 3) sem declaração.

Dessa forma, comparando os dados sobre população ocupada entre essas duas bases, cujo ano de referência são 2010 para o Censo e 2015 para a Pnad, conseguimos enxergar algumas disparidades entre as quantidades de indivíduos da população, entre menores de 17 anos, que se encontram exercendo algum tipo de ocupação dentre as categorias elencadas. Uma vez que as categorias se distinguem entre as bases, há que se considerar que a categoria “Outra” do Censo pode concentrar diversas ocupações e, conseqüentemente, grande contingente de ocupados em atividades distintas que, no caso da Pnad, são diluídas tão somente entre “agrícola” ou “não agrícola”.

Nesse raciocínio, há que se considerar que, se as atividades tipicamente agrícolas constituíam a maioria das atividades exercidas entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, quando da realização do Censo 2010. O fato da variável do tipo de atividade ser binária no caso da Pnad, agrícolas e não agrícolas, implica uma concentração maior nas atividades do segundo tipo. Essa é uma hipótese que pode explicar por que na comparação entre as duas bases a Pnad concentra quantidade maior de ocupados em atividades “não agrícola”, enquanto o Censo reúne suas maiores quantidades de ocupados em “Outra” e “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, na devida ordem.

Em termos absolutos, as regiões Sudeste e Nordeste ocupam as primeiras posições, acumulando as maiores quantidades de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos ocupadas, 853.819 e 852.171 indivíduos, respectivamente. As regiões Sul (432.197), Norte (311.102) e Centro-Oeste (222.604) apresentam concentrações mais baixas de crianças e adolescentes trabalhando, porém, ainda expressivas e consideravelmente preocupantes.

Com base nas considerações dos parágrafos anteriores, é possível notar que entre os 2.671.893 indivíduos de cinco a 17 anos ocupados no Brasil, 1.815.894 exercem atividades do tipo “não agrícola”, sendo algo preponderante em quatro das cinco regiões do país, especialmente na região Sudeste, a qual possui 673.254 indivíduos atuando em atividades não agrícolas, contra 180.565 atuantes em atividades agrícolas. No outro extremo, a região Norte, com 311.102 indivíduos de cinco a 17 anos ocupados, é a única que mantém preponderância dos ocupados em “atividades agrícolas” (156.780) sobre as “não agrícolas” (154.322), com uma vantagem de 2.458 casos da primeira categoria sobre a segunda.

**Tabela 4: População de cinco a 17 anos ocupada segundo tipos de atividade - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>AGRÍCOLA</b>	<b>NÃO AGRÍCOLA</b>
<b>BRASIL</b>	<b>855.999</b>	<b>1.815.894</b>
Região Sudeste	180.565	673.254
Região Nordeste	389.015	463.156
Região Sul	89.628	342.569
Região Norte	156.780	154.322
Região Centro-Oeste	40.011	182.593

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Entre os estados que reúnem as maiores quantidades absolutas de ocupados entre cinco e 17 anos, verifica-se a presença de três (Sudeste, Sul e Norte) das cinco regiões do país, revelando, além da heterogeneidade dos territórios, certa relação entre a distribuição da população ao longo dos estados e as quantidades de ocupados entre cinco e 17 anos.

Em relação à manifestação da ocorrência dos casos de trabalho entre a população nesta faixa etária, o estado de São Paulo é o que reúne a maioria dos casos, 405.640 ocupados entre cinco e 17 anos, e há uma grande vantagem de 362.016 pessoas para os trabalhos “não agrícolas” (383.828) sobre os “agrícolas” (21.812). Na sequência, está Minas Gerais com 329.539 ocupados entre cinco e 17 anos; desses, 189.551 indivíduos encontram-se exercendo atividades “não agrícolas”, com pouca diferença em relação aos 139.988 indivíduos alocados em atividades “agrícolas”.

Já o estado do Rio Grande do Sul evidencia a segunda maior diferença entre as quantidades de indivíduos entre cinco e 17 anos ocupados nas duas categorias, cerca de 80.355 pessoas; sendo 129.060 a quantidade de indivíduos atuando em atividades “não agrícolas”, quase três vezes mais do que a quantidade de indivíduos ocupados em atividades “agrícolas”. Os estados da Bahia e Pará, com 240.725 e 168.421 indivíduos entre cinco e 17 anos ocupados, respectivamente, constituem dois casos específicos de análise. A Bahia mantém a menor diferença entre as duas categorias de atividades desempenhadas entre pessoas de cinco a 17 anos ocupadas, sendo essa de 26.199 indivíduos, com vantagem para aqueles realizando atividades “não agrícolas”. Já o Pará se configura como exceção, em relação à preponderância das atividades “agrícolas” sobre as “não agrícolas”, uma vez que há mais de 2.431 indivíduos ocupados em atividades “agrícolas” do que na segunda categoria.

**Tabela 5: População de cinco a 17 anos ocupada segundo tipos de atividade - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	AGRÍCOLA	NÃO AGRÍCOLA
São Paulo	21.812	383.828
Minas Gerais	139.988	189.551
Bahia	107.263	133.462
Rio Grande do Sul	48.705	129.060
Pará	85.426	82.995

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

O conjunto de estados com as menores quantidades absolutas de crianças e adolescentes ocupados é de composição regional mais homogênea; a maior representação se situa na região Norte, sendo o Distrito-Federal, representante da região Centro-Oeste, a única exceção a essa regra.

Amapá (6.304) e Roraima (7.026) registram as mais baixas quantidades de indivíduos entre cinco e 17 anos ocupados, além de possuírem quantidades próximas de indivíduos. Ao que se identifica, o Distrito Federal (18.497) é o que apresenta a maior diferença (16.551) entre o número de indivíduos alocados nas duas categorias, 973 em atividades “agrícolas” e 17.524 em atividades “não agrícolas”, respondendo também pela maior quantidade de indivíduos nessa última. Os estados do Amapá, Roraima e Tocantins, possuem diferença média entre a frequência dos tipos de atividades de 4.049 ocupados entre cinco e 17 anos.

Dentre os estados que constam na Tabela 6, apenas o Acre, com 17.338 ocupados entre cinco e 17 anos, registra a maior proporção de indivíduos alocados em atividades “agrícolas” (11.033), em comparação aos 6.305 que trabalham em áreas consideradas “não agrícolas”. Os demais estados ainda assim apresentam proporções consideráveis de ocupados em atividades “não agrícolas”, sendo que o Tocantins possui a segunda maior quantidade de indivíduos entre cinco e 17 anos que trabalham em áreas não agrícolas.

**Tabela 6: População de cinco a 17 anos ocupada segundo tipos de atividade - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	AGRÍCOLA	NÃO AGRÍCOLA
Amapá	1.313	4.991
Roraima	2.067	4.959
Acre	11.033	6.305
Distrito Federal	973	17.524
Tocantins	7.850	13.428

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Acidentes de trabalho

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a maioria das crianças e adolescentes vítimas de acidentes de trabalho realiza atividades definidas como piores formas de trabalho infantil, as quais são proibidas para pessoas com menos de 18 anos de idade. Eles trabalham como empregados domésticos, no comércio, na agricultura, na construção civil e como açougueiros, por exemplo. Entre as notificações consideradas graves estão amputações, traumatismos, fraturas e ferimentos nos membros, principalmente nos superiores<sup>9</sup>.

Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde evidenciam a gravidade da situação dos acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes, informando as notificações registradas nos órgãos de saúde. Com isso, cabe ressaltar que há a possibilidade de existir um número considerável de subnotificações nesses termos. Uma vez que esses indicadores possuem variação acentuada ao longo de sua trajetória e que ainda que sejam de notificação compulsória nos sistemas de saúde, o relatório a que fizemos referência em outros momentos<sup>10</sup> aponta a exclusão de 8,5% dos casos notificados. Assim, nos limitamos aqui apenas ao exame das ocorrências notificadas no ano de 2015 e reconhecemos as limitações implicadas.

<sup>9</sup> Ver mais em <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1694-mais-de-22-mil-criancas-e-adolescentes-sofreram-acidentes-graves-enquanto-trabalhavam.html>.

<sup>10</sup> BRASIL, 2015, p. 439.

Explicitados esses pontos, o indicador de acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes de cinco a 17 anos é aqui analisado a partir do número absoluto de notificações registradas em território nacional, as quais totalizam 2.824. Podemos notar que a frequência desses acidentes é mais acumulada na região Sudeste (1.476), a qual responde por 52,2% das notificações a nível nacional, e com proporção duas vezes maior do que o número de casos notificados na região Sul (700). Sucede a mesma relação quando comparamos o número de ocorrências registradas no Centro-Oeste (260) e no Nordeste (248) com a quantidade de ocorrências verificadas na região Sul, tendo esta última ao menos 2,5 vezes a quantidade das primeiras. A mais baixa quantidade de acidentes de trabalho entre pessoas de cinco a 17 anos situa-se na região Norte (140), tendo participação de apenas 4,9% das notificações nacionais registradas no ano.

Por último, é importante mencionar que a frequência dos acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes, de cinco a 17 anos, não obedece à distribuição da população dessa faixa etária. Nessa perspectiva, a região Sul registra quantidade absoluta de acidentes de trabalho entre pessoas desse grupo etário mais acentuada do que o Nordeste e o Centro-Oeste, tendo uma população menor em 7,3 milhões de indivíduos em relação à primeira e vantagem de 2,2 milhões em relação à segunda região. Extrai-se de tal comparação que as regiões Sul e Centro-Oeste contrariam os padrões de distribuição populacional de crianças e adolescentes brasileiros, acumulando acentuada quantidade de acidentes laborais entre os indivíduos dessas regiões.

**Tabela 7: Acidentes de trabalho entre menores de 17 anos - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>NOTIFICAÇÕES</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2.824</b>
Região Sudeste	1.476
Região Sul	700
Região Centro-Oeste	260
Região Nordeste	248
Região Norte	140

Fonte: Ministério da Saúde (MS) / Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) / Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Elaboração: Fundação Abrinq.

Como verificada mediante a análise dos acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes de cinco a 17 anos pelas regiões do país, os estados que apresentam as quantidades mais acentuadas dessas ocorrências pertencem às regiões Sul e Sudeste. A primeira dessas regiões, por exemplo, possui todos os seus estados listados entre aqueles de maior frequência de acidentes de trabalho do país. Paraná (346), com o dobro de casos notificados em Santa Catarina (173), situa-se em segundo lugar nesse conjunto.

Novamente comparando os territórios com base em seus respectivos contingentes populacionais, o Paraná possui população menor em 5,8 milhões de pessoas do que o estado de São Paulo, o qual registra 1.250 ocorrências de acidentes de trabalho, configurando-se como o líder do conjunto. De qualquer forma, isso ilustra que mesmo somente o Rio Grande do Sul aparecendo entre o conjunto de estados de pior desempenho no indicador de população ocupada (Tabela 5), a relevância do combate e da erradicação do trabalho infantil estende-se por toda a região Sul, uma vez que o alto número de ocorrência de acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes não se restringe a um estado apenas.

Tal é a posição do Rio Grande do Sul (181) neste indicador, que apresenta mais acidentes de trabalho entre os residentes de cinco a 17 anos de seu estado do que se verifica em Minas Gerais (172), sendo este último o segundo estado mais populoso do país e que possui vantagem de 2 milhões de pessoas em relação ao Rio Grande do Sul. Nota-se por fim que esse conjunto de estados com pior desempenho possui grande amplitude quanto às quantidades de ocorrência de acidentes de trabalho registradas por São Paulo (1.250) e Minas Gerais (172)

**Tabela 8: Acidentes de trabalho entre menores de 17 anos - estados com pior desempenho - 2015**

ESTADOS	NOTIFICAÇÕES
São Paulo	1.250
Paraná	346
Rio Grande do Sul	181
Santa Catarina	173
Minas Gerais	172

Fonte: Ministério da Saúde (MS) / Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) / Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Elaboração: Fundação Abrinq.

Os estados que possuem as frequências mais baixas de acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes de cinco a 17 anos pertencem a diversas regiões brasileiras, não havendo preponderância de apenas uma. O Sergipe ocupa a posição do estado com a mais baixa quantidade de notificações registradas em território nacional, apenas duas. Chama a atenção ainda a quantidade semelhante ou próxima das notificações entre Acre (9) e Rio Grande do Norte (9), bem como Espírito Santo (13) e Distrito Federal (12); sendo o Acre o único estado a manter posição simétrica entre sua população e a quantidade de notificações de acidentes de trabalho registradas no ano de 2015. É importante ressaltar que todos os estados, no ano de 2015, registraram acidentes de trabalho entre pessoas de cinco a 17 anos, demonstrando que essa realidade ainda persiste em todas as unidades da Federação.

**Tabela 9: Acidentes de trabalho entre menores de 17 anos - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	NOTIFICAÇÕES
Sergipe	2
Acre	9
Rio Grande do Norte	9
Distrito Federal	12
Espírito Santo	13

Fonte: Ministério da Saúde (MS) / Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) / Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Elaboração: Fundação Abrinq.

## Aprendizagem

Regulamentada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e pelo art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a contratação de adolescentes na condição de aprendiz é realizada por meio do contrato de aprendizagem. Um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado (não podendo extrapolar mais de dois anos), em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos de idade, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico; além de orientar e acompanhar o aprendiz em suas atividades, de modo que execute com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Conforme apresentada e descrita na introdução deste ODS, a Lei da Aprendizagem garante, portanto, que os jovens aprendizes sejam contratados com carteira assinada e direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que estabelece que os adolescentes continuem estudando. Na prática, tais normas contribuem para coibir a exploração de menores. A análise dos contratos de aprendizagem declarados nos permite, então, aferir a efetividade do cumprimento da lei em determinado território e seu potencial de coibir tais situações já mencionadas e analisadas.

Entretanto, antes de apresentarmos tais dados referentes aos contratos de aprendizagem é necessária a exposição do raciocínio adotado para seu exame, bem como as ressalvas sobre o reporte desses dados. Para essa análise, relacionamos a população entre 10 e 17 anos identificada pela Pnad e os contratos em regime de aprendizagem notificados ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre os indivíduos dessa mesma faixa etária, para o ano de 2015. A seleção dessa faixa de idade diz respeito aos recortes etários disponibilizados pelo Caged – 10 a 14 anos e 15 a 17 anos – em que se identificaram registros de contratos dessa natureza, além de contemplar as faixas que respondem por parte da infância e adolescência. Essa opção analítica envolve, contudo, algumas limitações técnicas e metodológicas.

A primeira delas se refere ao próprio sistema de recuperação de informações do Caged, cujas informações reportadas são passíveis de inconsistências, oriundas do repasse de declarações incorretas e por imprecisões nas informações, já que essas são alteradas periodicamente, sem que haja qualquer transparência ou publicidade sobre seu calendário de atualizações, como ocorre para outros sistemas de registros administrativos. A segunda limitação refere-se às cotas de aprendizagem que determinam a contratação dos indivíduos nesses territórios, calculadas com base no número total de empregados do estabelecimento<sup>11</sup>. Uma vez que não dispomos de informações sobre essas, não realizamos inferências acerca do cumprimento das cotas de aprendizagem entre os estados e regiões brasileiras. A análise que segue tem como objetivo principal informar o grau de adoção e prática da modalidade de contratos de aprendizagem para a população de 10 a 17 anos que desempenha alguma atividade remunerada.

A média de pessoas entre 10 e 17 anos contratadas em regime de aprendizagem no Brasil não atinge a proporção de uma em cada cem, correspondendo a apenas 0,8% das pessoas dessa faixa etária trabalhando sob essa condição. Especificamente, nas regiões Sul (1,5%), Centro-Oeste (1,3%) e Sudeste (1,1%), essa proporção tende a ser maior do que a média nacional. Há que se considerar também que, em termos absolutos, essas mesmas regiões apresentam, uma em relação a outra, cerca do dobro de contratos de aprendizagem declarados, conforme ordem crescente: Centro-Oeste (25.193), Sul (50.234) e Sudeste (112.162). Em termos populacionais, é considerável notar que o Centro-Oeste, com a menor população entre as regiões, ainda assim possui uma proporção maior de contratos de aprendizagem entre a população de 10 a 17 anos; especialmente comparando-o com o Nordeste (0,2%), segunda região mais populosa do país, mas que registra apenas 17.405 contratos declarados.

Nessa perspectiva, nas regiões Norte (0,4%) e Nordeste (0,2%) a proporção de indivíduos entre 10 e 17 anos contratados em regime de aprendizagem sugere que nesses territórios a prática da modalidade de contrato é menos frequente. Todavia, na região Norte (0,4%), a proporção de contratados em regime de aprendizagem é mais concentrada do que na região precedente, tendo esta população três vezes menor. Por fim, cabe notar que o percentual de pessoas entre 10 e 17 anos contratadas sob esse regime ainda é pouco expressivo em todo o território nacional, não atingindo mais de 1,5% entre as regiões.

<sup>11</sup> De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades.

**Tabela 10: Total e percentual de contratos de aprendizagem declarados entre a população de dez e 17 anos - Brasil e regiões - 2015**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>	<b>CONTRATOS DECLARADOS</b>	<b>(%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>216.239</b>	<b>0,8</b>
Região Sul	50.234	1,5
Região Centro-Oeste	25.193	1,3
Região Sudeste	112.162	1,1
Região Norte	11.245	0,4
Região Nordeste	17.405	0,2

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) / Coordenação Geral de Estatísticas de Trabalho (CGET) / Departamento de Emprego e Salário (DES) / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração: Fundação Abrinq.

A disparidade na distribuição dos contratos de aprendizagem pelo território nacional fica mais evidente quando analisamos, a partir dos estados, o estabelecimento desse tipo de vínculo empregatício. É importante notar que, dentre aqueles que respondem pelos mais baixos percentuais de contratos de aprendizagem entre a população de 10 a 17 anos, todos pertencem à região Nordeste.

A proporção da população entre 10 e 17 anos que trabalha na condição de aprendiz entre esse conjunto de estados, oscila entre 0,1 e 0,2%, conforme segue: Maranhão (0,1%), Paraíba (0,1%), Ceará (0,2%), Bahia e Piauí (0,2%). Vale notar, contudo, que, em termos absolutos, a quantidade de contratos de aprendizagem declarados é maior na Bahia (4.895) e Ceará (2.442), o que se relaciona com a densidade populacional desses estados comparados aos demais do conjunto. Mediante esse conjunto ainda, suscita-se a hipótese de que o baixo número de contratos de aprendizagem declarados acaba por não atingir as cotas de aprendizagem nesses estados, não sendo essas cumpridas por questões que envolvem desde o desinteresse ou desconhecimento dos empregadores, bem como da baixa fiscalização do órgão competente por realizá-la.

**Tabela 11: Total e percentual de contratos de aprendizagem declarados entre a população de dez e 17 anos - estados com pior desempenho - 2015**

<b>ESTADOS</b>	<b>CONTRATOS DECLARADOS</b>	<b>(%)</b>
Maranhão	841	0,1
Paraíba	455	0,1
Ceará	2.442	0,2
Bahia	4.895	0,2
Piauí	1.143	0,2

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) / Coordenação Geral de Estatísticas de Trabalho (CGET) / Departamento de Emprego e Salário (DES) / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração: Fundação Abrinq.

É notável que até mesmo entre os estados que apresentam melhor desempenho nesse indicador, ou seja, que registram uma proporção maior de contratos de aprendizagem declarados, os percentuais não atingem 2%. O Distrito Federal (1,9%) é o que mais se aproxima dessa proporção, com o registro de 7.341 contratos de aprendizagem. Na sequência está o Rio Grande do Sul, com 1,8% de contratos de aprendizagem registrados entre a população de 10 a 17 anos, e com a segunda maior quantidade absoluta de contratos, 23.446. O Espírito Santo (1,8%) registra a mesma proporção de contratos entre essa parcela da população, porém, dado o tamanho de sua população, isso corresponde a 8.690 contratos de aprendizagem. Já Santa Catarina (1,4%), com uma proporção mais baixa em 0,4 ponto percentual, possui quantidade de contratos maior do que o estado anterior, 10.831 no total.

É possível verificar que São Paulo (1,3%), situado na última posição do conjunto de estados presente na Tabela 12, em termos percentuais, ainda assim concentra a maior quantidade absoluta de contratos dessa natureza perante todos os estados, 66.789 contratos de aprendizagem entre a população de 10 a 17 anos. Como foi observado entre aqueles com pior desempenho neste indicador, a quantidade de estados de cada região parece não influenciar a prática dos contratos de aprendizagem ao longo dos estados; dentre aqueles em que há menor preponderância constata-se a presença absoluta da região Nordeste; enquanto nos estados de situação contrária verifica-se a presença de representantes das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste – esta última sendo minoria, mas tendo o Distrito Federal como liderança do grupo neste indicador.

**Tabela 12: Total e percentual de contratos de aprendizagem declarados entre a população de dez e 17 anos - estados com melhor desempenho - 2015**

ESTADOS	CONTRATOS DECLARADOS	(%)
Distrito Federal	7.341	1,9
Rio Grande do Sul	23.466	1,8
Espírito Santo	8.690	1,8
Santa Catarina	10.831	1,4
São Paulo	66.789	1,3

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) / Coordenação Geral de Estatísticas de Trabalho (CGET) / Departamento de Emprego e Salário (DES) / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração: Fundação Abrinq.



## Bibliografia

CUSTÓDIO, André Viana. *O trabalho da criança e do adolescente: uma análise da capacidade jurídica e das condições para o seu exercício no direito brasileiro*. (Monografia) Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.

FERREIRA, Marcos Artemio Fischborn. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 213-225, jul./dez. 2001.

FÓRUM NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Mais de 22 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes graves enquanto trabalhavam. Publicado em 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1694-mais-de-22-mil-criancas-e-adolescentes-sofreram-acidentes-graves-enquanto-trabalhavam.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

KOROMA, Abdul. O trabalho forçado e o trabalho infantil: ameaças ao desenvolvimento sustentável. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 76, n. 4, out/dez. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *World report on child labour 2015: paving the way to decent work for young people*/International Labour Office. Geneva: ILO, 2017.

TIEMANN, Marisa. Trabalho educativo pode ser trabalho produtivo? *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 1, n. 5, set. 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *3 anos de Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/673/documento-referencia.pdf>>.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2016. *Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos*. 2016.

UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil*. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario\\_exclusao\\_escolar\\_brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf)>. 2017.

## Anexo 1: População brasileira segundo faixas etárias, estados e grandes regiões - 2015

<b>ESTADOS E REGIÕES</b>	<b>0 A 3 ANOS</b>	<b>4 A 5 ANOS</b>	<b>6 A 14 ANOS</b>
<b>BRASIL</b>	<b>10.321.032</b>	<b>5.241.414</b>	<b>27.505.282</b>
<b>Região Norte</b>	<b>1.072.516</b>	<b>602.613</b>	<b>3.002.515</b>
Rondônia	100.242	57.826	265.852
Acre	61.140	31.184	141.365
Amazonas	285.427	139.946	717.316
Roraima	32.851	16.117	96.480
Pará	456.510	281.479	1.400.673
Amapá	51.503	29.956	144.767
Tocantins	84.843	46.105	236.062
<b>Região Nordeste</b>	<b>3.078.046</b>	<b>1.531.701</b>	<b>8.660.276</b>
Maranhão	472.763	240.525	1.273.971
Piauí	168.296	91.757	518.954
Ceará	463.227	218.673	1.282.433
Rio Grande do Norte	180.148	97.493	488.855
Paraíba	229.487	101.495	576.641
Pernambuco	446.174	239.317	1.370.132
Alagoas	184.368	86.206	533.583
Sergipe	124.639	64.888	339.481
Bahia	808.944	391.347	2.276.226
<b>Região Sudeste</b>	<b>3.965.220</b>	<b>2.034.037</b>	<b>10.246.748</b>
Minas Gerais	995.004	491.984	2.566.922
Espírito Santo	190.116	97.746	516.928
Rio de Janeiro	761.255	369.396	1.887.193
São Paulo	2.018.845	1.074.911	5.275.705
<b>Região Sul</b>	<b>1.382.820</b>	<b>662.014</b>	<b>3.466.765</b>
Paraná	568.525	253.790	1.390.006
Santa Catarina	307.404	156.214	775.323
Rio Grande do Sul	506.891	252.010	1.301.436
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>822.430</b>	<b>411.049</b>	<b>2.128.978</b>
Mato Grosso do Sul	156.426	72.024	353.479
Mato Grosso	200.117	90.648	475.548
Goiás	334.120	174.062	919.608
Distrito Federal	131.767	74.315	380.343

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

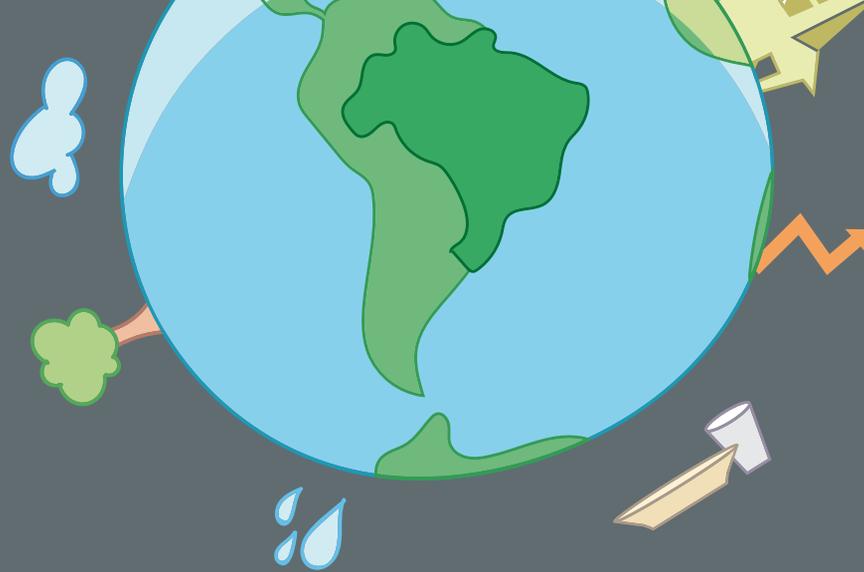
<b>ESTADOS E REGIÕES</b>	<b>15 A 17 ANOS</b>	<b>18 A 19 ANOS</b>	<b>20 ANOS OU MAIS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>BRASIL</b>	<b>10.637.612</b>	<b>6.841.357</b>	<b>144.313.404</b>	<b>204.860.101</b>
<b>Região Norte</b>	<b>1.088.544</b>	<b>645.391</b>	<b>11.112.198</b>	<b>17.523.777</b>
Rondônia	108.613	55.388	1.185.020	1.772.941
Acre	57.810	32.066	482.817	806.382
Amazonas	232.381	153.934	2.423.456	3.952.460
Roraima	32.448	19.842	310.998	508.736
Pará	521.551	307.941	5.224.816	8.192.970
Amapá	48.879	27.586	468.212	770.903
Tocantins	86.862	48.634	1.016.879	1.519.385
<b>Região Nordeste</b>	<b>3.250.373</b>	<b>2.043.647</b>	<b>38.076.667</b>	<b>56.640.710</b>
Maranhão	452.479	248.035	4.222.594	6.910.367
Piauí	195.319	110.888	2.121.451	3.206.665
Ceará	489.488	329.941	6.139.762	8.923.524
Rio Grande do Norte	177.325	125.751	2.380.789	3.450.361
Paraíba	208.798	132.518	2.727.382	3.976.321
Pernambuco	519.331	348.625	6.435.915	9.359.494
Alagoas	199.472	122.073	2.219.259	3.344.961
Sergipe	131.237	92.387	1.496.050	2.248.682
Bahia	876.924	533.429	10.333.465	15.220.335
<b>Região Sudeste</b>	<b>4.116.671</b>	<b>2.765.427</b>	<b>62.788.055</b>	<b>85.916.158</b>
Minas Gerais	1.067.854	694.721	15.083.405	20.899.890
Espírito Santo	187.709	118.128	2.828.137	3.938.764
Rio de Janeiro	791.803	521.871	12.246.231	16.577.749
São Paulo	2.069.305	1.430.707	32.630.282	44.499.755
<b>Região Sul</b>	<b>1.403.795</b>	<b>881.019</b>	<b>21.493.741</b>	<b>29.290.154</b>
Paraná	558.157	359.969	8.056.141	11.186.588
Santa Catarina	322.451	215.694	5.061.792	6.838.878
Rio Grande do Sul	523.187	305.356	8.375.808	11.264.688
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>778.229</b>	<b>505.873</b>	<b>10.842.743</b>	<b>15.489.302</b>
Mato Grosso do Sul	125.042	87.481	1.864.650	2.659.102
Mato Grosso	160.697	112.536	2.234.543	3.274.089
Goiás	331.852	207.522	4.663.687	6.630.851
Distrito Federal	160.638	98.334	2.079.863	2.925.260

## Anexo 2: Tabela de indicadores e fontes oficiais

<b>Título do Indicador</b>	<b>Desagregação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
Taxa de analfabetismo entre crianças e adolescentes de dez a 17 anos	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Censo Demográfico	2010
Total e percentual da população entre cinco e 17 anos alfabetizada e não alfabetizada	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2015
Total e percentual de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2015
Número de matrículas em Creche	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de cobertura em Creche	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep/ Deed e estimativas populacionais calculadas pela Fundação Abrinq, tendo os Censos de 2000 e 2010 como referências de projeção	2015
Número de matrículas em Pré-Escola	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de cobertura em Pré-Escola	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed e estimativas populacionais calculadas pela Fundação Abrinq, tendo os Censos de 2000 e 2010 como referências de projeção	2015
Taxa de escolarização bruta e líquida na Pré-Escola	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número de estabelecimentos de Educação Infantil (Creche)	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Creches)	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015

<b>Título do Indicador</b>	<b>Desagregação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
Número e percentual de matrículas no Ensino Fundamental integral	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Fundamental	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2014
Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2014
Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2014
Ideb Ensino Fundamental (anos iniciais)	ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de reprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
População de seis a 14 anos fora da escola	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental / anos iniciais)	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Fundamental / anos finais)	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número de matrículas no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015

<b>Título do Indicador</b>	<b>Desagregação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
Taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Ideb Ensino Médio	ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de aprovação no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de reprovação no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Taxa de abandono no Ensino Médio	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
População de 15 a 17 anos fora da escola	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Censo Demográfico	2010
Número e percentual de docentes com Ensino Superior completo (Ensino Médio)	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
Número de estabelecimentos de Educação Indígena e utilização de material didático específico	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	MEC / Inep / Deed	2015
População de cinco a 17 anos ocupada segundo faixas etárias	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2015
População de cinco a 17 anos ocupada segundo tipos de atividade	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2015
Acidentes de trabalho entre menores de 17 anos	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan	2015
Total e percentual de contratos de aprendizagem declarados entre a população de dez e 17 anos	BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	Caged - CGET / DES / SEPPE / MTE	2015



Av. Santo Amaro, 1.386 • 1º andar  
Vila Nova Conceição • 04506-001 • São Paulo/SP  
55 11 3848-8799

[www.fadc.org.br](http://www.fadc.org.br)

